

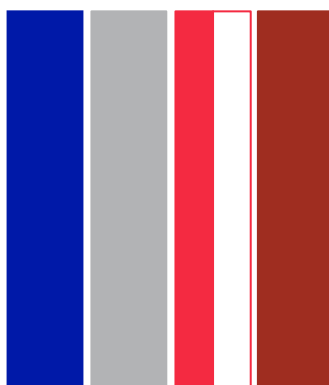
CICLO DE ESTUDOS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: ESTUDOS
DE MÉDIA E JORNALISMO

Jornalismo Policial e Necropolítica: Relações em impressos da periferia do Brasil

Anderson Luís Araújo da Silva

M

2022



Anderson Luís Araújo da Silva

Jornalismo Policial e Necropolítica: Relações em impressos na periferia do Brasil

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação,
orientada pelo Professor Doutor Fernando António Dias Zamith Silva.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022

Anderson Luís Araújo da Silva

Jornalismo Policial e Necropolítica

Relações em impressos na periferia do Brasil

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação,
orientada pelo Professor Doutor Fernando António Dias Zamith Silva.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

A nós, que sobrevivemos, e aos que partiram.

Sumário

Declaração de honra.....	4
Agradecimentos	5
Resumo	6
Abstract	7
Índice de Figuras (ou Ilustrações) [se aplicável]	8
Índice de Tabelas (ou Quadros) [se aplicável]	9
Índice de Gráficos [se aplicável]	10
Introdução	Erro! Indicador não definido.
1. Jornalismo, Política e morte no Brasil	Erro! Indicador não definido.
2. Para entender a Necropolítica.....	18
2.1. Uma revisão da Modernidade	Erro! Indicador não definido.
2.2. Periferias do Capitalismo.....	22
2.3. Muito além da Europa.....	25
2.4. Favela, uma nova senzala	Erro! Indicador não definido.
3. Jornalismo Policial e Política da morte.....	35
3.1. O corpo estendido no chão.....	35
3.2. Pela memória dos mortos.....	46
4. Um método para observar a morte nos jornais.....	57
4.1. Modelo de análise	57
4.1.1. Dimensões dos conceitos.....	61
4.1.2. Indicadores.....	68
4.2. Metodologia.....	78
4.2.1. Um ano violento.....	87
5. Uma leitura das notícias de morte.....	90
5.1. Parâmetros necropolíticos.....	91
5.2. Necropolítica, Jornalismo e banalização da morte.....	94
5.3. Territórios de exclusão e morte.....	Erro! Indicador não definido.
5.4. Mirar e acertar: alvos da política de morte	Erro! Indicador não definido.0
5.5. Um monstro sem cabeça.....	116
5.6. A morte como ligação	122
Considerações Finais.....	Erro! Indicador não definido.8

Referências Bibliográficas.....	134
Anexos.....	142
Anexo 1.....	Erro! Indicador não definido.
Anexo 2.....	Erro! Indicador não definido.

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

[Porto, junho de 2022]

[Anderson Luís Araújo da Silva]

Agradecimentos

Este trabalho resulta da colaboração e apoio de muitos, que, ao longo dessa jornada, impactada por uma pandemia e outros percalços, generosamente ajudaram a realização da pesquisa com carinho e consideração a mim no período em que estive na cidade do Porto, em Portugal, e no Brasil, em minha cidade natal, Belém do Pará. Ao agradecer, há sempre o risco de cometer alguma injustiça, ainda assim é necessário lembrar e reverenciar a quem generosamente me ajudou.

Primeiramente, agradeço à minha família em nome de minha mãe, Clarisse Martins Araújo, e minha avó, Maria Arilda Martins Araújo, pelo apoio incondicional e emocional de sempre, inclusive na decisão de seguir para os estudos fora do Brasil. Em seguida, meus agradecimentos vão para o professor doutor Fernando Zamith, meu orientador nessa investigação, pelo respeito, paciência e rigor com o método científico nessa caminhada.

Também agradeço à minha querida Saada Zouhair Daou, professora doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) pelo afeto, valiosa consultoria acadêmica, olhar crítico e indicações de autores para este trabalho. Esta pesquisa também não seria possível sem apoio e compreensão do amigo e editor executivo do Diário do Pará Online (DOL), Mauro Mendonça Vieira Neto, que me concedeu tempo nas horas de maior precisão e acesso a um acervo digital essencial para a pesquisa. Também do DOL, da equipe de Tecnologia da Informação, agradeço o carinho e apoio do companheiro Rodrigo Fiel de Sousa, que materializou meu acesso aos arquivos de 2019 do jornal, de forma generosa, ágil e sem quaisquer restrições. Sou grato ainda à prossessora Luciana Rayol, que contribuiu com a revisão deste trabalho.

Também aos amigos que fiz e os que consolidei em Portugal e levarei para vida, meus agradecimentos pelos debates acadêmicos e as conversas, trocas e ajudas fora da academia, porque, além dos estudos, precisamos celebrar a vida. Pauline Protázio, Thamyris Jucá, Davi Assunção, Bruna Souza, Diego Sarmento, Tiago Paolelli, Natália Fernandes, Naara Faria, Mayara Cordeiro, Luiza Torres, Rafael Rodrigues, Adriana Cavalcante e Rebeca Kuhn, meu obrigado por tudo nesse tempo de crescimento intelectual e pessoal.

Resumo

Este trabalho investiga as relações entre Jornalismo Policial e política que se concentram na gestão da vida e, principalmente, da morte de determinados grupos populacionais na atual fase do capitalismo. A investigação se baseia em análise de conteúdo de notícias sobre homicídios em larga escala publicadas em dois jornais impressos do Norte do Brasil e usa como base teórica as reflexões sobre Necropolítica, de Achille Mbembe, em diálogo com Michel Foucault e outros autores que abordam temas afins a esta pesquisa.

Palavras-chave: homicídios - Jornalismo Policial – Necropolítica – Mbembe - Foucault

Abstract

This study investigates the relations between Police Journalism and politics that focus themselves on the management of life and, mainly, of the death of certain population groups in the current phase of capitalism. The investigation is based on an analysis of news content about large-scale murder published in two print newspapers from northern Brazil and uses as its theoretical basis Achille Mbembe's reflections on Necropolitics, in a dialogue with Michel Foucault and other authors who approach themes that are related to this research.

Key-words: Large-scale murder – Police Journalism – Necropolitics - Mbembe

Índice de Figuras

FIGURA 1- CAPAS DO DIÁRIO DO PARÁ E AMAZÔNIA JORNAL.....	80
FIGURA 2 – “INTERVENÇÃO POLICIAL” COM SETE MORTES.....	99
FIGURA 3- MANCHETE SOBRE A PRISÃO DO CABO LENO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

Índice de Quadros

QUADRO 1 – CONCEITOS, DIMENSÕES E INDICADORES.....	77
QUADRO 2- GUIA DA METODOLOGIA APLICADA À INVESTIGAÇÃO.....	82
QUADRO 3- LISTA DE INDICADORES E CORRESPONDENTES NA TABELA	85
QUADRO 4- ESCALA NECROPOLÍTICA PARA JORNALISMO POLICIAL.....	87
C:\Users\Anderson\Downloads\Template__Dissertacao_Mestrado_Cursos_Interfaculdades_20	
20 (13).docx - _Toc38033494	

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1- RELAÇÃO ENTRE CONCEITOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	1
GRÁFICO 2-DIMENSÕES DA NECROPOLÍTICA E DO JORNALISMO POLICIAL		67
GRÁFICO 3- GRAU DE RELAÇÃO NO TOTAL DA AMOSTRA PESQUISADA		124
GRÁFICO 3- GRAU DE RELAÇÃO NO AMAZÔNIA JORNAL		125
GRÁFICO 3- GRAU DE RELAÇÃO NO DIÁRIO DO PARÁ.....		125

Introdução

Há algo que incomoda no Jornalismo Policial, que está além das imagens de corpos ensanguentados. Parte desse incômodo vem da sensação de que essa editoria dos jornalísticos brasileiros tem repetidamente realizado uma cobertura que não suporta certas nuances da realidade e, por ser insuficiente, cumpre com deficiência a função de informar, aparentemente, neste contexto, baseada no mito jornalístico que mistura objetividade e imparcialidade para isentar o Jornalismo de ideologias e influências políticas e econômicas. Essa ideia muito se fundamenta na própria distribuição de notícias no produto-jornal. Afinal, os periódicos têm suas seções de política para relatar fatos e analisar conjunturas de poder, enquanto a área criminal está apartada e distante do tema, em outras páginas, reservada a acontecimentos muitos mais funestos, imediatos e definitivos na vida dos personagens envolvidos e ali retratados. Mas, será, de fato, que esses dois campos não se relacionam? É outro desconforto que este trabalho traz e impulsiona essa investigação.

Esta pesquisa aposta que essas relações existem, principalmente, dentro de um contexto social e histórico ligado ao atual modelo econômico neoliberal, condensado por Achille Mbembe, filósofo e historiador da República dos Camarões. Na primeira década dos anos 2000, ele lança um ensaio sobre política, soberania e gestão da vida e da morte das populações e, assim, cunha a expressão Necropolítica, nome da publicação que fundamenta essa pesquisa (Mbembe, 2019). Ele parte da análise de Michel Foucault sobre relações de poder e gestão dos corpos inauguradas pela modernidade, essencialmente nos séculos XVII e XVIII (Foucault, 2010). Em suma, o pensador africano analisa como os governos atuais

gerem a vida e a morte não mais fundamentados no disciplinamento dos corpos em prol de uma produtividade para o capital, como, em resumo, consta nas teses foucaultianas.

Mbembe expõe que, na atual fase capitalista, evidenciada por sucessivas crises na economia global, o extermínio de populações inteiras está na ordem do dia da política, que precisa agora administrar um excedente populacional de vidas descartáveis para esse modelo neoliberal.

O que é grande parte do Jornalismo Policial brasileiro se não o relato de mortes e extermínios sumários diariamente? É com essa observação inicial que este trabalho questiona se a produção de notícias para essa editoria específica se relaciona com esse modo de gerir a vida e a morte. A pesquisa aqui desenvolvida tentará avaliar essas relações entre o Jornalismo Policial e a Necropolítica a partir da observação de notícias sobre chacinas, massacres e temas associados, como os grupos de extermínio e milícias. A observação pode ajudar a compreender a construção de subjetividades, com a relevante colaboração da imprensa para o Brasil e, em especial, para a política brasileira, hoje tomada por um debate polarizado que coloca a segurança pública no centro dessa discussão com um dos grupos de poder a defender práticas que trazem a morte como solução de gestão pública ao empoderar as polícias e promover prática pouco ortodoxas de combate ao crime nas cidades brasileiras.

Para chegar a este entendimento, o primeiro capítulo desta investigação faz uma contextualização sobre o Brasil atual e possíveis ligações com os conceitos de Mbembe e Foucault. Já o segundo se esforça na compreensão do que é o conceito de Necropolítica. Inicialmente, no primeiro subcapítulo, com a revisão feita por Mbembe em relação ao conceito de Modernidade e de Necropolítica, com a ajuda de intérpretes dessa reflexão e

um diálogo com a obra de Michel Foucault. Em seguida, um subcapítulo trata principalmente das periferias do capitalismo e uma leitura que fundamenta como o racismo serviu de base ideológica para a exploração das colônias no início da expansão comercial e da colonização europeia dos continentes africano e americano, além de situar historicamente o racismo e alçá-lo como uma das características da Necropolítica. No terceiro subcapítulo, é abordada a forma como o colonialismo ajudou na conformação da América Latina e do Brasil como locais de naturalização da violência, uma violência estrutural, direcionada novamente a certos contingentes populacionais. O quarto subcapítulo faz relação das favelas e periferias com a escravidão introduzida pelo colonialismo como modelo essencial de mão-de-obra na empreitada de exploração econômica nas novas regiões conquistadas, entre elas o Brasil.

O terceiro capítulo está reservado à compreensão do Jornalismo e do Jornalismo Policial, com contextualização histórica dessa produção e busca de um conceito que norteie essa pesquisa quanto à cobertura de crimes a partir de autores como Nelson Traquina, Silvia Ramos e Anabela Paiva, Fernando Zamith, António Machuco Rosa, Eugenio Bucci e outros, já no primeiro subcapítulo. No seguinte, o trabalho foca na forma como a morte é abordada no contexto do Jornalismo Policial, com atenção às chacinas, massacres, mortes em larga escala em geral, fenômenos centrais nas análises propostas por este estudo. Em diálogo com a obra de Mbembe e Foucault, este capítulo traz autores como Anibal Quijano ao mencionar a “colonialidade do poder” e Giorgio Agamben, quando toca na forma como parte da população é tratada pelo sistema capitalista como peças sem valor – “vidas nuas”, nas palavras do pensador italiano.

No quarto capítulo, são tratadas questões teórico-metodológicas com apresentação de um modelo de análise adequado a esta pesquisa. Nesta parte, o primeiro subcapítulo, voltado à construção do modelo de análise da investigação, traz a pergunta que dá início a estas reflexões: “Até que ponto, o Jornalismo policial reproduz em seu conteúdo características da Necropolítica?”. É também nesta fase a inserção das hipóteses que dão continuidade a esta análise: a) a característica mais evidente da Necropolítica em notícias relacionadas a morticínios é a participação do Estado nesses crimes, de forma direta ou indireta, por meio de agentes de Segurança Pública ou de grupos organizados com a participação de agentes de Segurança Pública; b) o Jornalismo Policial ignora como informação características associadas à Necropolítica na produção de notícias sobre morticínios: a dimensão geográfica dos acontecimentos e a condição racial e de classe social das vítimas; c) o noticiário sobre morticínios é descontextualizado politicamente, uma vez que não faz relação entre a participação de agentes de segurança pública nesses crimes e as diretrizes políticas e de gestão pública adotadas pelo Estado brasileiro. Nesta fase ainda, é firmado que o material coletado para esta investigação será submetido a uma análise de conteúdo, além do que são desdobrados os conceitos de Necropolítica e Jornalismo Policial em dimensões e indicadores que fundamentam a análise das notícias coletadas para a amostra.

O subcapítulo seguinte aborda a metodologia utilizada na pesquisa com definição do objeto de estudo, notícias sobre chacinas, massacres e demais mortes em larga escala publicadas em dois jornais de Belém do Pará: o Diário do Pará e o Amazônia Jornal. A pesquisa se situa entre janeiro e dezembro de 2019, com uma amostra de 235 matérias jornalísticas.

O capítulo quinto se concentra nas análises produzidas a partir da leitura dessas notícias com a confrontação das hipóteses com o que foi interpretado na análise do conteúdo, como também a resposta à pergunta de partida. A análise se baseou na identificação de características da Necropolítica que puderam ser identificadas no noticiário observado, também dividido em subcapítulos para uma melhor classificação dos temas. O sexto capítulo traz as considerações finais do trabalho com uma recapitulação do que foi feito e possíveis contribuições para os estudos em Jornalismo nesse segmento.

1. Jornalismo, Política e morte no Brasil

O trabalho parte da hipótese de que há relações entre o Jornalismo Policial e a Necropolítica, conceito inaugurado por Achille Mbembe¹ (Mbembe, 2019), o qual encara a política como o “trabalho da morte”, ao se aprofundar na ideia de Biopolítica², levantada por Foucault, em uma das aulas do livro “Em Defesa da Sociedade” (Foucault, 2010). Em resumo, Mbembe discute os poderes disciplinador e regulador, expostos pelo pensador francês com base nos séculos XVII e XVIII, a partir das experiências além da Europa observadas nos séculos XX e XXI. Ao observar os conceitos de soberania, estado de exceção e estado de sítio, Mbembe critica a suposta racionalidade da Modernidade, que gere as populações para manter o bom funcionamento por meio do controle social e novos

¹ O conceito de Necropolítica ou Tanatopolítica foi desenvolvido por Achille Mbembe na obra *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, publicada pela primeira vez em inglês como *Necropolitics*, em 2003. No Brasil, a primeira publicação é na revista *Arte & Ensaios*, do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ, traduzido por Renata Santini.

² Michel Foucault aborda esse tema em 1976 nas diversas aulas que ministrou no Collège de France. A obra foi publicada com o título original “Il faut défendre la société”, com uma primeira edição em português de 1999, editada no Brasil.

instrumentos para administrar as vidas. Ele conclui que, neste momento histórico, a razão moderna ficou para trás e a política se concentra em administrar os grandes contingentes populacionais, não para garantir a vida, mas como “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (Mbembe, 2019, p. 10-11).

Para incluir o Brasil nesse debate, faz-se necessário uma perspectiva histórica e com o momento presente do país, com uma política hegemônica permeada por um discurso que, fortemente, oferece uma falsa solução definitiva para antigas questões sociais brasileiras, aqui, de modo específico os problemas de segurança pública vinculados ao crescimento da violência e do crime nas grandes cidades.

O Brasil tem taxas consideráveis de homicídios³, comparadas a números observados em guerras, por exemplo. Neste cenário, o que se pode perceber é que há uma tendência a tratar essas mortes por um viés individualizante do problema, sobretudo, na figura do criminoso, se é ele quem mata ou morre, em detrimento de uma compreensão abrangente de que se trata de algo relacionado a outros nós que o país não conseguiu desatar nas últimas décadas.

Na criação de vilões dentro desta narrativa, nada mais natural do que o surgimento de heróis com soluções fáceis para problemas complexos. Se há crime e violência, acaba-se com o criminoso e tudo estará resolvido, o que é condensado no chavão “bandido bom é bandido morto”, *slogan* amplamente usado no país. Este discurso ganhou repercussão

³ O Atlas da Violência no Brasil, relatório produzido pelo IPEA com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), mostra que em 2019 houve 45.503 homicídios no Brasil, uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. As informações seguem uma tendência de crescimento dos homicídios entre 1979 a 2017. O número é inferior ao encontrado para todos os anos desde 1995, no entanto, o documento também aponta que essa redução deve ser vista com grande cautela em função da deterioração na qualidade dos registros. (IPEA, 2021, p.11)

política e acolhimento em todas as camadas sociais brasileiras, tendo, em 2018, alçado o *status* da plataforma eleitoral que ajudou a eleger o atual presidente da República.

É possível que um discurso político surja repentinamente em uma eleição majoritária com participação maciça⁴ e não traduza os anseios relativos às soluções das questões de segurança dos que fizeram essa escolha?

Mais importante do que responder a esta pergunta retórica é começar a debater como esse discurso foi tolerado e, por que não dizer, celebrado e premiado em 2018. Qual uma das possíveis origens dessa mentalidade violenta que leva uma população, de forma sinistramente pragmática, a relativizar direitos e o próprio respeito à vida humana?

A aposta inicial deste trabalho indica que os meios de comunicação têm um importante papel na construção dessa mentalidade, como ferramenta de repetição de mensagens, disseminadora de conceitos e naturalizadora de práticas sociais, inclusive as reprováveis e perversas. Esse traço funesto obviamente é mais visível nos meios que defendem a morte, abertamente ou não, como um instrumento de controle social das populações. Quando esses jornais abordam o tema crime e violência é possível notar semelhanças com o discurso moralizante e punitivista entranhado em falas e ações de políticos eleitos ou em campanha para cargos eletivos.

A impressão primeira é que, especificamente, o Jornalismo Policial, travestido de objetividade e neutralidade, traz em si um forte apelo autoritário que favorece discursos políticos violentos e, como consequência, pode colaborar inclusive para entendermos o êxito eleitoral desse perfil de político identificado com a extrema direita no Brasil. Seria,

⁴ Jair Bolsonaro foi eleito para a presidência da República com 57.797.847, exatos 55,13% dos votos válidos, conforme informação da matéria “Eleições 2018: Justiça Eleitoral conclui totalização dos votos do segundo turno”, publicada no site oficial do TSE.

portanto, esta relação ideológica, semântica, discursiva, comportamental e midiática que uniria estes dois campos, a Necropolítica e o Jornalismo Policial?

Encontram-se, na mesma linha, grande parte do Jornalismo de cobertura de crimes e os agentes políticos que adotam em suas falas a violência extrema institucionalizada do Estado como arma para resolver os impasses de segurança pública urbana no país. Cada um ao seu modo, pode buscar um culpado imediato para o problema e ambos têm um forte apelo com base em uma comunicação coerente e assertiva nessa busca; os dois respondem de forma fácil a um anseio popular na solução para a violência urbana e o crime, e encontram nas abordagens autoritárias feitas sobre eventos do cotidiano criminal das urbes do Brasil.

2. Para entender a Necropolítica

2.1. Uma revisão da Modernidade

É importante salientar que esta investigação é um esforço para observar relações entre mídia e poder em uma parte do mundo impactada de maneira vigorosa por mudanças na forma de gerir contingentes populacionais, sobretudo, na forma de gerir os que estão à margem de um sistema econômico baseado em acumulação e consumo. Para esta tarefa, a obra *Necropolítica* (Mbembe, 2019), do filósofo camaronês Achille Mbembe, será o ponto de partida para a compreensão de como essa nova dinâmica de poder permeia esta pesquisa, desde o interesse inicial pelo objeto de estudo até a análise de dados coletados e as conclusões sobre o que está a ser estudado, a serem postas nos capítulos seguintes. Como explica o autor no começo de sua reflexão, “exercitar a soberania é exercer controle

sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (Mbembe, 2019, p. 5). Mais adiante, no entanto, esta investigação se propõe a afunilar essa observação que situa o debate referente à atual fase do capitalismo e pretende focar em cenários de menor abrangência geopolítica para, por fim, refletir quanto a fenômenos locais, que servirão à análise efetuada por este trabalho.

Em Necropolítica, Mbembe dialoga com o conceito de Biopolítica, de Michel Foucault, que aborda o tema na aula de 17 de março de 1976, publicada no livro “Em defesa da sociedade” (Foucault, 2010). O pensador francês explana sobre a mudança na forma de conduzir a política no século XVIII em paralelo com o modelo hegemônico em voga até aquele momento histórico. De um poder soberano e disciplinador, pautado no controle do indivíduo cuja vida e morte estavam sujeitos ao poder absoluto de rei e imperadores, as relações políticas passaram a se fundamentar em uma gestão coletiva para o controle e o bom funcionamento social, não mais de pessoas vistas de forma individualizada. Os indivíduos, agora, passam a ser vistos como um conjunto, como população, a ser manejada a fim de garantir que o todo se mantenha de forma saudável. Foucault (2020) trata como algo novo em sua análise histórica, como no excerto a seguir:

De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando? Eu lhes dizia em duas palavras agora há pouco: trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos, dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não

retomo agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (p.204).

A teoria do autor camaronês atualiza as reflexões sobre a gestão da vida em Foucault e, principalmente, distancia-se do teórico francês ao determinar que o território e as experiências europeias, como o nazismo e as dinâmicas de poder do pós-guerra (2016, p.32) não são os mais adequados para entender o que ocorre nas periferias do mundo capitalista.

O choque de Mbembe com o conceito desenvolvido por Foucault passa por uma crítica ao que se entende como a razão na Modernidade, que, da forma que estava posta pelo francês, privilegiava uma abordagem sobre normalização nas democracias, no sentido da relevância das normas estabelecidas para o seu bom funcionamento, e se colocava como um dos elementos centrais nesse projeto de Modernidade relativa à soberania. Deste modo, Mbembe acredita que, para Foucault, o exercício da soberania consistiria na capacidade da sociedade de criar para si mesma suas próprias instituições e seus limites de atuação, baseada numa razão evidente e na própria Modernidade.

Neste ponto, Mbembe rompe com parte do que foi construído por Foucault. O estudioso africano, que observa as relações de poder no século 21, percebe que essa forma de soberania, descrita em Biopolítica, não abrange as novas relações que concatenam soberania, democracia e autonomia. Desta forma, o momento atual sai de uma gestão da vida e da morte, baseada numa razão, ainda muito próxima das ideias iluministas, para ser “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (Mbembe, 2019, p.10). De fato, o filósofo camaronês alcança o entendimento de que, neste momento, existem categorias mais palpáveis do que a da razão

para analisar socialmente como a política influencia na vida cotidiana. Ao invés da gestão da vida, Mbembe direciona sua teoria ao oposto: o que está em jogo e conta no exercício do poder é agora a gestão da morte.

Para ajudar na compreensão, vale expor a colaboração de Leomir Cardoso Hilário (2016), no artigo “Da biopolítica à Necropolítica: variações foulcaultianas na periferia do capitalismo”. O texto traz uma caracterização sobre o pensamento de Foucault: “seu foco deixa de ser a disciplina dos corpos e passa a ser a segurança das populações. Aqui se trata de produzir a vida também, mas de coletividades. De uma anátomo-política dos corpos a uma biopolítica da população, portanto” (p.200).

Mbembe reitera que o direito de deixar viver e o direito de matar já estavam em discussão nas argumentações de Foucault. No entanto, ele questiona que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano quando se trata de guerra, da resistência ou da luta contra o terror. Ele coloca a política como uma forma de guerra e, a partir dessa metáfora, pode-se também perguntar como os governos estão a tratar os corpos, em qualquer lugar do mundo, inclusive nas periferias brasileiras; e, sem rodeios, como o Jornalismo aborda esse tratamento e qual lugar reserva em suas páginas aos acontecimentos de morte – e aqui se pontua as mortes em massa e as que estão encobertas pela sombra da mão do Estado, em alguma medida. Se a soberania é o poder de matar ou deixar viver, é válido estender esse debate ao poder do Jornalismo de abordar ou não como o Estado está envolvido com tema tão caro, a morte, dentro do que se considera a atuação da imprensa em democracias ocidentais. Assim como Mbembe, este trabalho quer ampliar essa discussão e compreender como o assunto é veiculado e se essa veiculação tem alguma ligação com a política que instrumentaliza a morte.

2.2. Periferias do capitalismo

Foucault e Mbembe expõem um dilema quando olham com lupa as mudanças na forma de conduzir as políticas nacionais em conflitos próprios da segurança pública: quem deve morrer? Mbembe (2019) destaca que o Biopoder parece funcionar mediante a “distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica”⁵ (p. 17) entre quem tem direito à vida e os que estão destinados a morte. Este ponto é fundamental para entender o conceito de Necropolítica neste trabalho, pois aborda o racismo como peça fundamental nesse critério para exercer o poder, como ele expõe no trecho seguinte: “a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los” (idem). Exercer a política racial, em última análise, é também colocar em prática a política da morte, para Foucault (2010), que estabelece de forma nítida que “o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (p. 217).

A justificativa supostamente biológica, a da superioridade racial, é o que justifica o direito soberano de matar e o próprio funcionamento dos mecanismos de biopoder em todos os Estados modernos, segundo Foucault. Ao encontro deste, Mbembe reconhece no Estado nazista o exemplo completo de fusão entre guerra e política, o que abrange, nessa relação, racismo, homicídio e suicídio. O autor destaca ainda a contribuição do Estado

⁵ Mbembe remete diretamente ao racismo e, mais adiante, observa que o conceito de raça sempre esteve no cerce do pensamento e das práticas políticas do Ocidente, principalmente, quando se trata de subjugar povos estrangeiros.

nazista para o que ele chama de industrialização da morte, ou seja, a execução em série que transformou a morte em massa em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido. Mas, neste ponto, avança em sua crítica ao traçar comparações entre o extermínio nazista e o imperialismo colonial. É um olhar agudo sobre os modos de operar e as consequências do colonialismo europeu, devorador de outros territórios e culturas desde o século XVI, que marca a diferente abordagem do filósofo africano. Como é epistemologicamente impossível dissociar o colonialismo ao fenômeno histórico do racismo, Mbembe se debruça no tema ao aprofundar as reflexões de Foucault.

Conforme já mencionado, a abordagem racial em Necropolítica, pinçada em Foucault e ampliada em Mbembe para discutir as relações de poder nas periferias do capitalismo, é um dos pontos importantes na elaboração desta investigação. Ao considerar que o Jornalismo hegemônico brasileiro tende a naturalizar a morte de corpos negros nas suas capas e páginas destinadas à cobertura policial, faz-se mais do que necessário compreender como o racismo no Brasil se relaciona, encontra-se, funde-se e sustenta a ideia da Necropolítica, a que gere a morte como um mecanismo de controle social dos indivíduos que são considerados inimigos públicos do Estado. A justificativa subliminar e de recorte biológico, para que determinadas vidas sejam consideradas matáveis e outras não, precisa de modo inequívoco de um suporte midiático para sua disseminação e consolidação. A partir desta premissa, o trabalho persegue os elos entre o que a prática do poder de morte por parte do Estado, à margem da lei e da razão (Mbembe, 2019), impõe no dia a dia nas periferias e o conteúdo noticioso que, antes de qualquer coisa, descontextualiza e, em última instância, respalda o extermínio de pretos e pobres, retratados como uma incômoda parcela que precisa ser necessariamente silenciada e excluída, política e fisicamente.

Sobre o tema, Mbembe explica que estereótipos racistas e o florescimento de um racismo baseado em classe social se traduziu em conflitos sociais do mundo industrial. A ascensão do modo fabril de produção findou por comparar classes trabalhadoras e excluídos pelo Estado no mundo industrial aos “selvagens” na ótica colonial. Novamente, aqui está presente a argumentação para o extermínio. Antes, nas colônias, a ordem do dia era subjugar e, em caso da impossibilidade de subjugação, exterminar os nativos da América ou da África, o que foi, em larga medida, visto como parte inseparável da conquista de território na aventura mercantil europeia. Dominar para garantir recursos da colônia para os impérios incluía, de forma incontornável, matar o “diferente”, os “não-homens”, ou mesmo escravizá-los (o que também significa uma espécie de morte em vida). A morte como prática de dominação era uma tarefa supostamente justificável do colonizador – em uma justificativa dentro da lógica de dominação do nativo, visto como selvagem, em um status inferior e animalesco, como parte da natureza a ser conquistada e explorada.

Para explicar o comportamento do imperialista nas colônias, Mbembe (2019) afirma que, aos olhos do conquistador, os colonizados integravam a chamada “vida selvagem”, que é apenas outra forma de “vida animal” (p.35). Seriam os selvagens seres humanos “naturais”, que carecem do caráter específico humano, da realidade humana, de tal forma que, “quando os europeus os massacraram, de alguma forma não tinham consciência de que haviam cometido assassinato” (p. 36).

Em um salto para o contexto moderno, Mbembe defende que qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. E analisa que modernidade e terror estão ligados desde as práticas políticas do Antigo Regime. Na

experiência da Revolução Francesa, cuja lembrança mais forte construída pelo senso comum é a das decapitações nas guilhotinas. O autor busca em Marx sustentação para traçar outras observações do terror de Estado na era moderna, desta vez sobre o comunismo no século 20.⁶

2.3. Muito além da Europa

A Mbembe interessa mais os acontecimentos históricos em outras geografias que não a europeia para repensar as relações de biopoder e todos os pontos que este conceito abarca. Desta forma, ele recorre à experiência do Apartheid, no continente africano, como um exemplo colonial de exercício mórbido da soberania. Novamente, a raça marca o entendimento de como o poder é exercido nesses espaços. A colônia representa, portanto, um lugar em que a soberania se pauta em um poder à margem da lei e onde a “paz” assume a face de uma “guerra sem fim”, notadamente, na divisão de espaços sociais em compartimentos.

A ocupação colonial tardia, considerada pelo mencionado autor aquela que ocorre durante o século 20, difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, particularmente em sua combinação entre o poder e o que Foucault convencionou em chamar de biopolítica. O pensador também remete à Palestina (Mbembe, 2019, p.24-25),

⁶ Embora Mbembe fale de Necropolítica a partir da Modernidade ocidental, uma convenção atrelada à própria constituição do sistema capitalista de produção, ele não desconsidera que as relações de poder e soberania sejam diferentes no comunismo. Ele também cita a experiência do Leste da Europa para reforçar que a força exercida pelo Estado pode, sim, estar distante da ideologia do capital. Em resumo as reflexões sobre Necropolítica apontam que, na prática, ainda que de forma diversa do modo de produção hegemônico atual, o Estado tende a se impor pela força. No caso específico da implementação do comunismo, a desmercantilização das relações também foi uma ação feita com base na violência e no terror (Mbembe, 2019, pp.24-25).

como a forma mais bem sucedida de necropoder, sendo ela uma concatenação de vários poderes: o disciplinar, o biopolítico e o necropolítico, o que inclui, aliado às tensões bélicas, os espaços de trânsito limitado para minorias étnicas a partir de trincheiras, túneis e cercas e um recorte declaradamente baseado em preceitos raciais que norteiam as políticas do Estado de Israel.

Na análise necropolítica, as “máquinas de guerra na globalização”, como as observadas na Guerra do Golfo e na campanha de Kosovo, são outro importante pilar para entender o conceito. O uso indiscriminado dessas máquinas sem delimitar quem era o inimigo “interno” ou “externo” promovendo a morte também é um exemplo de exercício de necropoder. Mbembe toca em um ponto que este trabalho pretende investigar e analisar: milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exércitos de Estado, todos, com o direito de exercer violência ou matar. É uma primeira menção às milícias, cujo modelo primordial está inserido em um contexto de ordem econômica e tem origem no último quarto do século XX em regiões africanas conflitadas, como está exposto em Mbembe (2019, p. 58). Aqui, Mbembe vai ao cerne dessa questão que aflige, neste momento, o Brasil e outras periferias do capital na América Latina: a relação direta deste fenômeno com a erosão da capacidade do Estado pós-colonial de construir os fundamentos econômicos da ordem e autoridade políticas.

É importante destacar que é na Economia que os fundamentos da política da morte se sustentam, uma vez que a circulação de dinheiro influencia o Estado e a sociedade, pelo menos, de duas formas diferentes desde o final do século XX (Mbembe, 2019, p.53-58). A primeira diz respeito à escassez geral de liquidez e sua concentração gradual em determinados canais, o que resulta em recursos cada vez menores para o controle social e

impacta, consequentemente, na gestão de Estado. Já a segunda é a formação de “enclaves econômicos”, que modificaram a antiga relação entre pessoas e coisas, o que só foi possível com o fluxo controlado e a demarcação dos movimentos de capital em regiões das quais se extraem recursos específicos. Sobre este ponto, Mbembe (2019) detalha:

A extração e o saque dos recursos naturais pelas máquinas de guerra caminham de mãos dadas com tentativas brutais para imobilizar e fixar espacialmente categorias inteiras de pessoas ou, paradoxalmente, para soltá-las, forçando-as a se disseminar por grandes áreas que excedem as fronteiras de um Estado territorial. Enquanto categoria política, as populações são então decompostas entre rebeldes, crianças-soldados, vítimas ou refugiados, civis incapacitados por mutilação ou simplesmente massacrados ao modo dos sacrifícios antigos; enquanto os “sobreviventes”, depois de um êxodo terrível, são confinados a campos e zonas de exceção (p.58).

Assim, percebe-se que na fase atual de controle e exercício de poder, as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo “massacre”. Por oportuno, recorremos a Hilário (2016) para esmiuçar o pensamento de Mbembe acerca da atual fase capitalista.

O sistema passa a se desfazer das massas humanas em larga escala. Alguma coisa acontece na ordem do sistema que faz com que aquelas imensas massas sejam agora dispensáveis ao seu modo de reprodução e produção de riqueza. Seu caráter irracional encontra sua temporalidade histórica: ainda que a produção de valor seja própria do trabalho vivo, o capital desenvolve cada vez mais aquilo que Marx (1988) chamou de “trabalho morto” (p. 202).

A conclusão de Mbembe é que, a partir da perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial, morte e liberdade estão vinculadas e o terror é característica que define os Estados escravistas nos regimes coloniais da modernidade tardia, nas periferias do capitalismo. Para ele, está nítido que as formas contemporâneas que subjuguam a vida ao poder da morte refazem de forma inequívoca as relações entre resistência, sacrifício e terror. O biopoder explorado e exposto por Foucault não serve mais para explicar as formas contemporâneas da política. Já a Necropolítica e o necropoder “são formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de mortos-vivos” (Mbembe, 2019, p.71).

Hilário (2016) resume a mudança apontada por Mbembe em relação ao sistema capitalista que, se antes, caminhava, ainda que de forma frágil, para proteção de direitos individuais do cidadão, durante o período ingênuo do chamado bem-estar social, hoje abriu mão dessa premissa em meio à crise desse modo de produção. O brasileiro arremata a importância do trabalho do filósofo africano para o entendimento da atualidade: “toda esta dinâmica de desconstrução do arranjo de Bem-Estar Social é feita também por meio da agudização das tendências que sempre foram a regra na periferia brasileira do capitalismo: exclusão, barbárie e autoritarismo” (p. 205).

Já neste trabalho, a Necropolítica não deve ser observada apenas como uma política macro de um Estado-nação, como nos exemplos da África do Sul e da Palestina, porém como uma diretriz, uma mentalidade que perpassa outros setores da sociedade e se enraíza como pensamento; que atua nas práticas de violência de Estado vividas nas periferias das cidades brasileiras. Nessa linha, Hilário menciona o Rio de Janeiro em seu artigo, talvez a cidade que mais ocupe o imaginário sobre o Brasil no exterior atualmente. Entretanto,

nesta pesquisa, atravessa-se a geografia brasileira e se olha de forma mais atenta ao que ocorre na periferia da periferia. Daí a escolha de analisar casos, que podem estar dentro do espectro de uma política de morte deliberada ou, no mínimo, permitida por meio de omissão, em uma cidade como Belém do Pará, a cidade mais populosa do Norte do Brasil. Trata-se de um centro urbano que explodiu demograficamente nos últimos 40 anos⁷ e se viu como palco de graves problemas de segurança pública e, por que não dizer, de comunicação pública, haja vista que o papel desta investigação é também o de apontar como esse exercício de poder está intimamente relacionado e se retroalimenta a partir dos meios e processos de comunicação, notadamente, aqui neste contexto, por meio do Jornalismo Policial.

Para Dennis Oliveira (2018), a violência nas periferias da América Latina estrutura as relações sociais e é necessária para o funcionamento do capitalismo. O autor constrói seu trabalho baseado em autores como o próprio Mbembe, quando trata do pensamento que norteia a gestão da morte na atual fase do capitalismo, mas também em Matín-Baró, que defende que o sistema se organiza para manter a ordem social a partir da violência institucional. Em sua argumentação, ele observa essa estruturação nas bases da meritocracia, securitização e do salvacionismo (p.51). O autor utiliza esta reflexão para apontar ainda que as forças armadas e, mais especificamente, no caso do Brasil, as polícias militares, servem como ferramentas para aplicação dessa lógica no dia a dia das periferias. Sobre este tema, Oliveira sublinha que:

⁷ De acordo com o Censo do IBGE, Belém possuía 949.545 habitantes em 1980 e a população estimada para o ano de 2021 é de 1.506.420.

No ano de 1989, a Escola Superior de Guerra, instituição das Forças Armadas brasileiras, que funcionou como um “think tank” das doutrinas que sustentaram a ditadura militar (1964-1985), elaborou um documento intitulado “Estrutura do Poder Nacional para o Século XXI”, que no capítulo da “ordem social” aponta que o crescimento da miserabilidade é um fator de risco para a desestabilização do sistema, razão pela qual pregam a manutenção do papel de “polícia” das Forças Armadas para o controle dos cinturões de miséria e o contingente de “menores” abandonados que tenderiam a se transformar em “criminosos (p.50).

O pesquisador pontua que esse documento definiu o papel das Forças Armadas no ordenamento democrático na própria Assembleia Nacional Constituinte, quando supostamente se pretendia romper com o forte controle militar e maximizar os direitos da população. Curiosamente, os atores envolvidos diretamente no controle da ordem e na repressão política de um regime que durou mais de 21 anos, agora estavam em uma função central para resolver problemas de cunho eminentemente social. Se antes, estes atores tratavam como inimigo o cidadão que se insurgia contra as arbitrariedades dos militares no poder, fosse em grupos armados ou por meio de opinião, agora passaram a ser responsáveis por conter o que viesse a fugir da normalidade em áreas onde uma população se multiplicava longe de políticas públicas ou do tratamento equânime como cidadãos detentores de direitos fundamentais. Oliveira bem observa que os militares saíram do controle da esfera pública institucional para conter as periferias. Numa transição de alvo, mas não de função, as corporações policiais, a partir de sua configuração constitucional, passaram a ter o sujeito periférico como o novo “inimigo interno”, a quem a soberania do poder de que fala Mbembe coloca na condição de submisso à Necropolítica”.

Diante deste modelo, agora formalizado pelo símbolo documental de uma nova era democrática no Brasil, a repressão institucional nas periferias brasileiras ganhou uma verdadeira justificativa legal para servir como ferramenta para manutenção da ordem social em um país. Ironicamente, o documento que inaugura essa fase, a serviço do respaldo da violência policial nas periferias, é apelidado de Constituição Cidadã, designação que perdura até hoje. As consequências dessa decisão hoje se traduzem em números⁸, colaborando para o reforço de uma imagem das periferias vinculadas à violência e fazendo-as parecer ambientes de terror. A base real dessa violência praticada de forma incessante e ostensiva, invariavelmente, finda por estampar o noticiário, ainda que esses crimes, em uma primeira apuração, não sejam diretamente ligados à atuação direta de polícias ou grupos paramilitares.

Oliveira traz ainda outra importante reflexão sobre essa violência que estrutura as relações na América Latina. Ele ressalta que ela não se limita à desigualdade social, que mantém os sujeitos em absoluta pobreza e apartados de direitos básicos. Como elemento estruturante, a violência estrutural ordena e impõe essa desigualdade por meio da lei que sustenta mecanismos de distribuição da riqueza e que produz uma força coercitiva que obriga a maioria a respeitar tais mecanismos (Oliveira, 2018, p.42). Neste debate, o brasileiro atenta que as relações sociais permeadas pela violência trazem também uma polarização social marcada por critérios supostamente morais, que tentam simplificar a criminalidade a uma escolha individual entre o bem e o mal, o que acaba por impactar nas diferenças políticas entre os indivíduos. Segundo ele, há uma anulação dessas diferenças entre posições e ideologias políticas e o debate público é, metaforicamente, ocupado pela

⁸ Dados sobre violência policial no Brasil.

polícia, isto é, a força policial é vista como solução para questões que deveriam ser debatidas por todos os atores sociais. Associado a esse componente corporativo da violência, o autor firma que a política de morte, além de mais adequada à atual fase do capitalismo, tem na colônia o melhor modelo, por ser esse espaço “o lugar do exercício do poder sem limites (2018, p.51). Neste ponto, também é considerada a categoria “raça” como fundamento deste processo, uma vez que, ideologicamente, com base em um verniz supostamente científico, o conceito racial sustentou os projetos de supremacia racial e foi uma das bases da constituição do biopoder, conforme aponta Foucault (Foucault, 2010).

2.4. Favela, uma nova senzala

A correlação entre as colônias escravocratas e as periferias atuais, regidas pela violência, ou ainda, por um poder sem os limites da lei, começa a fazer sentido, principalmente, quando se leva em consideração estes dois fenômenos ligados por uma cronologia histórica, iniciada com a transição do período de exploração da mão de obra escrava, eminentemente negra, para a fase pós-abolição no Brasil. Não por acaso, escravos libertos após a Lei Áurea, que aboliu a escravidão em território brasileiro em 1888, sem subsídios e descobertos de qualquer política social pelo poder público, então comandado pela nobreza portuguesa, correram para ocupar os territórios nos arrabaldes das grandes cidades, formando o que hoje se chamam de favelas, bairros negros e periferias.

No livro “Quilombo, favela e periferia: a longa busca por cidadania (Carril, 2006), a pesquisadora Lourdes Carril reflete acerca de questões raciais, violência e urbanidade no Brasil, a partir da experiência da escravidão e consequências desse período hediondo para

a sociedade brasileira. Um dos pontos observados é a formação do território urbano e a origem dos atuais espaços que hoje configuram as periferias do país:

A abolição não representou a inserção do ex-escravizado como trabalhador assalariado, nem o reproduziu como trabalhador, uma vez que ele teve que competir em condição desigual com o imigrante para integrar as novas bases da acumulação do capital. Não havendo lugar na sociedade para o ex-trabalhador escravizado, a reprodução dos seus meios de vida ficou condicionada às formas de superexploração, e as opções de moradia foram os cortiços e as favelas, já que não tinha a possibilidade de produzir seus meios de subsistência, nem sua moradia (p.58).

É no ambiente das periferias, marcado por diversos abandonos, que parte relevante da urbanização brasileira se desenvolve a partir da miséria daqueles que, se por um lado estavam finalmente livres, por outro, ainda precisavam lidar com as vicissitudes de organizar a nova vida e todas as premências para se acomodar a uma nova realidade, desta vez sem um senhor e com a missão de, mesmo que excluído e ignorado como sujeito, adequar-se ao sistema de produção. Esta massa populacional paulatinamente ocupou e ainda ocupa esses territórios que hoje refazem a lógica colonial, evidenciando o racismo que estrutura a sociedade brasileira, até mesmo organizando-a geograficamente (Almeida, 2019).

O conceito de “vidas nuas” (Agamben, 2014), usado por Dennis de Oliveira (2018), também explica como a violência praticada contra pretos e pardos e pobres se justifica na América Latina. São essas vidas, esses sujeitos, descendentes, em sua maioria, de escravizados que são os principais alvos do necropoder. Afinal, são vidas que pouco importam dentro do que Anibal Quijano aponta como “colonialidade do poder” (Quijano,

2005). A contribuição de Quijano, a partir desse conceito, neste trabalho amplia a questão racial e não a coloca como uma exclusividade dos descendentes de africanos trazidos ao Brasil para serem escravizados no século XVI. Ele aprofunda esse debate a partir de uma lógica que se inicia na colonização portuguesa e espanhola na América, mas que se estende, como marca indelével no desenvolvimento das sociedades sul-americanas até os dias de hoje. Para explicitar essa compreensão, recorre-se ao texto elementar de Quijano (2005), no qual ele expõe que essa realidade e classificação racista entre europeus colonizadores e as demais raças foi além do período colonial e determina as relações de trabalhos nos dias de hoje, com base em racismo:

O controle do trabalho no novo padrão de poder mundial constituiu-se, assim, articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado, e desse modo sob o domínio desta. Mas tal articulação foi constitutivamente colonial, pois se baseou, primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às raças colonizadas, originalmente índios, negros e de modo mais complexo, os mestiços, na América e mais tarde às demais raças colonizadas no resto do mundo, oliváceos e amarelos. E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os brancos (p. 120).

Nas periferias do Brasil e nas práticas de violência nesses territórios, a máxima de Quijano de que “o poder também se manifesta pela restrição da democracia, do estatuto dos direitos civis e humanos, enfim, restringe a ordem social da Modernidade aos povos brancos” (Oliveira, 2018, p.56) pode ser nitidamente observada. Nesse sentido, Oliveira demonstra, baseado na leitura do pensador peruano, que “o racismo não é apenas uma

manifestação comportamental, mas uma arquitetura lógica interna às dinâmicas da colonialidade do poder e da Necropolítica” (idem).

3. Jornalismo Policial e Política da Morte

3.1. O corpo estendido no chão

Não parece excessivo reforçar que este é um trabalho sobre Jornalismo. Embora as bases desta investigação científica advenham da Sociologia e da Política, as reflexões aqui propostas são voltadas eminentemente ao fazer jornalístico e seus impactos no meio social. Além disso, é importante pontuar que esta investigação trata o Jornalismo na ampla acepção basilar, condensada por Nelson Traquina, como um meio aglutinador da própria vida, cujo elemento primordial é a notícia, esta como um objeto em constante construção social (Traquina, 2020). Todavia nos interessa ainda o que o estudioso norte-americano aborda, de forma mais específica, quando trata do Jornalismo vinculado à Democracia, como no trecho em que diz que:

Tal como uma democracia sem imprensa livre é impensável, o jornalismo sem liberdade é farsa ou tragédia. O que é jornalismo num sistema totalitário, seja nas formas seculares, como o fascismo, seja numa forma religiosa, como por exemplo, o ex-regime dos Talebãs no Afeganistão, é fácil definir: o Jornalismo seria a propaganda do poder instalado (pp. 22-23).

Embora o atual contexto político brasileiro, permeado por autoritarismos, prevalece a concepção de que o país vive uma democracia em consolidação desde 1985, com o fim do Ditadura Civil-militar, imposta à nação por 21 anos. O marco da redemocratização é a

Constituição Federal de 1988, Carta que rege o país até hoje. Nela estão estabelecidos os preceitos de liberdade de imprensa e direitos individuais e coletivos dos cidadãos e as responsabilidades que possui o Estado em seu dever de protegê-la. A investigação parte desta premissa, a de que, no Brasil, há uma democracia estabelecida e instrumentalizada com recursos jurídicos para o seu pleno funcionamento, mas que, na prática, está afetada pelo exercício do necropoder. À grande parte da população, em vez de direitos, o extermínio direto ou omissões do Estado que permitem massacres e chacinas nas periferias, sempre um prato cheio a ser servido no noticiário.

Por um lado, ainda baseado em Traquina, é válido mencionar que o Jornalismo que interessa a este trabalho é o nascido no século XIX, quando ressoaram os primeiros valores modernos das práticas que hoje conhecemos. Por outro viés, o estudo não desconsidera a presença do aspecto comercial, igualmente com origem remota na chamada *penny press*, que inaugurou a notícia como produto, não mais baseada nas opiniões de seus autores, mas em fatos, bem como a notícia de circulação ligeira e em massa com o suporte das novíssimas tecnologias de impressão. Neste ponto, vale reiterar encarar as notícias como bens a serem comercializados que não implica aqui em um juízo de valor. Isso apenas serve para compreender que certos temas, como a morte, ocupam espaços importantes nos meios de comunicação não sem razão, uma vez que além do valor-notícia (Traquina, 2005, pp.63-69), inerente a um assunto, há também relação com o público consumidor interessado no tema.

A morte está no campo de atração do leitor e este tema está totalmente em conformidade com o que é a notícia, como conceito construído ao longo do tempo. Como parte integrante do objeto de estudo desta pesquisa, esses acontecimentos funestos e de

grande repercussão social possuem o que Mitchel Stephens (Traquina, 2005, p.63)

denomina de “qualidades duradouras”, estando a morte listada inclusive junto ao insólito, ao extraordinário, à catástrofe, à guerra, à violência e à celebridade, como algo digno de ser noticiado.

No estudo realizado por Fabia Maria Sepeda Brabo (Brabo, 2020) é possível compreender historicamente quando o Jornalismo brasileiro incorporou a violência e o crime como produtos dos mais importantes dentro das “prateleiras” dos jornais. Baseada no sucesso da imprensa amarela estadunidense, o noticiário nacional abraçou o chamado Jornalismo Policial⁹ a partir de experiências no Rio de Janeiro, em periódicos como o Jornal do Commercio e o Jornal do Brasil, ainda na segunda década do século XX. Já nesse início fica evidente a prática de usar fontes exclusivamente oficiais para relatar os fatos e contar as histórias por meio das notícias. É como se os personagens dessas tragédias cotidianas pouco importassem na hora de narrar o ocorrido e o amplo contexto sobre esses episódios fossem igualmente desimportantes diante das versões oficiais. Não é à toa que se nomeia, frequentemente, as seções específicas ou editoriais sobre crimes nos jornais como “Polícia”, quando a cobertura desses assuntos é muito mais ampla do que o trabalho cotidiano das corporações policiais. O termo “jornalismo policial” se entranhou, ao longo das décadas, no

⁹ Este trabalho não pretende se aprofundar sobre a forma como os jornais nomeiam suas seções destinadas à cobertura de fatos relacionados à segurança pública. Há um debate sobre essa denominação a ser usada nos periódicos, na qual o “Jornalismo Policial” está vinculado a uma forma ultrapassada de separar as notícias sobre tema por seção e até, em alguns casos, se esse tipo de informação deve estar incluída nos cadernos que abordam notícias locais ou gerais da cidade. Além das questões de linguagem, esta investigação privilegia um certo tipo específico de notícias, as que envolvem chacinas, as quais estão posicionadas regulamente nos meios pesquisados, em seções ou cadernos bem identificados para público leitor. Em ambos, a palavra “polícia” faz referência ao espaço destinado a notícias sobre crimes e atuação das corporações de segurança pública, de modo que se assemelha aos antigos diários brasileiros, como é mencionado na dissertação de Cepeda. Alguns podem usar Jornalismo Policial, Jornalismo de Crime, Segurança Pública ou outra denominação. Aqui, neste texto, usaremos a forma mais comum, que é o Jornalismo Policial.

imaginário popular brasileiro, especialmente a partir dos programas de rádio que divulgavam notícias. (Brabo, 2020, p.12).

Brabo, em dissertação sobre o tema, também aponta como marco inaugural do Jornalismo Policial no estado do Pará, território de observação dessa pesquisa, o programa de rádio "A Patrulha da Cidade", ainda no ar desde 1965. O meio radiofônico traz a linguagem policial para dentro das casas dos ouvintes com uma narração impactante e o background de trilhas sonoras de *westerns movies*. Efeitos sonoros como ruído de tiros, sirenes de carros de polícia e reportagens dentro das delegacias corroboraram para a construção de um cenário que sugere uma mensagem clara: as histórias possuem dois lados, o dos mocinhos e dos bandidos, como nas perseguições do Velho Oeste dos Estados Unidos. Com a obtenção de um sucesso veloz nas rádios, o formato foi transportado para a televisão, onde o alcance se ampliou progressivamente conforme os aparelhos de TV se popularizaram e começaram a fazer parte da mobília das famílias paraenses. Não foi por mera coincidência que os jornais impressos também absorveram o *modus operandi* de A Patrulha da Cidade e, com isso, no final da década de 70, o estilo chegou aos jornais impressos consolidados, como O Liberal e o Diário do Pará.

Muito da primeira fase da cobertura dos crimes permanece meramente factual e, em certa medida, esse caráter primário do setor pode ter se agravado com a convergência de meios (Jenkins, 2009), proporcionada pelos meios digitais e por toda a urgência da velocidade envolvida nas publicações exigida por estas novas mídias, debate que não será abordado com profundidade neste trabalho. Todavia, se em parte há uma insistência na velha abordagem baseada nos Boletins de Ocorrência, também se faz necessário reconhecer que ocorreram determinadas mudanças, tornando-se necessário observar o

que tem sido realizado atualmente. O livro “Mídia e violência” (Ramos & Paiva, 2007) aponta alterações significativas na cobertura do Jornalismo de crimes. Dentre as transformações, está a identificação de matérias jornalísticas voltadas à segurança pública e a problemas estruturais deste setor em oposição a uma cobertura factual dos crimes e casos de violência, vista como uma forma antiquada de abordagem jornalística desses temas.

No livro de Ramos e Paiva, há uma análise do jornalista e ex-diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – Abraji, Fernando Molica (Ramos & Paiva, 2007, pp. 27-31), que dimensiona sucintamente a linha do tempo entre os primórdios da notícia e o que, em escala de excelência jornalística, temos hoje. Sob o título “Entre nomes e números”, ele passeia entre os anos 1950 e a primeira década dos anos 2000, encerrando sua análise em 2007, época da publicação daquele trabalho. O início da cobertura do chamado Jornalismo Policial, no Brasil, é marcado por narrativas personalistas e dualidades simplistas, nada sutis, entre mocinhos e bandidos. Nesta fase, a figura dos vilões da cidade, os “inimigos públicos”, e guerra das autoridades contra eles, como pontos desviantes de uma realidade naturalmente pacífica ganham as páginas com manchetes adjetivadas e sensacionalistas para atrair a audiência e incrementar as famosas “caçadas” contra os criminosos. Ainda nessa tendência de individualizar a violência e o crime, estavam os acontecimentos sangrentos entre as classes mais abastadas. Estes como um filão ainda mais atrativo e produto perfeito para venda dos jornais.

Vale lembrar que o debate sobre o Jornalismo Policial está necessariamente situado na lógica que perpassa a produção jornalística moderna. A onipresença da informação já processada e transformada em notícia e os princípios que, teoricamente, norteiam o

Jornalismo podem camuflar uma realidade óbvia, mas nem sempre percebida por todos: antes da função moral e mantenedora dos princípios de civilidade mínimos, há, na camada primeira dessa produção, a busca de uma sustentabilidade econômica e do lucro desde o começo da história da imprensa industrial (Rosa, 2016, pp. 51-57). O flerte entre o sensacionalismo e os consumidores da notícia é real e permanece entranhado no noticiário, como parte de sua estrutura.

Eugênio Bucci, pesquisador e crítico de televisão, pontua que um marco do sensacionalismo do Jornalismo no Brasil foi o televisivo *Aqui e agora*, exibido entre os anos 1991 e 1997, pelo Sistema Brasileiro de Televisão - SBT (Bucci, 2000). O jornalístico trouxe à televisão uma linguagem veloz e próxima da população e com isso, como constata o autor, quebrou-se um paradigma do telejornalismo brasileiro tradicional. Bucci analisa que, no começo, essa proximidade com temas populares chegou inclusive a levar à abordagem de problemas comunitários e até a relato de greves de sindicatos menores. No entanto, a violência e o crime nas grandes cidades se impuseram também ao meio televisivo. O interesse crescente da audiência por esses temas chamou a atenção sobre como o interesse do público poderia se transformar em receita para as empresas de Comunicação. Na prática, os anúncios de publicidade trouxeram mais lucro para o empresário e apresentador Sílvio Santos. Por este motivo, que obviamente segue a lógica do capital, não demorou para que os diretores do canal concentrassem a maior parte da programação principalmente em crimes que envolvessem assassinatos e até mesmo os suicídios.

A realidade narrada por repórteres sem gravata e suados nos locais dos acontecimentos desequilibrou a balança da audiência no Brasil e até os jornais consagrados, como o Jornal Nacional, começaram a abrir mais espaço para as notícias de

crimes violentos. Dessa sensação lucrativa e quase irresistível, nasceram outros programas, como o Balanço Geral e o Cidade Alerta (Bucci, 2000), em exibição até hoje. Também no âmbito local, o modelo Aqui e Agora se alastrou por todas as capitais, bem como para as médias e pequenas cidades com canais com produção jornalística televisiva própria.

Ocorre que, o processo de produção de notícias é dinâmico e não-linear e também reflete mudanças sociais, ainda que de forma sutil. Há uma percepção de mudança no Jornalismo Policial ainda na década de 1960 na medida em que as desigualdades sociais ficam mais evidentes e a conduta das autoridades e o poder econômico começam a ser questionados. Molica sustenta que “o crime não era mais aquele, bandidos e mocinhos poderiam trocar de papéis; a razão, quem sabe, poderia estar com os que assaltavam bancos, não com aqueles que os protegem” (Ramos & Paiva, 2007, p. 30). Molica relata ainda que, um pouco mais adiante, já em 1980, os jornalistas do Rio de Janeiro observaram um fenômeno até então inédito, o surgimento de grupos de criminosos organizados, as primeiras chamadas “falanges vermelhas” e os grupos de extermínio comandados por agentes da Polícia Militar. O autor da análise sustenta que é nesta época que a academia passa a ver a violência e o crime como um assunto a ser estudado de forma mais profunda e sistemática. Neste momento, aparece a figura do especialista em segurança pública, “aquele que chegava ao tiroteio munido de estatísticas e de alternativas para tentar solucionar o impasse” (Idem). Inicia-se, assim, uma transformação do jornalismo descontextualizado para um esforço de entendimento noticioso mais amplo das questões antes publicadas meramente como fatalidades ou tragédias ou contratempos em uma sociedade em desenvolvimento e focada no progresso. Os indicadores sociais, pautados em estatísticas e análises oriundas em métodos científicos, foram fundamentais para revelar realidades mais

chocantes, muito além do próprio sangue e dor estampados nas capas de jornais, como Molica diz:

A busca de indicadores objetivos para um melhor entendimento do fenômeno da violência urbana ainda é recente. Não se tem nesta área a mesma tradição cultivada, por exemplo, nas páginas dedicadas à economia. O desespero com a violência e o crescimento das ações criminosas impede, muitas vezes, uma discussão mais equilibrada do tema. Volta e meia, os jornais acabam contaminados pela lógica do inimigo público número 1 – é quando, por exemplo, a morte do chefe do comércio de drogas de uma favela é tratada como um ponto final nos problemas daquela área e não como uma simples passagem de poder (Ramos & Paiva, 2007. p. 31).

Este trabalho traz também a observação sobre como a cobertura jornalística de crimes e assuntos correlatos ao longo dos anos, mas também busca compreender que esse processo não se dá de forma homogênea. Principalmente, ao entender que empresas de Comunicação são diferentes entre si a partir do tamanho do capital empregado nelas, a abrangência de seus veículos em relação à audiência, seus processos históricos de consolidação comercial e posição geográfica no país. Todos esses e outros fatores influenciam no produto do Jornalismo. Portanto esta investigação recorta o estudo a veículos que estão na periferia do Brasil e, conseqüentemente, em área marginal do mercado brasileiro de Comunicação. Não é objetivo desta pesquisa analisar como as organizações empresariais e as condições de trabalho para os trabalhadores do Jornalismo impactam nessa produção, ainda que haja um reconhecimento de que abordagens sobre temas muito caros, como o crime e a violência, também são ditadas por essas conjunturas. Se levarmos em consideração a lógica de que notícias dessa ordem sejam produtos

extremamente lucrativos e que a forma de apresentação delas dentro de um espectro sensacionalista atraia grande audiência, é possível entender as opções dos grupos empresariais bem como apresentar essa mercadoria com o mínimo de esforço para produzi-las. Outro debate, reconhecidamente necessário, mas que ultrapassa os limites deste trabalho.

De forma subsequente, esta pesquisa busca também utilizar o conceito de Necropolítica, como uma mentalidade que perpassa a lógica atual do capitalismo, para entender esta construção simbólica sobre o crime e a violência e a insistente frequência de certos perfis, locais e abordagens no jornalismo impresso. Não se pretende aqui realizar um afastamento dos fatos em si e da relevância deles, mas compreender, de forma geral, se as mortes impressas nos jornais, registradas nas periferias pobres das grandes cidades brasileiras, tendo homens negros, jovens e igualmente pobres como vítimas, não seriam parte de uma lógica de poder assumida e reforçada pela imprensa.

Não é tarefa desta observação medir quantitativamente o perfil socioeconômico dos que protagonizam reportagens sobre crimes. Contudo, é possível entender como o Jornalismo Policial brasileiro faz um evidente recorte de classe ao relatar certo tipo de crime. Assim, é possível, por exemplo, perceber que grandes crimes contra o sistema financeiro ou contra o erário, muito frequentes entre as notícias do Jornalismo diário brasileiro, não são abordados nessas seções. Não seriam estas condutas também crimes? Apesar da classificação delituosa do fato, além dessas ações serem tantas vezes mais lesivas coletivamente do que outras ocorrências que ganham atenção da mídia, usualmente esse tipo de delito não chega a entrar nas conhecidas editoriais de polícia dos impressos do país. Esse apartheid noticioso, em que criminosos pobres são apresentados em uma área dos

jornais e, bandidos ricos, em outras, reforça o que Bucci (2000) aponta ser um nítido preconceito de classe que caminha lado a lado com o racismo.

Fica nítido que há um recorte social, econômico, racial e espacial quando se trata de crime e, principalmente, de determinar quem é o criminoso. Além das implicações diretas para uma população específica, essa repetição, amplificada à enésima potência pelos meios de comunicação, traz um embotamento perigoso sobre a percepção das causas que estão por trás da violência e do crime, cujos índices no Brasil são comparados a de países em guerra no que diz respeito a assassinatos, por exemplo (IPEA, 2019). Neste ponto, a descontextualização do problema e, principalmente, a insistência na imagem de um antagonista para sociedade tem consequências práticas para os que estão na condição de vidas descartáveis (Mbembe, 2019).

É o que podemos chamar de violência simbólica, sendo esta a que constrói o perfil social, racial, geográfico e econômico do criminoso, embalando e institucionalizando a violência real das ruas. Em *O Poder Simbólico*, Bourdieu (1989, pp. 7-16) aduz que a força que estrutura os símbolos também é uma forma de dominação com consequências na realidade. A insistência nesse tipo de informação descontextualizada, que classifica a pobreza como mal em si e, especificamente, transforma pobres envolvidos em crimes em vilões, é a mesma que justifica a violência institucional, aquela cometida pelo Estado.

Nos últimos anos, uma informação, reproduzida com as mais diversas roupagens, tornou-se comum nas notícias sobre segurança pública no Brasil: “a polícia brasileira é a que mais mata e a que mais morre em todo mundo”.¹⁰ Nela, está a dimensão do que se

¹⁰ No dia 16 de julho de 2021, o jornal Valor Econômico expôs, em uma de suas notícias, um dado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP): o número de pessoas mortas em intervenções policiais no Brasil cresceu em 2020, para 6.416. O texto aponta que é o maior da série histórica da

tornou a guerra nos grandes centros urbanos brasileiros. Como já foi dito anteriormente, vale lembrar quem são as vítimas da violência policial – as que habitam nas periferias brasileiras, quase sempre negras e pobres, como há inúmeros casos frequentemente expostos pelos meios de comunicação do Brasil¹¹. Essa violência por parte do Estado, por meio das corporações policiais, interessa de todo a este trabalho por indicar um traço do necropoder na prática cotidiana. Chegamos, assim, a um fenômeno latino-americano presente na urbanidade brasileira e, obviamente, no noticiário. A um tema que tomou conta dos debates sobre segurança pública no país com grande repercussão e implicações políticas: o surgimento de grupos criminosos organizados dentro dos órgãos de segurança, as chamadas milícias. Esses grupos aparecem em 1960, no Rio de Janeiro, com a finalidade de agir como grupos de extermínio, que visavam executar criminosos a mando de pequenos empresários de áreas de periferia (Ettel & Novaes Cruz, 2012, p.14). Hoje, estes grupos ganharam outra configuração e ampliaram o seu poder, sobretudo nas periferias das grandes cidades.

Percebe-se ainda que esses grupos ganharam e ganham força, cada vez mais, a partir de um sentimento de arrivismo, isto é, o de realizar a justiça imediata nas ruas, “com as próprias mãos”, e de exercer poderes sem limite, poderes esses tacitamente atribuídos à polícia, ainda que, de fato, esses coletivos sejam compostos por milicianos à margem da lei. Não raro, o termo milícia será encontrado nas notícias sobre morte em massa nas periferias

entidade, que começou a coletar essas informações em 2013. Houve aumento de 190% sobre o primeiro ano da série. Em 2015, a imprensa brasileira, em veículos como a Globo News, publicizou informações da Anistia Internacional, que mostra que a polícia do Brasil é que mais mata quando comparada com outros países no mundo inteiro.

¹¹ Um dos mais recentes, enquanto este trabalho está em produção, foi a “Chacina do Jacarezinho”, uma operação policial, em um dos morros do Rio de Janeiro, que resultou em 29 pessoas mortas. As investigações iniciais apontam para execuções sumárias realizadas pela Polícia Militar daquele Estado.

brasileiras. Massacres ou chacinas são a forma que esse poder de milícia costuma se materializar, poder este que ora se confunde com as próprias corporações, ora ganha status independente, sem nunca perder a conexão direta com o que o liga ao Estado, seja pelo uso da farda, seja pelo armamento e pelos próprios agentes do Estado, seja pela fama que reforça sua autoridade policial, ainda que não a exerça dentro dos trâmites da lei e dos estatutos que regem essas corporações. Estes vestígios de necropoder, em horripilantes cenas de sangue comuns nas baixadas e bairros pobres de Belém do Pará, na Amazônia brasileira, também estão na lupa dessa investigação que analisa as relações mais diretas entre a Necropolítica e o Jornalismo Policial.

3.2. Pela memória dos mortos

A cena descrita a seguir não vem diretamente do noticiário, não é um caso específico, nem um relato testemunhal, porém é comum em grandes cidades brasileiras, muito mais do que brasileiros gostariam que fosse. Trata-se apenas de um exercício do que se ouviu falar muitas vezes, como uma repetição tão frequente quanto macabra. Aqui está ela: um grupo de homens está reunido em um bar modesto. Cadeiras e mesas feitas de plástico amarelo, bebidas baratas, canções populares no aparelho de som. São dez indivíduos de um grupo coeso de jovens entre 17 e 29 anos, além de outros clientes avulsos, numa sexta-feira à noite, quase sábado. O estabelecimento está situado em uma via estreita, sem pavimentação ou tratamento de esgoto, na periferia de Belém do Pará, capital ao Norte do Brasil. A companhia de distribuição de energia ignora as ligações clandestinas nos casebres do entorno e a água encanada também ainda é um problema. Valas fétidas,

com esgoto, lixo doméstico e vegetação, margeiam a ruela e exalam um odor ao qual todos já se acostumaram.

Vivem por ali cerca de 50 famílias na vizinhança, a maioria de pretos ou pardos, com rendimentos que os enquadram numa situação de pobreza, caso um agente censitário passasse por ali e os perguntasse sobre esses dados. A celebração em um bar vai longe e todos estão alegres. É quando um carro, de modelo Celta da Chevrolet e cor prata na lataria, para ali perto e começa a fazer uma lenta manobra para se colocar na posição de saída da rua. Findo o estacionamento, saem três homens armados de pistolas – não revólveres, que seja dito - e disparam contra os fregueses. Os vizinhos, de dentro das casas próximas, ouvem os tiros. Quando acabam os estampidos, há corpos no chão. Não dá ainda para contar quantos são, mas muitos são do grupo de dez homens descritos no começo. Os curiosos chegam e fazem fotos com câmeras de telemóveis. Com alguma demora, aparecem as guarnições da Polícia Militar e Polícia Civil nas viaturas com seus luminosos e sirenes. Na sequência, surgem jornalistas dos diários da cidade e, por último, os peritos e os carros do Instituto Médico Legal para conferir a cena e recolher os cadáveres. Poucos minutos depois, as mortes estão em portais de Jornalismo on-line e, no dia seguinte, serão manchete nos impressos com palavras ou expressões que remetem ao horror: chacina ou massacre ou banho de sangue. Ao longo de dois, três dias, o noticiário vai se ocupar desse evento e aquela viela, antes ignorada pela imprensa e pelo poder público, será cenário de novas reportagens acerca do morticínio daquela noite.

Este trabalho trata de notícias desse tipo, mas principalmente sobre a conjuntura que as sustentam. Hoje esse tipo de informação circula com rapidez, choca e mobiliza boa parte da sociedade, no entanto, pela frequência com que estes fatos ocorrem, é possível

perceber que algo está fora de lugar. O homicídio em si já é um sinal de que há alguma disfunção social em curso, afinal, está nas leis dos homens e nas leis sagradas, de uma pátria fundada na moral judaico-cristã, que matar é errado e há alguma consequência, seja a punição da Justiça em uma cela ou a ira de Deus que colocará o culpado no inferno. Então matar muitos de uma única vez, no mínimo, sinaliza um grande mal-estar, ou, pelo menos, deveria sinalizar.

O noticiário tem como uma das funções expor essa aflição social diante da tragédia. Mas, por outro lado, pode indicar uma perigosa naturalização do que não deveria ser encarado com naturalidade. Muitas vezes o que suscitaria espanto, indignação e revolta traz em seu conteúdo uma sensação de alívio quando o assunto é criminalidade e violência, em um silogismo cruel: se eu tenho inimigos e alguém os mata, então, não tenho mais inimigos. A palavra inimigo aqui é apenas uma forma de chamar o que a sociedade entende como os párias e passíveis de morrer sem perdão nem muita explicação, o que no texto de Dennis de Oliveira (Oliveira, 2018) é mencionado como “vidas nuas”, concepção do italiano Giorgio Agamben (Agamben, 2014). Afinal, não eram bandidos? Quanto menos bandidos em circulação melhor, alguns podem pensar. Quanto menos criminalidade e violência mais paz social. Esta é a mensagem por trás de um comentário ou outro de regozijo diante das notícias sobre a morte do que é considerado uma ameaça, ainda que não se tenha certeza nem provas de que realmente seja o extermínio de quem é considerado inimigo ou se consiga racionalizar que esse julgamento prévio é problemático. Se neste banguê-banguê urbano tupiniquim, nessa pobre dualidade de mocinhos e bandidos, tanto mais os papéis estejam melhor definidos: os de uniforme para um lado e a população mais pobre para o outro.

Diante da leitura do texto “Necropolítica”, de Mbembe (Mbembe, 2019), esta investigação pretende entender como os fatos captados pelo Jornalismo Policial estão inseridos em uma mentalidade que permeia nosso tempo e como está relacionada a ela. No artigo de Antonio Fuentes Díaz, em um livro organizado sobre Necropolítica, ele aborda que a violência expressa mudanças na forma de governo em um “modelo disciplinar de trabalho” para gerir risco nas sociedades neoliberais. Em um trecho, o autor assinala como esse fenômeno permeia as relações sociais: “la violencia así banalizada induce a pensar en transformaciones en la subjetividad y en las formas en que se ejercía la mediación de las relaciones sociales en etapas previas” (Díaz, 2012, p. 34).

O Jornalismo Policial é parte dessa mentalidade? Ele a reforça? Ele a condena? No que ele contribui para reforçá-la ou destruí-la? Ele tem esse poder destrutivo dessa substância que induz como a política lida com a vida e a morte na atual fase de acumulação e distribuição de riquezas que nos encontramos? É importante compreender o conceito principal que o filósofo Mbembe nos mostra como a política determina quem vive e quem morre e o que fundamenta essas decisões e, ainda mais relevante, perceber ligações entre o que tem ocorrido a partir de ações ou omissões do Estado e como os meios de comunicação narram estes fatos. Mbembe expõe de forma muito nítida componentes importantes do que ele considera Necropolítica, ainda que visto em um contexto macro, de estados-nações. Embora a análise social dele seja voltada para as relações de poder em países, é possível perceber alguns padrões e usá-los em observações de realidades mais próximas, com uma limitação territorial e abrangência de poderes menores, como forma de entender como esse pensamento está presente no cotidiano e não é apenas uma digressão filosófica descolada do que se vive nas cidades da América do Sul e, em específico, do Brasil.

No artigo de Leomir Cardoso Hilário (Hilário, 2016), o pesquisador aborda que as ideias de Mbembe estavam em debate no México devido à violência urbana brutal naquele país, com base em eventos ocorridos ainda em 2012. Ele chama atenção, na ocasião, de ter lido um artigo, assinado pelo jornalista uruguaio radicado no México Carlos Fazio. No texto, sob o título “La catástrofe que viene”, o jornalista já usava o conceito de Necropolítica para refletir sobre a violência nas cidades de Tijuana, Torreón e Juárez. A reflexão tratava de morticínios em suas diversas facetas e a reponsabilidade das “máquinas de guerra” nesses crimes, as quais textualmente são citadas como milícias, mercenários e companhias de segurança privada contratadas para matar. Hilário, de forma certa, pergunta-se: “mas não se passa o mesmo no Brasil?”. É provável que a imagem do Rio de Janeiro e o problema agravado na cidade nas últimas décadas venham à mente quando o estudioso lança a questão, o que não impede de estender essa reflexão a outras regiões do Brasil, como a Belém do Pará, uma capital invisível, ainda associada ao imaginário colonial das cidades erguidas na Amazônia brasileira e vista como “distante” dos grandes centros do País, como, de certa forma, toda a região Norte, “ferida aberta pelo progresso, sugada pelos sulistas e amputada pela consciência nacional”.¹²

Investigar como o Jornalismo trata a violência em suas abordagens também passa por compreender como essa violência estrutura as relações capitalistas na América Latina, como posto no texto de Dennis de Oliveira (Oliveira, 2018), que tem Mbembe como base de suas análises. Os crimes de morte frequentes e cometidos de forma semelhante, que este

¹² Belém-Pará-Brasil, canção da banda Mosaico de Ravena, que, por muito tempo, expressou a sensação de não pertencimento da capital em relação ao restante do Brasil. Embora haja mudanças, a ideia de cidade não integrada e isolada política e culturalmente ainda vigora, ainda que a canção seja considerada exagero ou desserviço por muitos os que vivem na “Metrópole da Amazônia”. O compositor diz, em certo momento, “a culpa é da mentalidade/criada sobre a região/por que tanta gente teme?/Norte não é com M”, e passa a ideia de um lugar selvagem, esquecido e letal.

trabalho pretende abordar nas amostras, não serão tratados como episódios isolados, mas sim como fragmentos de uma realidade que costuram uma lógica a qual subalterniza os países em desenvolvimento e os classifica como lugares em que essa violência é entranhada na sociedade. Junto com a Necropolítica de Mbembe, Oliveira atenta para os conceitos de violência, de Martin-Baró, que a trata no contexto da divisão de classes no sistema capitalista, e de “colonialidade do poder” (Quijano, 2005), o qual relaciona questões raciais oriundas da colonização que impactaram de maneira incontornável o acesso ao trabalho assalariado. Interessa nesta pesquisa que essa junção de reflexões dê conta de apontar para o que, de forma geral, ocorre na América Latina e, em específico, nas esquinas e ruelas de cada bairro dominado pelo medo das balas cuspidas pelos canos das armas das polícias ou de facções criminosas inimigas em confronto.

No país que elegeu Jair Messias Bolsonaro como presidente da República - e que, enquanto este trabalho é escrito, contabiliza mais de 668 mil mortes na pandemia de covid-19, cujas acusações recaem inclusive omissões e ações propositais que custaram essas vidas -, discutir o papel da imprensa e como ela pode contribuir para e no debate democrático é também uma necessidade. Mas o que tem a ver as mortes por covid-19, assassinatos, Jornalismo e política? Numa sociedade mediada, os fatos e narrativas passam pelo Jornalismo e influenciam na chamada esfera pública, conceito condensado originalmente por Jürgen Habermas (Habermas, 2003), que este trabalho não vai debater, embora nele haja a compreensão das mudanças históricas que este conceito abarcou de Gutenberg à Internet, como bem explicita Machuco Rosa, em seu trabalho sobre o tema (Rosa, 2016). Em boa parte, o Jornalismo ainda tem um papel de formador de consciências, como um grande filtro (White, 1993) ao apontar o que é ou não relevante. Ainda que goze

do privilégio e da pompa de guiar as conversas nas salas de estar, nos escritórios, no transporte público, nos bares da esquina, nas salas de aula de universidades, o produto do trabalho jornalístico não é exclusividade desse campo profissional. Ou como sintetiza melhor, Zamith (2014): não se trata, de modo algum, de um “patrimônio exclusivo do jornalismo” (p. 2680). E não só: além de determinar a importância deste ou de outro assunto, o Jornalismo também, ora de forma direta, ora indireta, colabora para como este ou aquele tema serão encarados pelos indivíduos que consomem as notícias. Não de modo determinante, mas como um ponto de partida em uma sociedade, em tese, livre em participação no debate público e que tem o Jornalismo como pilar do Estado democrático de Direito, como menciona Nelson Traquina (2005).

De forma ideal, superadas as fases de ditar bons modos a partir da vivência nos cafés europeus, da avidez da *penny press* norte-americana e do sensacionalismo à brasileira classista e racista, como acerta Eugênio Bucci (2000), o Jornalismo deveria seguir uma linha evolutiva rumo à defesa dos direitos humanos, o que, de forma reiterada, inclui o direito à vida. É neste pilar que a melhor cobertura de segurança pública serviria à sociedade de modo assertivo e com impactos mais positivos. Já em 2007, ano da publicação do livro de Anabela Paiva e Silvia Ramos (Paiva & Ramos, 2007), é notada uma sensível diferença de abordagens sobre esta cobertura.

Há um crescimento na qualidade da informação no sentido de contextualizá-la e ir além do sangue e do cadáver impressos nas páginas. Uma análise que, como a publicação mostra, compreende que a morte de um traficante em um morro carioca não significa exatamente o fim do tráfico de drogas naquela região, mas sinaliza apenas a mudança de comando na atividade e novas dinâmicas comerciais e de poder na região afetada com

aquela mudança. É desejável que, também ao noticiar uma chacina ou um massacre, o Jornalismo consiga ir além do mero relato e ligue os pontos entre problemas mais profundos que passa o bairro onde o crime foi cometido e, mais adiante, como a cidade enfrenta seus diversos níveis de problemas de segurança, desde o político até em questões comportamentais. O jornalismo tem suas limitações narrativas e práticas, todavia ainda é possível ampliar o olhar com ajuda dessa lente e perceber o morticínio como um aspecto inserido no que o Estado faz para prevenir essa situação e como o país enfrenta essas questões com proposição de políticas públicas. Ou se não enfrenta. Ou ainda se se omite propositadamente. E ainda, se os cidadãos percebem uma repetição desses fatos nos últimos tempos ou se têm a dimensão histórica de como era a região impactada de forma severa pela criminalidade há dez, vinte, trinta anos e como ela está agora. O que mudou? Por que tantas mortes? Por que o medo de sair em determinados horários ou passar por determinados locais? De quem realmente ter medo? Da polícia ou dos bandidos? Ainda existe diferença nessas duas categorias? Quem está morrendo são realmente só os criminosos? São perguntas relativamente comuns, que podem surgir de maneira aleatória de várias vozes no bairro e na cidade, e que o jornalismo pode, senão responder, ajudar a dar pistas de como chegar a respostas ou, no mínimo, a quem direcionar essas perguntas assertivamente.

Por que entender essas relações entre o que Mbembe conceitua como uma nova e nefasta fase do capitalismo e o que se consome como notícia nas páginas dos diários empenhados na cobertura de crimes? Buscar essas ligações não será um exercício fácil ou linear, mas, acreditamos, pode servir para compreender que a falada Necropolítica é não somente um marcador nas relações de poder que guiam tomadas de decisões, conscientes

ou inconscientes, dos que estão em cargos de mando nas esferas de poder, mas também abrange outras facetas da vida privada e pública e se instala como um pensamento a ser replicado no cotidiano, sem obviamente deixar de fora os elementos usados para narrar esse cotidiano, notadamente o Jornalismo. Se pensarmos o noticiário como um concentrador dos relatos de eventos de mortes, seja o assassinato único ou uma hecatombe, é possível entender que essa relação pode ou não estar explícita nas páginas dos periódicos brasileiros, onde não há um único dia em que a morte não dê as caras de uma forma ou outra. Como um repositório lúgubre de tragédias e cenas de sangue, não é tão difícil enxergar que o jornalismo é afetado ou tem algum papel em um tempo em que a ordem do dia é que matadores cumpram a função de matar e o certo e previsível é que os matáveis morram aos montes. Este trabalho busca essa compreensão, a de que o Jornalismo é uma engrenagem relevante ou, pelo menos, ferramenta de reforço nesse conjunto de eventos nada aleatórios que trouxe a esta etapa de decisões políticas que impacta neste cenário e se estabelece a partir de uma Economia da morte, para usar o termo que Mbembe utiliza para se referir a essa crise.

Desta forma, a pergunta de partida deste trabalho será sutilmente adequada para melhor responder às demandas desta investigação. No início deste trabalho, a questão proposta foi “Em que medida há relação entre o discurso político disseminador da Necropolítica e as narrativas realizadas pelo Jornalismo Policial brasileiro?”. Porém, para uma melhor abordagem epistemológica, com um foco nos dois conceitos que guiam as análises e a fim de evitar desvios e dispersões, esta dissertação vai se orientar pelo seguinte questionamento a partir de agora: até que ponto, o Jornalismo Policial produzido no Estado do Pará, no Brasil, reproduz em seu conteúdo características da Necropolítica?

Cabe aos que estudam, produzem e estão inseridos na comunidade jornalística (Traquina, 2005, p. 24-30) questionar o que é feito e como é feito e quais as consequências dessa produção e para onde ela pode nos levar ou nos aprisionar. Obviamente, o fazer jornalístico no dia a dia está pouco ou quase nada próximo de uma reflexão mais aprofundada acerca do que entra ou fica fora da edição e, sobretudo, como uma notícia é produzida – para além do fato. O tempo para publicação, as condições de trabalho, as limitações de apuração, a formação e prática do profissional responsável por produzir aquela notícia específica, o perfil da audiência e espaço destinado aos anunciantes e demais receitas que não advêm da venda direta dos exemplares são alguns aspectos que podem interferir no conteúdo do produto, e tornar essa produção automática e acrítica e, por conseguinte, um desserviço como material jornalístico que sirva de base para uma análise mais apurada e contextualizada dos fatos.

Não há nenhuma intenção em acreditar ou afirmar que exista uma nova ordem mundial firmada em um acordo terrível e secreto entre governos e corporações que vão justificar morticínios e barbaridades de governantes e instituições mundo afora. Longe das teorias conspiratórias e da facilitação de abordagens, reduzir o debate a essa ideia grosseira não contribuiria em nada para compreensão nem com o que seja a Necropolítica, tampouco como a produção jornalística se situa nesse contexto. Vale muito mais perceber as ligações sutis desse fenômeno com o fazer das notícias no intuito de lançar novas perguntas e, aos poucos, tatear o terreno para buscar as respostas. Causa e efeito são pontos inconsistentes para analisar o que está posto. Ainda que seja irônico falar em sutilezas quando se aborda notícias sobre barbaridades humanas, é nessas nuances que este trabalho se finca para perceber pontos de convergência entre o que Mbembe aponta

como um tempo em que a morte é um grande ativo na gestão das economias globais do mundo capitalista. Aqui, o que se pretende é, ainda que de forma limitada, perceber que eixos centrais identificados pelo camaronês perpassam a produção jornalística e avaliar, na prática, página a página da amostra proposta neste estudo, se realmente há padrões, sobretudo, de raça, território e participação do Estado nesses eventos que empilham corpos aos montes e mancham de sangue o cotidiano nas cidades brasileiras.

Se é possível uma produção jornalística que ofereça ao cidadão ferramentas para avaliar a realidade além dos cadáveres expostos, como mostram os estudos de Anabela Paiva e Silvia Ramos (Paiva & Ramos, 2007), é válido atentar para essa possibilidade. No entanto só será possível, caso haja alguma consciência do que é produzido e como é produzido e, ainda e mais importante, a quem esta produção serve e o que ela reforça como ideia. Oferecer esse debate às corporações e aos profissionais pode ser um ponto de inflexão para mudanças necessárias – onde essas mudanças ainda não estiverem, em curso, evidentemente. Há muito material acadêmico produzido sobre o sensacionalismo no Jornalismo brasileiro, muitos brilhantemente abordados, como no texto de Eugênio Bucci (Bucci, 2000), citado anteriormente, todavia este presente trabalho quer seguir além da identificação dessa relação entre agradar a curiosidade mórbida da audiência e obter lucros com a exploração de tragédias. Além dos ganhos financeiros, há uma suspeita de que haja uma relação mais entranhada na abordagem desses eventos pelo Jornalismo Policial. Querer que uma empresa desobedeça a lógica do capital ou parar essa análise nesse ponto, a essa altura dos estudos sobre Comunicação, seria contraproducente. A ideia central, portanto, é identificar relações que vêm direto da política e tingem de vermelho-sangue o noticiário ou se essa ligação perfaz um outro caminho e sustenta o discurso dos que

defendem, a partir de suas ações e omissões, a morte como instrumento de gestão para solucionar os velhos problemas de segurança pública que o Brasil enfrenta.

Sem chamar a responsabilidade para si por compreender as limitações e pequenez do seu alcance, este trabalho quer entender como as conexões entre Necropolítica e Jornalismo podem, de alguma forma, despertar o interesse na academia para aprofundar este tema sob outros ângulos e até refutá-lo. Diante de tempos obscuros, principalmente no Brasil, onde a política e a morte estão na pauta do dia, juntas de maneira impositiva pelas circunstâncias, apostar na investigação científica para entender o que se passa é um exercício de cidadania e de resgate de um patamar mínimo de civilidade e respeito, ora veja, à própria vida. Refletir sobre vida e morte e como essas forças essenciais da humanidade estão presentes nas narrativas do cotidiano é uma urgência a qual os vivos são instados a todo momento, ou, minimamente, os vivos que ainda têm algum respeito pela memória dos mortos.

4. Um método para observar a morte nos jornais

4.1. Modelo de Análise

Desde as primeiras inquietações que levaram a esta investigação, a reflexão de Achille Mbembe sobre a gestão da morte pelos governos nas sociedades contemporâneas foi um norte para também pensar acerca da atual produção em Jornalismo. Se a morte sempre foi um elemento com forte apelo para estar nas páginas de jornais, como um fato de alto valor-notícia, a opção em buscar essas notícias dentro de seções específicas se impôs ao trabalho de compreender possíveis relações entre o conceito teórico, exportado da

Política, e a editoria destinada a crimes, que, aparentemente, apenas indica uma forma de classificar e isolar determinado assunto para facilitar o acesso e a leitura nesses diários.

De todo modo, a morte é uma ideia central para observar esses dois campos. Seja a morte como um instrumento de gestão de populações, como explanado em Necropolítica, nos capítulos anteriores, seja a morte como resultado de crime exposto como fato social em um mundo mediado pela Comunicação, em que o Jornalismo permanece como suporte, criador de linguagem e ente de grande importância para transformar a informação em uma verdade reconhecida socialmente.

O modelo de análise desta investigação é baseado no “Manual de investigação em Ciências Sociais” (Quivy & Compenhoudt, 1998). No resumo específico sobre a construção de um molde para analisar o objeto de estudo, os autores pontuam:

O modelo de análise é o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de orientação e de análise. É composto por conceitos e hipóteses estreitamente articulados entre si para, em conjunto, formarem um quadro de análise coerente. (p.150)

À luz do manual, que estabelece a necessidade de conceituação para guiar a investigação, o conceito de Necropolítica (Mbembe, 2016) será aplicado como uma ideia que perpassa os fenômenos de violência estrutural observados nas cidades latino-americanas, como descrito no artigo de Dennis de Oliveira (Oliveira, 2018), com atenção a fatos relacionados ao Brasil, especificamente, como é posto por Leomir Cardoso Hilário (Hilário, 2016) ao questionar se casos estudados sobre violência no México se assemelham ao que ocorre em metrópoles brasileiras. Para sustentar esta base, empresta-se ainda a

noção de que a Necropolítica é um mecanismo que afeta a subjetividade dos sujeitos não somente no campo político, mas em todos os níveis sociais, como observado no artigo “Necropolítica y excepción. Apuntes sobre Gobierno, violencia y subjetividad en México y Centroamérica”, de Antonio Fuentes Díaz (Díaz, 2012).

Em relação ao conceito de Jornalismo utilizado neste modelo, será o situado historicamente a partir das observações de Nelson Traquina (Traquina, 2005) em relação à notícia e António Machuco Rosa (Rosa, 2016) ao falar sobre a evolução da imprensa como meio de comunicação. O jornalismo que trata de fatos, não de opiniões, desse modo, uma forma de se ater ao noticiário sobre o tema, e não considerar artigos de opinião ou editoriais com análises sobre o assunto, por exemplo.

Nesse contexto, também se insere um recorte sobre especialização da cobertura do tema, daí a necessidade da utilização do conceito de Jornalismo Policial. Na literatura pesquisada, as definições sobre essa editoria dizem respeito muito mais ao que ela não deveria ser do que ela realmente é, no entanto, uma possível concepção mais estrita cabe na cobertura jornalística de crimes e assuntos relativos à segurança pública.

Como foi mencionado anteriormente, a produção no Jornalismo é influenciada por diversos fatores internos e externos à cobertura e com o Jornalismo Policial não poderia ser diferente. Uma boa medida da evolução desse produto pode ser encontrada no livro de Paiva e Ramos (Paiva & Ramos, 2007), quando as autoras dão espaço nessa obra ao jornalista Fernando Molica para abordar como os jornais tratavam o crime: nos primórdios, ainda de forma individualizada e maniqueísta, com recortes sociais em que o ato criminal se explicava por si e os criminosos ainda eram vistos como “vilões” ou seus atos como algo externo ao funcionamento da sociedade; e, mais adiante e com mais qualidade, uma

cobertura baseada em dados oficiais, em pluralidade de fontes, métodos próximos aos científicos e, principalmente, contextualizada socialmente.

Ao relacionar os dois conceitos, a Necropolítica e o Jornalismo Policial, o modelo de análise utilizado retoma a pergunta de partida desta investigação, ajustada no capítulo anterior – “até que ponto, o Jornalismo Policial produzido no Estado do Pará, no Brasil, reproduz em seu conteúdo características da Necropolítica?”. A partir dessa questão, o trabalho elabora as seguintes hipóteses:

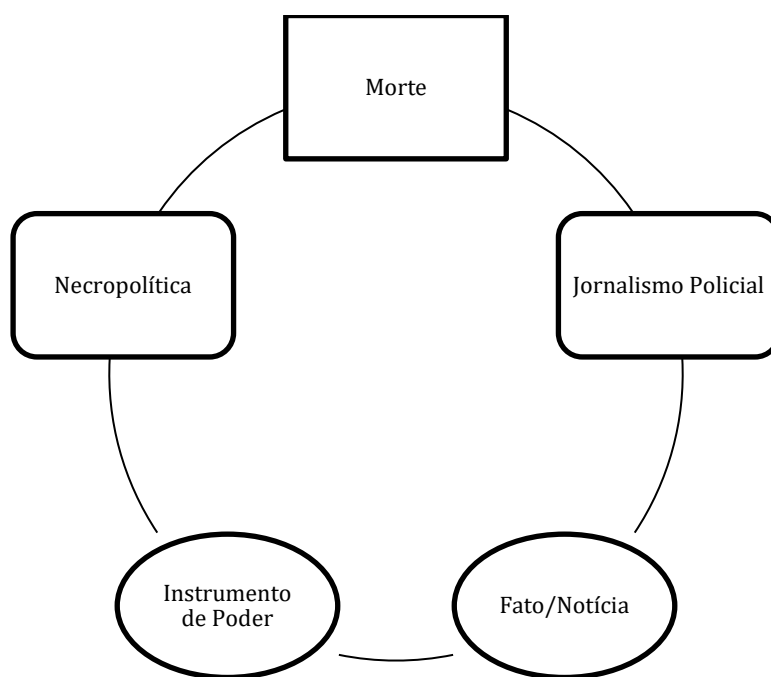
- a) A característica mais evidente da Necropolítica em notícias relacionadas a morticínios é a participação do Estado nesses crimes, de forma direta ou indireta, por meio de agentes de Segurança Pública ou de grupos organizados com a participação de agentes de Segurança Pública.
- b) O Jornalismo Policial ignora como informação características associadas à Necropolítica na produção de notícias sobre morticínios: a dimensão geográfica dos acontecimentos e a condição racial e de classe social das vítimas.
- c) O noticiário sobre morticínios é descontextualizado politicamente, uma vez que não faz relação entre a participação de agentes de segurança pública nesses crimes e as diretrizes políticas e de gestão pública adotadas pelo Estado brasileiro.

A partir dessas hipóteses a amostra a ser coletada será analisada.

A interseção observada neste trabalho entre os conceitos de Necropolítica e Jornalismo Policial é a morte. No âmbito da política, ela está ligada ao próprio controle populacional operado pelo Estado. De forma resumida, conforme a ideia de Mbembe, a morte é um instrumento regulador na gestão de grandes massas humanas a fim de manter o modelo neoliberal em funcionamento, como forma também de controle de recursos e

ações do Estado. Já em relação à cobertura do Jornalismo, a morte figura como interesse noticioso, como fato digno de estar nas páginas dos jornais pela relevância e sinal imediato sobre problemas de ordem individual (ético, moral, judicial etc.) e coletivos (familiar, de segurança pública, econômica etc.). No esquema abaixo, é possível visualizar essa relação e os significados usuais da morte em cada um desses conceitos utilizados nesta investigação. A morte como um denominador comum entre Necropolítica e Jornalismo Policial e, respectivamente, o Instrumento de Poder e o Fato/Notícia, ambos como indicativos de como a morte é usada, em síntese, nesses dois campos.

Gráfico 1 – Relação entre conceitos



Fonte: Elaboração própria

4.1.1. Dimensões dos conceitos

É a partir da morte, unificadora de conceitos pesquisados na bibliografia sobre o tema neste trabalho, que as análises serão realizadas para observar relações entre

Necropolítica e Jornalismo Policial. Nesta pesquisa, de acordo com o manual de investigação científica adotado, as dimensões dessas duas conceitualizações serão desdobradas a fim de encaminhar a observação e análise de dados.

Quanto à Necropolítica, a fim de instrumentalizar as análises, ela pode ser dimensionada em, pelo menos, dois aspectos relevantes. Um deles diz respeito à política propriamente dita, explícito na ideia de Mbembe. Nesta dimensão, reitera-se que não há como contornar a ideia de política como um instrumento de regulação da morte, daí a necessidade de observar esse aspecto e evidenciá-lo, os quais serão tratados posteriormente neste modelo ao abordar indicadores e características que sustentam esse aspecto.

Arbitrariamente, essa dimensão será chamada de Necropoder a fim de identificá-la no modelo aqui apresentado.

Desse modo, é necessário explicitar que ao abordar a política se tem o entendimento de que ela se materializa no cotidiano a partir de interferências diretas ou indiretas em instituições concretas, tais como o Poder Executivo com seus governos municipais, estaduais ou federal e seus respectivos braços administrativos que lidam diretamente com a questão, como as polícias e órgãos de segurança nessas diferentes esferas; o Legislativo e seus agentes parlamentares que propõem, regulam e fiscalizam ações para o setor de Segurança Pública; e, por fim, o Poder Judiciário, para onde são encaminhadas e avaliadas as ocorrências que ganham destaque público nos meios de comunicação e, conforme o caso, onde se aplica as penas da lei sobre quem comete os crimes noticiados.

A fim de diferenciar e delimitar a dimensão Necropoder é necessário estabelecer que fazem parte desse campo de observação as ações e declarações diretas e deliberadas

de agentes políticos com cargo eletivo no Executivo ou no Legislativo – aqui identificados como presidente da República; governadores de Estado; prefeitos municipais; senadores; deputados federais e estaduais; e vereadores municipais. Serão identificadas nesta dimensão também ações e declarações de chefes ou figuras importantes de todas as instâncias da Justiça brasileira – e aqui cabe, resumidamente e sem se debruçar a esta complexa estrutura, explicar que o Poder Judiciário no Brasil se organiza a partir de tribunais estaduais e um distrital, da Justiça Federal e das Cortes superiores, como o Superior Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além de outros órgãos que compõem a prestação jurisdicional, tais como os Ministérios Públicos e as Defensorias Públicas, também em nível estadual e federal.

Conta-se como ação as praticadas no exercício do cargo, as quais têm impacto social amplo ou reduzido, e as realizadas à parte da função, principalmente, quando um agente político investido de poder, é flagrado envolvido nos crimes que são objetos de estudo deste trabalho. A mesma medida vale para as declarações à imprensa: servem à pesquisa as oficiais, concedidas em entrevistas coletivas, por exemplo, e as extraoficiais, coletadas pela imprensa a partir de áudios, vídeos ou textos em redes sociais pessoais e incluídas nas matérias jornalísticas da amostra. É importante frisar que ações ou declarações devem estar vinculadas ao objeto de estudo primordial da pesquisa, que são as mortes em larga escala.

Ressalta-se ainda que, além das ações relacionadas aos poderes instituídos explicitamente identificadas nas notícias, as omissões são também observáveis dentro dessa dimensão. Uma notícia sobre um presídio superlotado, por exemplo, e nenhuma providência para adequar essa capacidade, pode ser enquadrada nesse critério, uma vez

que a não-ação administrativa pode gerar uma situação extrema como um massacre dentro da unidade prisional. Um caso clássico no Brasil é o Massacre do Carandiru, objeto de matérias nacionais e internacionais, estudos de caso em diversas áreas de conhecimento e obras de literatura e cinematográfica.¹³

Em uma primeira reflexão sobre o tema, o trabalho teria as omissões enquadradas na dimensão seguinte dentro do conceito Necropolítica. Porém, ao entender que a inação é parte também da responsabilidade de quem realmente detém o poder de mando sobre políticas públicas, ficou decidido que este aspecto é parte importante do que está aqui convencionado chamar de Necropoder.

A outra dimensão observada em Necropolítica se refere às práticas de poder desenroladas e aplicadas na administração pública. Se a primeira, a qual se chama Necropoder, identifica a política como ideia e direcionamento de um poder instituído, misto de diretriz deliberada e mentalidade de um tempo fundidos perfeitamente com o modelo econômico em vigor, a segunda se concentra em como esse pensamento se materializa no dia a dia, como se traduz de modo pragmático a morte como ferramenta dessa política. Aparentemente, esse dimensionamento do conceito é mais simples de observar, o que será testado nas análises desta investigação.

De fato, trata-se de compreender, sobretudo, como política e gestão da política se fundem a fim de observar se (e como) a morte se estende tal braço armado nas ruas contra as populações que necessariamente devem ser exterminadas dentro dessa necrológica de

¹³ O Massacre do Carandiru, como ficou conhecida a desastrosa operação policial dentro da Casa de Detenção Carandiru, no Estado de São Paulo, no Brasil, ocorreu no dia 2 de outubro de 1992. O resultado da violência do Estado nesse estabelecimento prisional foi de 111 homens mortos. O caso se estendeu por anos na Justiça e é citado como um dos mais emblemáticos sobre a questão carcerária no mundo. Tornou-se tema de livros, músicas e do filme “Carandiru”, dirigido por Hector Babenco, em 2003.

poder. Nela, cabem a atuação das polícias propriamente ditas e a citação de agentes de segurança ou de poderes instituídos ligados aos crimes e aos desdobramentos desses delitos, sempre como notícia publicada.

Genericamente mencionados como grupos de extermínio no noticiário, a partir desta dimensão será possível observar indicadores e/ou características que apontem nas matérias jornalísticas a serem observadas como, direta ou indiretamente, os agentes públicos estão ligados a essas mortes tanto nas reportagens iniciais quanto nas subsequentes sobre esses massacres e chacinas. Também a fim de nomear essa dimensão, de forma meramente arbitrária, em respeito ao Manual de Investigação de Ciências Sociais seguido no trabalho, esta dimensão será chamada de Necrogestão.

A considerar que o trabalho se atém ao Jornalismo Policial também é necessário apontar dimensões desse conceito para analisar o material a ser coletado para a pesquisa. A primeira delas é a informativa, a mais evidente, porém necessária para limitar o que será analisado. Trata-se, portanto, do que o jornalismo noticioso conta como sua unidade primordial: a informação.

Nesta dimensão, serão observados indicadores e características que diferenciam o jornalismo de opinião ou de análise, geralmente, encontrado em editoriais, seções de cartas do leitor ou artigos assinados por especialistas ou outras formas afins. Interessa ao trabalho dimensionar as matérias jornalísticas que reportem os fatos com objetividade e linguagem própria do Jornalismo, tanto em texto quanto em imagens, uma vez que as amostras serão coletadas em jornais impressos diários, os quais tratam principalmente esses temas como notícias, ainda que tenham em seu conteúdo colunas, inclusive assinadas por profissionais do meio da Segurança Pública e Jurídico.

Cabe a esta dimensão limitar a narrativa dentro do que se espera do Jornalismo e da notícia. Em um resumo, não de pronto ou no que se convencionou a chamar de *lead*, no entanto, as respostas primordiais para contar um fato. Portanto, os nomes, os crimes, os lugares, os modos, as motivações e outros sinais informativos podem emprestar o escopo necessário à dimensão inicial para ler e avaliar as amostras coletadas nas páginas dos jornais. Esta dimensão de conceito, que dá a sustentação para abordagem epistemológica neste modelo adotado, será denominada de Informacional.

Para guiar a análise, também se deve atentar para a dimensão que dá o recorte mais apurado à investigação, que trata eminentemente do Jornalismo Policial, como foi ressaltado e explicitado nos capítulos anteriores. O componente da Segurança Pública, da atuação das polícias, da criminalidade como problema social, da reação da sociedade ao crime, da retratação dos atos delituosos e de quem os comete, dentre outras abordagens, são uma face primordial desse conceito para a investigação. Ao retomar a pergunta de partida do trabalho, a intenção é observar especificamente a partir desse prisma a produção de notícias no Norte do Brasil, com foco no Estado do Pará, e, então, traçar possíveis relações com o que é a Necropolítica e como ela se materializa no cotidiano a partir da gestão da coisa pública e suas interseções com a morte como ferramenta política de controle.

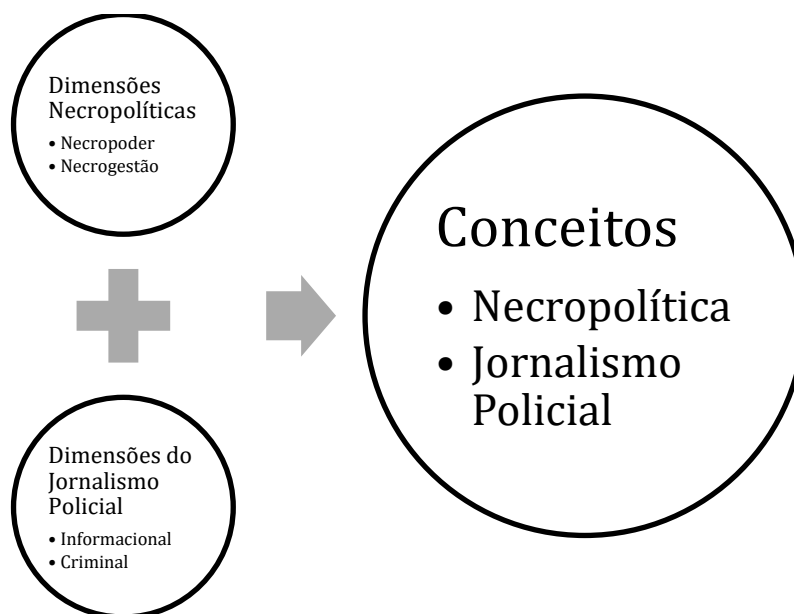
A investigação parte de um conceito sociológico e político, no entanto, o interesse maior, em termos de área de conhecimento, é da Comunicação Social, aqui, em estratégia epistemológica, reduzida ao Jornalismo, este observado dentro de uma conjuntura histórica atual, em uma lógica de hoje, também como reflexo de mentalidades e práticas deste tempo. Se é possível enxergar ligações entre ele e a Necropolítica, de um modo geral, em

qualquer editoria ou seção, não será possível esmiuçar neste trabalho devido aos seus objetivos. Todavia, em seu teor específico de veículo que capta atos violentos, estampa em suas páginas e informa a sociedade sobre esses fatos, o Jornalismo Policial pode trazer pistas dessas relações, o que interessa sobremaneira nesta análise.

Como foi demonstrado anteriormente, o chamado aqui Jornalismo Policial possui diversas denominações, a variar pela região de publicação e pelo próprio veículo. Em alguns jornais, a seção foi inclusive abolida, o que não é o caso dos objetos a serem estudados aqui. Apesar da variedade de denominações e das controvérsias próprias desta subdivisão editorial, neste trabalho esta dimensão será batizada como Criminal a fim de manter esta referência ao longo da dissertação e não a afastar do que está em estudo, isto é, os crimes de morte em larga escala.

Demonstradas as dimensões dos conceitos, de modo esquemático é possível visualizar no diagrama abaixo:

Gráfico 2 – Dimensões da Necropolítica e do Jornalismo Policial



4.1.2. Indicadores

Na leitura dos apontamentos de Mbembe, ficam nítidos alguns sinalizadores que podem ser atribuídos diretamente à dimensão de Necropoder, utilizada por esta investigação. De modo geral, são pontos observados por ele em relação à Soberania, Estado de Sítio e Estado de Exceção, os quais também podem ser reproduzidos de modo local nessas relações de poder. Em síntese, o Necropoder se revela em sinais da morte em grande escala, além de se situar amiúde em território definidamente periférico – em termos do sistema capitalista os chamados países em desenvolvimento, a parte pobre do mundo, as nações em sua maioria situadas ao Sul do planeta; já na geografia das cidades brasileiras denominadas “periferias”, “subúrbios”, “baixadas”, “quebradas” e tantas outras expressões notadamente opostas a um “centro urbano”. A partir de Mbembe, essa dimensão de Necropoder também mostra que essas ações nefastas não são direcionadas ou permitidas a toda a população. Por razões históricas e econômicas, as questões de raça e de classe fundamentam essas políticas e transformam determinada parcela dos cidadãos em alvos/vítimas.

A fim de explicitar essas características/sinalizadores da dimensão Necropoder, é possível, então, utilizá-las do seguinte modo nas observações que se seguirão ao trabalho nos capítulos posteriores:

- a) **Morticínios:** a morte em larga escala relacionada às ações ou às omissões do Estado; neste indicador estão incluídos massacres, chacinas, intervenções policiais que resultem em homicídios e outras denominações que sinalizem atentado à vida humana perpetrado por agentes de Estado expressamente mencionados nas matérias jornalísticas coletadas;

- b) **Territórios de Exclusão:** As ações de morte em larga escala em território específico, notadamente, áreas periféricas no campo e nas cidades, presídios ou espaços destinados a excluir populações apontadas como alvos na lógica necropolítica;
- c) **Alvos da Necropolítica:** As ações de morte em larga escala a atingir especialmente determinada raça e classe da população - pretos, pardos e pobres.

No indicador de Território de Exclusão, é importante salientar o lugar em que esses morticínios são observados em metrópoles brasileiras, como Belém do Pará, cuja ocupação do espaço pela população é um indicativo de segregação de raça e de classe social. Uma cidade bem dividida entre bairros nobres, bairros emergentes e periferias, ainda que, em alguns locais, essas configurações mudem a depender da região – em alguns bairros periféricos há também suas áreas consideradas nobres e nos bairros com maior poder aquisitivo também existem territórios com características de periferias mais pobres. Vale ainda pontuar que regiões de fronteira também apresentam características híbridas.

Nesta investigação, um indicador nas matérias sobre morticínios será a presença do Estado a partir do envolvimento de policiais, militares ou civis, milicianos e assassinos contratados ou associados a esses grupos de agentes de segurança, que ao longo dos anos transformaram as periferias do Brasil em lugares excludentes de medo. Por questões de apuração jornalística, nem sempre é possível identificá-los textualmente, menos ainda por fotos. Empiricamente, o que se percebe é que esses indicadores fazem parte das matérias de “desdobramentos” do caso, notadamente, as investigações sobre esses crimes, acompanhadas e noticiadas pelos jornais que publicizaram o fato original, como se pode notar em capítulos posteriores a este.

Serão observados neste ponto onde os crimes ocorreram não apenas considerando questões geográficas presentes no texto, mas também será importante observar informações visuais que podem apontar um maior ou menor grau de urbanização na área, por exemplo. Pavimentação asfáltica, iluminação pública, tratamento de esgoto, habitação e outros aspectos podem demonstrar com clareza se a área é ou não parte da periferia da cidade, aqui notadamente um conhecimento prático de quem conduz a investigação e tem alguma experiência em coberturas do gênero, o que se aplica ao pesquisador.¹⁴

No que diz respeito ao indicador Alvos da Necropolítica, que engloba característica de Raça e de Classe Social das vítimas nos morticínios, a observação dessas notícias se torna severamente mais complexa, porque, apesar das estatísticas de Segurança Pública apontarem uma superioridade numérica de assassinatos de negros e pardos no Brasil¹⁵, quase nunca essas informações são devidamente expostas no noticiário. Esta omissão é também um indicativo de como a questão racial é tratada nos jornais brasileiros, em um país em que movimentos e organizações não-governamentais falam há anos sobre extermínio e genocídio da jovem população negra, uma característica Necropolítica destacada de maneira evidente no trabalho de Mbembe e intérpretes das teorias dele, e os

¹⁴ O pesquisador que conduz o trabalho viveu até os 33 anos de idade em Belém do Pará e trabalhou por mais de dez anos em redações de jornais impressos na cidade. Parte relevante desse período profissional atuou diretamente na reportagem para cadernos policiais dos jornais Diário do Pará e O Liberal, ambos mencionados nesta pesquisa.

¹⁵ De acordo com o relatório “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de homicídios registrada em 2017 é de 16,0 para brancos e 43,4 para pretos ou pardos. Quando se cruzam as variáveis de raça e sexo, esse indicador é elevado para 82,5 para homens pretos ou pardos e 30,2 para homens brancos. O índice se refere aos homicídios contados a cada 100 mil habitantes. Em 2019, há matérias jornalísticas que explicitam essa desigualdade, como publicada no jornal Diário do Pará: “Homicídios no Brasil, segundo o IBGE: negros são as maiores vítimas” (Caderno de Polícia, página 4, 17 de novembro de 2019). Na foto que ilustra a matéria, o músico negro Evaldo Rosa dos Santos, morto aos 51 anos com cerca de 80 tiros em uma desastrosa operação do Exército Brasileiro.

meios de comunicação de massa, como os jornais diários de grande circulação, raramente, para não soar peremptório, assumem essa narrativa.

Neste quesito também serão observadas informações de texto e de imagem, como também essas possíveis omissões e tratamento genérico às vítimas. Como é explicado por Molica (Ramos & Paiva, 2007), a construção do Jornalismo Policial, em seus primórdios, colocou vítimas pobres como anônimos ou, no máximo, uma citação nominal sobre esses mortos, enquanto os assassinados abastados tiveram seus casos explorados ao limite. Se indicadores raciais não são evidentes, o tratamento sobre a vida e a história pessoal dessas vítimas no noticiário podem bem ser indicadores de suas origens sociais.

Conceitualmente, a dimensão Necropoder abarca os três indicadores anteriores, como sinalizadores de que algo mudou na forma que os governos tratam a gestão das populações, como Mbembe bem apontou ao se debruçar ao estudo da Biopolítica descrita em Foucault. Todavia a materialização dessa percepção se dá quando o Estado age ou deixa de agir. Neste trabalho, diferenciar essa materialidade a partir da dimensão de Necrogestão oferece a oportunidade de observar com mais cuidado esse aspecto, quando o Estado é flagrado direta ou indiretamente nessas operações, executadas por corporações militares oficiais ou extraoficiais com participação desses agentes públicos de segurança, a configurar, assim, uma política que sinaliza a morte como um instrumento de controle da população e manutenção da ordem social e econômica. Os indicadores nessa dimensão podem ser pontuados da seguinte forma:

- a) **Morticínio de Estado Direto:** atuação direta do Estado em mortes em larga escala incluídas na amostra, isto é, quando há evidência relatada na notícia de que os homicídios foram consumados por agentes do Estado. De forma sintética, estão

nesse indicador as ações oficiais com participação de policiais militares, civis, penais ou federais que resultam em mortes em grande escala. Operações planejadas de combate ao crime, intervenções policiais com repressão a criminosos e solução de conflitos em unidades prisionais são alguns exemplos enquadrados nessa classificação.

- b) **Morticínio Indireto de Estado:** atuação indireta do Estado nos crimes incluídos na amostra. Neste indicador, não é sinalizado de imediato nas primeiras abordagens da imprensa sobre os homicídios, no entanto, com os desdobramentos e investigações noticiadas posteriormente, é possível perceber que os grupos responsáveis pelos homicídios são compostos, pelo menos em parte, por agentes do Estado, quando não são criados como força paralela dentro dos órgãos de segurança pública. No Brasil, um exemplo comum são as milícias e grupos de extermínio, em grande medida, engendradas nas policiais militares e civis.

Em termos das dimensões do Jornalismo Policial, que servem a este trabalho, a Informacional centra a observação na matéria-prima deste trabalho, que é a notícia. O que parece óbvio servirá como recorte primordial nas observações de coleta de matérias. Não se pretende aqui, como já foi descrito, avançar em análises jornalísticas de cunho opinioso, por não ser objetivo específico desta investigação. Reitera-se que esse tipo de abordagem não será levado em consideração no momento da coleta da amostra que será observada.

Trabalhar com uma informação puramente noticiosa é sempre um risco de cair em dilemas próprios do jornalismo, como as questões de objetividade, neutralidade e imparcialidade. Para dar orientação e sustentação a essa dimensão, volta-se a Nelson Traquina (Traquina, 2005, pp. 55-61), que trata a notícia como uma necessidade de

mercado na evolução da imprensa. Ele menciona características como regularidade, divisão de trabalho com a função do repórter, técnicas próprias do jornalismo, como entrevistas e descrição de cenários e fontes múltiplas. Outro aspecto destacado pelo estudioso é a padronização do que se tem como notícia a partir do uso da chamada “pirâmide invertida” e do *lead*.

Com base nessas características da notícia, é possível, portanto, traçar os indicadores da dimensão Informacional do modo a seguir:

- a) **Padronização:** refere-se aos aspectos formais do jornalismo (regularidade na publicação sobre o tema; produção por profissional associada à reportagem; uso de linguagem e técnicas jornalísticas);
- b) **Editorias:** trata-se da posição da notícia em editorias ou cadernos destinados ao noticiário sobre crime (Capa, Geral, Polícia), o qual nem sempre é posicionado na editoria específica.

Além da caracterização do que pode ser considerado como Informação, os dois indicadores acima funcionam como limitadores na amostra: o primeiro deles em relação, principalmente, à linguagem própria do Jornalismo como ferramenta na produção da informação dos dois produtos pesquisados para a coleta das matérias; e o outro como reforço do interesse na notícia propriamente dita e limitador de onde encontrar esse material em ambos os jornais, isto é, buscar em espaços convencionados a esse tipo de publicação e não em outros, como nos demais cadernos ou editorias, nem em anúncios publicitários ou páginas pagas como propaganda institucional de governos municipais, estaduais ou federais

Por fim, em relação aos indicadores, é necessário delimitar as características da dimensão Criminal, conforme o modelo desenhado para este trabalho, que vai tratar de notícias sobre mortes em larga escala publicadas em periódicos diários. Como foi exposto anteriormente, o conceito de Jornalismo Policial deve ser pautado pelo tema em si, uma vez que, na bibliografia pesquisada, essa especialidade jornalística carece de delimitação, como se as abordagens a naturalizassem como uma editoria facilmente identificável ou mesmo sem necessidade de conceituá-la, seja pela obviedade da natureza dos fatos relatados e identificados com os temas criminais e policiais, seja pela indefinição de sua real importância como seção nos jornais que já comportam espaços voltados ao cotidiano, o que inclui noticiar homicídios e demais inconformidades com a lei, cujas consequências sejam de interesse público.

Pretende-se um recorte delimitado e relacionado com os conceitos, o que leva a considerar na amostra a ser coletada a distribuição dessas notícias em determinado espaço editorial dos jornais reservados à temática. Ambos os periódicos a serem estudados mantêm cadernos especialmente voltados a matérias jornalísticas sobre crime e segurança pública, a destacar que os dois são nomeados de “Polícia”. No entanto, é válido observar ainda que esse tipo de conteúdo pode ser encontrado nos primeiros cadernos, os destinados às notícias gerais, cotidiano ou temas próprios da cidade. A considerar essas constatações, existe mudança na posição da notícia de crimes que podem surgir tanto nos cadernos destinados a crimes ou nos de temas gerais.

Como esta dissertação trata de crimes de morte em larga escala, o indicador mais evidente dessa dimensão serão notícias sobre homicídios caracterizados como massacres ou chacinas devidamente publicizados nos periódicos escolhidos para a coleta das

amostras, em uma gama de referências que indicam esse tipo de assassinato em específico, o qual é possível chamar genericamente de “morticínio”. Entende-se como relacionadas algumas palavras ou expressões para se referir a esse tipo de evento, como “banho de sangue”, “chacina”, “carnificina”, “massacre”, “matança”, “mortandade” e outros.

Interessa ainda ao trabalho, autorias desse tipo de crime, principalmente, as que tenham relação direta com estruturas de poder instituído formalmente. Na dimensão Criminal, uma das características das notícias em observação para as análises é a presença ou indicação de autoridades ou grupos que indiquem essa participação. Neste indicador cabem as matérias jornalísticas em que figurem palavras ligadas aos executores diretos ou indiretos dessas ações, como “milícias”, “policiais”, “grupos paramilitares”, “PMs”, dentre outros.

Em contrapartida, também é necessário compreender que nem todas essas mortes em larga escala estão vinculadas a agentes do Estado direta ou indiretamente. A complexidade das questões de segurança pública no Brasil abarca uma infinidade de motivações, as quais podem ser, por exemplo, investigadas cientificamente nos casos que chegam ao Poder Judiciário, o que não é responsabilidade deste trabalho.

Nos crimes e nas notícias desses homicídios em massa, há casos de autores individuais, que agem por motivações meramente pessoais (cobrança de dívidas, vingança, passionalidade etc.) ou mesmo organizações criminosas, haja visto as facções que operam grandes cartéis de crime no Brasil, um fenômeno que há décadas é observado no país e envolve delitos, como as organizações criminosas, o tráfico de drogas e de armas, a extorsão, o assassinato e ainda crimes de natureza fiscal e tributária e contra a administração pública. Diante dessa realidade, o trabalho exclui essas facetas criminais

como indicador a fim de não interferir no levantamento realizado na Análise de Conteúdo do material a ser coletado.

Conta ainda como indicador Criminal, notícias, sempre relacionadas aos morticínios, que apontem diretamente nos textos e imagens a serem estudadas o que no trabalho é classificado como “periferia”, a reiterar a estreita ligação com o conceito maior trabalhado na investigação. Notícias que primam pela geografia local em matérias sobre os homicídios em si ou repercussão do caso com oitiva de moradores ou testemunhas, também serão consideradas como um indicador, eficientes à medida que estão vinculadas ao objeto de estudo desta pesquisa.

Por um fim, possíveis soluções para a onda de crimes e violência apontadas por autoridades ou ainda declarações de autoridades nos desdobramentos desses homicídios em notícias também serão incluídas como um indicador criminal. O que se justifica ao tratar esses crimes, em especial, como um fato de impacto coletivo e, justamente por esta razão, uma responsabilidade do Estado brasileiro, um indicativo da relevância do tema para a administração pública, como catalisador desses registros e ente capaz de possíveis soluções, e para a sociedade como um todo, haja vista que o tema traz as vozes dessas autoridades com destaque nos meios de comunicação, os quais funcionam como denunciante da grave situação e, simultaneamente, como canal para registro desses homicídios e palco para o debate comunitário em torno do tema.

É possível, então, traçar os indicadores dessa dimensão, como consta abaixo:

- a) **Massacres e Chacinas:** este indicador engloba homicídios em larga escala noticiados nos jornais coletadas para a amostra. Apesar da denominação do indicador, que pode ser um limitante para a coleta e tratamento de dados, estão

incluídos outros sinônimos utilizados para fatos da mesma natureza nos veículos de comunicação;

- b) **Participação do Estado:** neste serão consideradas notícias indicativas de autoria direta ou indireta de agentes do Estado nos crimes;
- c) **Crimes periféricos:** refere-se aos “espaços de exclusão” (periferias urbanas e rurais, presídios, etc.) identificados como cenário nas notícias de homicídios em larga escala selecionadas no material coletado;
- d) **Fonte oficial:** relativo à presença de autoridades como fontes oficiais em notícias diretamente relacionadas a homicídios em larga escala.

A partir dessas anotações, é possível elaborar um modelo de análise para observar a amostra deste trabalho e analisar cada uma dessas características, que foram captadas nas notícias estudadas nessa investigação.

Abaixo segue um quadro que pode ajudar a compreender o modelo:

Quadro 1 – Conceitos, dimensões e indicadores

Conceitos			
Necropolítica		Jornalismo Policial	
Dimensões			
Necropoder	Necrogestão	Informacional	Criminal
Indicadores			
Morticínios	Morticínio de Estado Direto	Padronização	Massacres e Chacinas

Territórios de exclusão	Morticínio de Estado Indireto	Editorias	Participação do Estado
Alvos da Necropolítica			Crimes Periféricos
			Fontes Oficiais

É com esse conjunto de conceitos, dimensões e indicadores que as análises serão realizadas na amostra desta investigação. Serão verificadas isoladamente cada uma dessas dimensões a partir dos indicadores de informação aplicados às notícias que serão coletadas e, posteriormente, em uma análise da relação entre Jornalismo Policial e Necropolítica. Como se trata de um trabalho de pesquisa baseado em análise de conteúdo, é importante a mensuração quantitativa desses indicativos nas matérias jornalísticas a serem observadas, ou mesmo saber, quando for o caso, se todos eles se apresentam e como se apresentam em cada uma delas. É na observação da amostra que será possível compreender a presença desses indicadores e dimensões e como Comunicação e Política podem ou não se relacionar.

4.2. Metodologia

Esta investigação se dá a partir de Belém do Pará, capital de um Estado do Norte do Brasil. Trata-se de uma península que está a 2.120 km da capital federal brasileira, Brasília, e foi fundada em 1616 por colonizadores portugueses, no intuito de explorar e proteger a porção setentrional da então colônia atrelada ao Reino de Portugal. A cidade teve, no início de sua história, uma Economia marcadamente extrativista, cujo auge está no chamado Ciclo

da Borracha, como ficou conhecido o intervalo histórico de intensa atividade econômica marcada pela extração, beneficiamento e exportação do látex, material retirado de uma árvore chamada seringueira (*Hevea brasiliensis*), entre o final do século 19 e meados do século 20. Neste período, as cidades nortistas de Belém e Manaus, capital do Estado do Amazonas, figuraram na região como centros econômicos e polos de exportação de matéria-prima para a produção de borracha, produto essencial para as então modernas indústrias daquela fase do capitalismo, como a automobilística e a de calçados. É desse período também um veloz processo de urbanização da cidade, com construção de equipamentos públicos e mudanças no cenário urbano que até hoje refletem na geografia urbana local.

Atualmente, Belém tem uma população estimada em 1.393.399 pessoas, de acordo com o último Censo, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A capital paraense tem 58,8% de sua economia baseada em fontes externas, também de acordo com o Instituto. O site oficial do município mostra que a economia belenense está calçada principalmente em atividades do comércio e serviços, com alguma atividade industrial no ramo alimentício, naval, metalúrgico, pesqueiro, químico e madeireiro.

Conhecimento empírico do pesquisador à frente deste trabalho, Belém é um espaço primordial para esta investigação por ser considerada marginal entre as cidades mais importantes economicamente do país, tanto pela insipiência de sua economia¹⁶, quanto pela representatividade política e até mesmo pela posição geográfica, distante dos grandes centros urbanos, como as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Uma capital

¹⁶ PIB das capitais brasileiras.

periférica em vários aspectos, com perdas de relevância econômica inclusive dentro do Estado do Pará devido à potência da Economia em municípios com vocação e atividade mineral, como Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás.

É nesta cidade com características periféricas que estão as sedes e maior área de cobertura dos dois jornais impressos que servirão de amostras nesta pesquisa. A investigação inclui os periódicos Diário do Pará e Amazônia Jornal, ambos com seções específicas para a cobertura de crimes e questões de segurança pública, e produzidos por grupos empresariais de comunicação há muito estabelecidos no Estado, além de terem o compromisso diário com a publicação regular de seus produtos.

Figura 1 – Capas do Diário do Pará e do Amazônia Jornal



Fonte: Diário do Pará e Amazônia Jornal

O Diário do Pará é um jornal impresso e vendido diariamente, como seu nome indica. Foi fundado em 1982 e pertence ao grupo empresarial Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), o qual agrega também concessões de rádio e televisão e mantém a versão on-line do periódico, o Diário do Pará Online. É importante lembrar que o jornal pertence a uma família de empresários diretamente ligados à política local, cujo patriarca é Jader Barbalho, ex-governador e senador pelo Estado do Pará eleito pelo partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e tem Helder Barbalho, atual governador do Estado, como a principal liderança política hoje. A menção a essa relação direta entre política regional e o jornal é relevante, mas não será objeto de estudo desta investigação. O Diário do Pará tem uma tiragem¹⁷ relevante de exemplares diários e chega às mãos do leitor com seis cadernos regulares, dos quais um é especialmente dedicado às notícias de crime ou a assuntos relacionados à segurança pública. Por questões editoriais ou de produção do jornal, como tempo para o fechamento e impressão da edição, é possível que fatos criminais ou que envolvam polícias ou Justiça figurem no primeiro ou demais cadernos.

O jornal Amazônia foi criado em 10 de abril de 2000 e integra os produtos das Organizações Romulo Maiorana, a qual publica mais um jornal impresso de periodicidade diária, chamado O Liberal, este fundado em 15 de novembro de 1946. O produto mais novo tem 32 páginas e possui formato tabloide. Ele surge como alternativa para concorrer com o Diário do Pará e está dividido nas seções “Gerais”, “Polícia”, “Esporte e “Show”. Obviamente, a “Polícia” aborda exclusivamente os temas policiais e criminais. Atualmente, esse espaço

¹⁷ As tiragens dos jornais abordados são dados empresariais, portanto privados, sem comprovação em documentos, dados apenas como estimativas. Tanto no Diário do Pará como no Amazônia Jornal não foi possível confirmar essas informações oficialmente.

ocupa quatro páginas. Pautado em uma linguagem acessível e um forte apelo para temas de esporte e crime, o periódico tem tiragem¹⁸ diária e circula na Região Metropolitana de Belém.

Em ambos os jornais, serão analisadas notícias que envolvem crimes de morte. Como já foi explicitado anteriormente, o trabalho trata de assassinatos em massa e se há relação sobre esses fatos do Jornalismo Policial produzido no Brasil, no Estado do Pará, com a Necropolítica. Daí a necessidade de estabelecer uma quantidade mínima de assassinatos em um único evento, que nos jornais podem figurar como “chacinas”, “massacres”, “matanças”, “morticínios” e outros termos correlatos.

É válido pontuar que não cabe um estudo etimológico sobre cada um desses sinônimos usados, uma vez que os jornais tratam de forma aleatória e não há um padrão de utilização pelos impressos estudados. No entanto, como critério de observação na amostra, fica estabelecido que são analisadas notícias que relatam, pelo menos, cinco mortes ocorridas em um único evento, que compreendem assassinatos em um mesmo local e em um curto espaço de tempo. Aqui a escolha se dá pelo nível de importância observado nas notícias. Ocorrências a partir de cinco vítimas fatais são quase que invariavelmente destacadas nas primeiras páginas dos impressos que serão analisados. Em um país e em uma região em que crimes de morte têm grande frequência, os relatos de homicídios em jornais são literalmente diários, alguns com mais ou menos relevância a depender de inúmeros aspectos. Dentre os quais, a origem social da vítima é decisiva para o destaque na imprensa, como numa reprodução da divisão social do noticiário apontado por Molica, no Mídia e Violência (Paiva & Ramos, 2007). Outra forma de destacar essas tristes ocorrências

¹⁸ A estimativa é de 30 mil exemplares.

é quando acontecem em um volume tão representativo que é impossível de serem ignoradas ou postas em espaços menos nobres dos jornais. Portanto, quatro pessoas mortas ao mesmo tempo é um fato com alto valor-notícia, frequentemente (senão sempre) abordado com atenção pela imprensa brasileira em qualquer lugar do país.

É necessário também deixar evidente onde nos jornais impressos esse material será coletado para análise. A proposta é colher as informações que foram publicadas como manchetes ou chamadas de capa do caderno principal; manchete do caderno destinado à seção “Polícia”; e nas matérias ou reportagens correspondentes a essas manchetes ou chamadas, seja no que será pontuado como “Geral” (primeiro caderno, atualidades, cidades ou geral), seja nos cadernos policiais. É importante ainda salientar que, em caso de publicação com chamada ou manchete no caderno principal, a capa do caderno de Polícia não será levada em consideração a fim de evitar redundância na análise.

No material inteiro, inclusive manchetes e chamadas de capa, serão analisados os conteúdos nos intertítulos, títulos e subtítulos, fotografias e legendas. Nas matérias propriamente ditas, como recurso prático e dinâmico das análises, serão avaliados apenas os primeiros e segundos parágrafos do texto jornalístico.

O método a ser usado nesta investigação será a análise de conteúdo. Sobre essa metodologia, Carlomagno e Rocha (2016) sintetizam seu uso em estudos de Comunicação: “tem sido especialmente relevante para pesquisadores na área da comunicação social, jornalismo, marketing, mídias sociais e correlatas, embora não apenas” (Carlomagno & Rocha, p. 174, 2016). Os autores assinalam ainda que esse tipo de ferramenta de pesquisa permite analisar “qualquer tipo de ato enunciativo (mensagem),

por qualquer meio” (Idem). Em breve resumo sobre o instrumento epistemológico utilizado neste trabalho, destaca-se o trecho a seguir:

“A metodologia de análise de conteúdo foi destacadamente desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial, pela “Divisão experimental para o estudo de comunicações em tempos de guerra”, do Congresso dos Estados Unidos, sob coordenação de Harold Lasswell. A metodologia foi criada especialmente para sintetizar e compreender o conteúdo dos argumentos utilizados por jornais e propagandas inimigos, e, somente após isso, passou a ter aplicação em estudos acadêmicos de comunicação política. Logo após o fim da guerra, foi lançado e tornou-se clássico o livro “The language of politics: studies in quantitative semantics”, cuja tradução chegou quase 40 anos depois ao Brasil, sem o seu subtítulo (“estudos em semântica quantitativa”, em tradução livre). (Carlomagno & Rocha, 2016, p. 174).

As amostras de notícias de ambos os jornais foram coletadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2019. De maneira prática é possível observar que o ano escolhido para as observações, infelizmente, registrou um número considerável de notícias graves sobre morticínios no Estado do Pará, o que por si só instiga o interesse de investigadores acerca deste e de outros temas afeitos ao Jornalismo. Ao aprofundar as observações em relação ao material a ser coletado será possível quantificar e compreender esses eventos violentos e como a imprensa os abordou nesse período. Ao Brasil, é também um tempo de acentuação de mudança de paradigmas políticos com a ascensão da extrema direita brasileira ao poder, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República. Ideias até então dispersas e amplamente reprováveis socialmente, tidas como afrontas ao processo civilizatório e ao Estado de Direito, sobre responsabilidades e ações do poder público,

comportamentos e condutas morais individuais, antes expressados de forma velada, passam a ser expostos agora sem mais nenhum pudor, a ter como grande porta-voz e disseminador desses conceitos com frases de efeito o próprio chefe de Executivo da nação.

A saber, Bolsonaro é um político oriundo do Exército Brasileiro, declaradamente defensor do Golpe de Estado de 1964, o qual implantou um regime civil-militar de Ditadura por 21 anos no país. Elegeu-se com uma plataforma eleitoral e estratégia de comunicação que passam por uma concepção de segurança pública que criminaliza e descontextualiza problemas sociais graves e justifica o uso da força do Estado brasileiro como solução para a violência e o crime. É também na morte - em bordões e declarações em tom de pilhéria que tratam de forma banal, na desumanização do outro, na crença de suspensão de direitos e no extermínio de determinada parcela da população, a que seria uma oposição aos “homens de bem” -, que as diretrizes desse novo governo podem ser associadas ao que é trazido por essa pesquisa como uma nova forma de gestão de população, não mais instrumentalizada com base na vida.

A seguir, um quadro que resume pontos considerados na metodologia aplicada neste trabalho:

Quadro 2 – Guia da Metodologia aplicada à investigação

Guias da Metodologia aplicada à investigação	
Região geográfica	Belém do Pará, Norte do Brasil.
Período analisado	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019

Objeto de estudo	Jornais impressos Diário do Pará e Amazônia Jornal
Notícias da amostra	Mortes em larga escala a partir de cinco homicídios
Método de análise	Análise de conteúdo

Fonte: Elaboração própria

A partir da construção do modelo de análise e da exposição da metodologia para análise foi possível construir uma tabela ou grelha de análise baseada nos 14 indicadores levantados. A fim de simplificar as nomeações para melhor visualizá-las na ferramenta construída para analisar as matérias estudadas os indicadores serão renomeados da maneira seguinte, conforme consta abaixo:

Quadro 3 – Lista de indicadores e correspondentes na tabela

Indicadores de Necropoder	Indicador na tabela
Morticínios	NP1
Territórios de exclusão	NP2
Alvos na Necropolítica	NP3
Indicadores de Necrogestão	Indicador na tabela
Morticínio de Estado Direto	NG1
Morticínio de Estado Indireto	NG2
Indicadores informacionais	Indicador na tabela
Padronização	INF1

Editorias	INF2
Indicadores Criminais	Indicador na tabela
Massacres e Chacinas	IC1
Participação do Estado	IC2
Crimes Periféricos	IC3
Fontes Oficiais	IC4

Fonte: elaboração própria

4.2.1. Um ano violento

O ano de 2019 foi marcado por mudanças políticas ratificadas nas eleições gerais do ano anterior, quando os eleitores brasileiros foram às urnas e escolheram o novo presidente da República, além dos governadores de Estado, no âmbito do Poder Executivo, e novos deputados estaduais, federais e senadores, para as diversas Casas Legislativas dos Estados e Distrito Federal e para o Congresso Nacional. É em 2019 que os projetos políticos, geridos nos anos anteriores e apresentados no pleito, começam a ser postos em prática. De forma genérica, é a ascensão da extrema direita ao poder, sintetizada na figura de Jair Bolsonaro, cujos discursos contra minorias políticas tiveram imensa reverberação na sociedade brasileira e foi um dos fatores determinantes para a vitória dele nas urnas. Em maior ou menor grau, essa violência simbólica (Bourdieu, 1989) também está presente

em parte de declarações e ações de governadores eleitos na mesma época e, este cenário, é parte do interesse desta investigação, embora não seja seu objeto direto de estudo.

Quando se trata de Jornalismo Policial no Brasil e, em especial, no Estado do Pará, o ano de 2019 também foi rico em fatos de interesse público, o que significa dizer, infelizmente, que é um período recheado de grandes tragédias humanas, as quais incluem os assassinatos em massa estampados nas folhas dos jornais impressos, esse veículo nascido no século XVI e sobrevivente até os dias de hoje frente às inovações tecnológicas e evoluções da imprensa. São essas notícias trágicas e representativas da atual condição da Segurança Pública nacional e, de modo específico, estadual o interesse maior desta pesquisa que tentar compreender as relações entre os campos da Política, Sociologia e Comunicação.

O ano iniciou de forma trágica em Belém do Pará. No dia primeiro de janeiro de 2019, há registro na imprensa de uma chacina que vitimou seis pessoas, em bairros periféricos da capital paraense, numa sequência de crimes que envolveram as áreas da Cabanagem e Bengui, cujas primeiras informações já ligavam todos os homicídios em um mesmo evento e praticado pelos mesmos autores. Cerca de cinco meses depois, a cidade encarava novamente mais um episódio sangrento, também na periferia urbana, no bairro do Guamá: onze pessoas foram sumariamente executadas enquanto estavam em um bar. Com um acelerado andamento das investigações, o que é atípico para os padrões brasileiros, logo foi descoberto que policiais militares estavam envolvidos nesse morticínio, solucionado e julgado em tempo recorde. Ao final de julho, a população paraense se chocou com um massacre de grandes proporções, longe da capital. Este morticínio ocorreu em Altamira, município do Sudoeste do Estado e, curiosamente, o maior do Brasil em extensão

territorial: 63¹⁹ detentos foram mortos dentro de um centro de recuperação prisional.

Como repetição de uma tragédia frequente em casas penais brasileiras, do total de vítimas 16 foram decapitadas. Nas páginas de jornais, o caso foi tratado como “briga” entre facções criminosas, sem imputar qualquer responsabilidade ao Estado brasileiro ou autoridades, embora mais tarde a imprensa também tenha divulgado o envolvimento direto de agentes penitenciários na facilitação da série de crimes ocorridos dentro do presídio.

Em termos de repercussão nacional, a imprensa paraense também destacou ocorrências com o funesto registro de mortes em massa: em março, na cidade Suzano, no Estado de São Paulo, no Sudeste do Brasil, ex-alunos, inspirados em eventos ocorridos nos Estados Unidos, invadiram uma escola e assassinaram dez pessoas. Entre as vítimas, crianças que estudavam durante o turno escolhido pelos matadores para a ação. Também em São Paulo, já em dezembro, nove frequentadores de um baile funk morreram pisoteados após desastrosa operação da Polícia Militar. No mês de março, como um prenúncio do que ocorreria em Altamira, uma batalha entre organizações criminosas, dentro de um presídio do Estado nortista do Amazonas, encerrou com, pelo menos, cinquenta e cinco homens mortos.

Os fatos relatados são parte da amostra coletada para esta pesquisa com os jornais Amazônia e Diário do Pará, cujas notícias foram coletadas principalmente na hemeroteca da Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP) e cedidas pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Rede Brasil Amazônia (RBA), corporação que agrega o Diário como empreendimento. A pesquisa de campo englobou as edições publicadas entre 1º de janeiro

¹⁹ As primeiras notícias sobre o “Massacre de Altamira” apontavam 57 internos mortos na unidade prisional. Ao longo das apurações e processos de transferência, esse número foi recontado e chegou a 63 vítimas.

e 31 de dezembro daquele ano, exceto as que não foram encontradas no arquivo da instituição pública, no caso do Amazônia Jornal, e as não disponíveis para consulta nas páginas digitais que serviram como base para o estudo.²⁰ Foram coletadas 75 notícias veiculadas no Amazônia Jornal e 160, no Diário do Pará, em uma amostra total de 235 peças a serem analisadas neste trabalho. Em termos de relevância para a observação do fenômeno, significa que os dois jornais paraenses analisados registraram, em média, uma matança com, no mínimo, cinco vítimas, a cada 28 horas no ano de 2019.

A amostra referente ao Diário do Pará tem 80 peças a mais em comparação com a coleta feita no Amazônia Jornal. É válido observar que isso ocorre principalmente devido à diferença nos formatos: enquanto o Amazônia Jornal é um tabloide e reserva quatro páginas para noticiar crimes, o Diário do Pará é um impresso em modelo standard com um caderno próprio para assunto, o qual contém oito páginas. Nota-se ainda que o Diário distribui as informações referentes à Segurança Pública também no primeiro caderno, chamado de “Cidades”.

5. Uma leitura das notícias de morte

5.1. Parâmetros necropolíticos

Antes de analisar o material coletado, faz-se necessário observar algumas questões encontradas durante a pesquisa. Uma delas diz respeito aos conceitos filosóficos e políticos utilizados. A Necropolítica é um parâmetro teórico relativamente recente no mundo acadêmico e grande parte da sua epistemologia discute as políticas de Estado a partir do

²⁰ Detalhar falhas nos arquivos da hemeroteca e do Diário.

plano de um diálogo com grandes cânones da Humanidade, como Foucault, Hegel e Bataille (Mbembe, 2019, pp. 7-16). Na bibliografia pesquisada, é possível perceber que o debate é realizado eminentemente no campo das ideias, sobremaneira, nas áreas diretamente ligadas à Sociologia, especialmente à Ciência Política. A aplicação prática deste modelo numa tentativa de expressá-lo quantitativamente na sociedade e medir como ele se relaciona com outros campos do conhecimento – no caso deste trabalho, o Jornalismo – já seria um grande esforço em direção de um uso pragmático, se ficasse restrito ao seu nicho científico de origem. Quando essa missão é estendida à Comunicação Social, expressa nesta dissertação pelas amostras de Jornalismo Policial, a tarefa se torna excepcionalmente complexa.

Uma dessas dificuldades reside justamente na transposição das características da Necropolítica, cuja reflexão maior é direcionada aos governos nacionais e seus governados e também às relações de poder entre as nações. Foi necessário instrumentalizar características necropolíticas importantes, tais como o envolvimento do Estado em atos de mortes e a ação desse Estado focada em determinados territórios periféricos e direcionada a populações específicas, para caber na observação a que essa investigação se propõe: compreender as relações entre o Jornalismo Policial e essa forma de gerir politicamente a sociedade.

É possível que esse ajuste, considerado essencial para o desenvolvimento da pesquisa, seja encarado como excesso ou até uma impropriedade para transformar o conceito em ferramenta eficaz para analisar algo tão integrado à realidade, tão literalmente palpável e aparentemente distante dos debates acerca da política, como são as notícias de crime publicadas no papel dos jornais impressos. Assumir os riscos dessa adequação a fim

de aplicar a uma pesquisa com um objeto de estudo concreto e repleto de nuances e interpretações é um passo inicial para que outros trabalhos nesta mesma direção sejam idealizados e realizados a fim de compreender essas relações por novos pontos de vista. Cabe ressaltar que adequar um conceito à aplicabilidade de um outro campo de conhecimento não está nem próximo de ser perfeito, no entanto, ainda assim é útil aos propósitos desse estudo em específico.

Outras considerações se fazem necessárias ao discutir o próprio conceito de Necropolítica. Nos capítulos iniciais deste trabalho, é colocado que Achille Mbembe, para estruturar sua reflexão em torno das relações de poder, dialoga com o conceito de Biopolítica, de Foucault. Pode parecer que a teoria de Mbembe apenas aponte uma alteração meramente de nomenclatura ou que refute a tese do teórico francês. Neste ponto, é válido retornar a Leomir Cardoso Hilário (Hilário, 2016), quando ele assinala uma crítica à Foucault construída pelo italiano Domenico Losurdo, na qual Foucault daria pouca ou nenhuma atenção a problemas coloniais, como o Apartheid africano, por exemplo. No entanto, Hilário contrapõe que essa contestação finda por cometer o mesmo erro que expõe ao apontar um excessivo eurocentrismo de Foucault e mostra ainda que o francês insere nas suas abordagens sociológicas que a gestão da vida por parte dos governos modernos começa a se alterar e uma nova forma de administração das populações, em prol do funcionamento do sistema de produção, impõe-se, contudo, sem um aprofundamento quanto a este tema.

Como defesa da obra foucaultiana, o que o brasileiro propõe é observar analistas da Biopolítica cujas bases de seus estudos não estejam na Europa, mas nos continentes colonizados, como é o caso de Mbembe, nascido na República dos Camarões e proponente

de uma epistemologia africana produzida por africanos. Hilário (2016) explica, portanto, que Mbembe aprofunda e instrumentaliza para a sua realidade o que o francês, de certa forma, já havia percebido e mencionado nos anos 1970, com mudanças no sistema de produção capitalista. O que significa dizer que Achille Mbembe faz com que os conceitos foucaultianos sirvam à análise das atuais formas de poder em voga nas periferias do capitalismo. Ao realizar essa reflexão, ele a adequa à descrição e à explicação de “processos de barbárie em curso em países como o Brasil e o México” (p. 197). Apesar de ter apontado o problema e iniciado esse tempo em seus escritos, Foucault não o aprofunda; já Mbembe, foca sua análise justamente no período histórico em que o capitalismo passa a uma política de morte em massa para controle da população em vez de disciplinar os corpos para gerar riquezas aos donos dos meios de produção, como aponta Foucault (2010), no livro “Em defesa da sociedade” (pp. 201-222).

Muito longe de tomar partido quanto qual dessas visões se adequam mais ao atual período histórico, tarefa distante do objeto deste trabalho, esta investigação se associa a Mbembe por entender que a leitura pós-colonial, que ele realiza com maestria em livros como “Crítica da razão negra”(2010) e “Necropolítica” (2019), é uma forma de compreensão mais próxima do que o Brasil - e em um contexto maior a América do Sul e a América Central – necessita para abordar questões primais para o país na atualidade, como os fenômenos relativos à Segurança Pública, tanto no campo da Ciência Política como no da Comunicação Social.

Realizadas as ressalvas pertinentes, parte-se em busca de responder o que foi levantado nas hipóteses, antes de tentar apresentar argumentos que sustentem as respostas para a pergunta de partida dessa pesquisa. Não significa dizer, entretanto, que

outros problemas observados durante o processo serão ignorados ou omitidos. A ideia, ainda que de modo lateral, é identificar possíveis fragilidades, conceituais ou analítico-metodológicas, no intuito de aprimorar o olhar sobre a temática.

5.2. Necropolítica, Jornalismo e banalização da morte

A obra de Mbembe (2019) não trata apenas de soberania e poder no sentido estrito desses dois conceitos. Ao mencionar, sobretudo, as “máquinas de guerra” (pp. 49-61), ele toca em pontos sensíveis quanto às transformações dessas relações ao abordar guerras contemporâneas, como a do Golfo Pérsico e o conflito em Kosovo, no Leste Europeu, e ao mostrar que exércitos regulares não são suficientes para dar conta dessa nova modalidade de conflito e descrever a atuação de grupos paramilitares, incluídos como tecnologia bélica pelas nações e, simultaneamente, como um poder paralelo em si, utilizado para destruição e morte das populações-alvos. Em um dos trechos, o teórico reflete:

Junto aos exércitos, tem emergido o que, seguindo Deleuze e Guattari, poderíamos referir como “máquinas de guerra”. Essas máquinas são constituídas por segmentos de homens armados que se dividem ou se mesclam, dependendo da tarefa e das circunstâncias. Organizações polimorfas e difusas, as máquinas de guerra se caracterizam por sua capacidade de metamorfose. (Mbembe, 2019, p.54)

Com o objetivo de analisar um dos pontos levantados neste trabalho, a reflexão de Díaz (2012) também tem a função de se contrapor com a ideia centralizadora de que a Necropolítica se concentra em uma figura de poder ou em uma estrutura única, como se a presença da violência e da morte fosse apenas uma mera questão policial ou, ainda, a abrangência se restrinja aos temas de Segurança Pública. Em “Necropolítica y excepción.

Apuntes sobre gobierno, violencia y subjetividade en México y Centroamérica” (Díaz, 2012), o estudioso chama atenção para como a violência muda as formas de sensibilidade das pessoas diante de atos de morte, numa espécie de contaminação da sensibilidade coletiva e um indicativo de que atinge todos os níveis sociais. Dentro desta reflexão, é possível questionar, por exemplo, qual o papel dos meios de comunicação nessa banalização e, de forma mais específica, se essa hiper exposição à morte não se traduz em permissividade para que agentes de Estado de modo direto ou indireto cometam essas atrocidades e ainda ganhem destaque.

É uma tarefa abrangente em demasia responder a essas questões, no entanto, alguns indicadores levantados na pesquisa, ao menos, demonstram como as estruturas de poder estão retratadas nos jornais impressos e corroboram com a noção de Díaz acerca das execuções, com o agravante de os executores estarem ligados aos órgãos de segurança pública. Essa atuação cria, no mínimo, um paradoxo acerca dessas mortes para parte considerável da opinião pública: ao mesmo tempo em que se recrudescem as estatísticas de homicídios e se produz uma sensação geral de insegurança e medo, por outro lado se cria a ideia de que o grave problema na segurança pública brasileira, cujas origens e soluções, obviamente, não passam pelos assassinatos em larga escala, está a ser resolvido – em uma espécie de eficiência estatal baseada na pena capital imposta informalmente aos que ousam cruzar os limites da lei. Fica claro que nem todos os chamados “meliantes” estão sujeitos à essa eficiência, apenas os considerados descartáveis, para usar um termo de Díaz, ou as tais “vidas nuas”, como bem coloca Agamben. Nesta lógica, trata-se de uma espécie de retroalimentação do Necropoder: quanto mais se mata, mais se tem permissão para matar. Mbembe usa histórica e metaforicamente a figura do soberano, no entanto, é possível

estender para as estruturas atuais do Poder Executivo brasileiro, no âmbito estadual e federal, as duas esferas responsáveis por lei pela defesa e proteção social dos cidadãos do país.

Na amostra estudada, é possível perceber, dentre os demais aspectos, como a imprensa veicula essa atuação do poder estatal nessas mortes, tanto direta quanto indiretamente. Na dimensão do Necropoder, o indicador apropriado para analisar essas citações nas notícias coletadas é o de Morticínio, que inclui as mortes em larga escala relacionadas às ações ou omissões do Estado, no entanto, sem diferenciar especificamente o que é atuação direta ou indireta. Nele cabem massacres, chacinas, intervenções policiais ao ar livre ou em ambientes confinados, como presídios e centros de recuperação. De toda a amostra em ambos os jornais pesquisados, são 72 notícias coletadas para este índice, o que representa 30,63% do total dos 235 itens da população dessas estatísticas.

Quando se analisa a atuação de agentes de Estado a partir da dimensão intitulada como Necrogestão, que encara essa participação de forma mais específica, a observar as ações do Estado não como em sua forma abstrata, mas como um ente que possui corporificado em órgãos públicos de segurança essa relação se intensifica. Ao todo, são 140 notícias se somados os dois indicadores, o de Morticínios de Estado Direto e o de Morticínios de Estado Indireto. O número é equivalente a 59,5% da amostra. Vale reparar ainda que, no índice direto, esse número absoluto é de apenas 33, ou seja, somente 14,04% da totalidade amostral. Já no indireto essa quantidade alcança 107 notícias, isto é, 45,53% do total.

Antes de se debruçar sobre o comportamento do Estado quanto às mortes em larga escala registradas nos dois jornais com foco nas dimensões necropolíticas, cabe atentar

para o indicador Participação do Estado, na dimensão Criminal nas amostras, a qual trata diretamente das notícias indicativas de autoria dos agentes do Estado nos crimes, também de forma direta ou indireta: são 113 notícias catalogadas, das quais 36 estão no Amazônia Jornal e 77 no Diário do Pará. O resultado aponta que das notícias relacionadas aos massacres e chacinas 48,08% registraram o envolvimento de policiais militares ou civis ou outros agentes de segurança pública.

Diante dos números observados, é possível retomar a primeira das hipóteses levantadas nesta investigação, a qual questiona se a característica mais evidente da Necropolítica em notícias relacionadas a morticínios é a participação do Estado nesses crimes, tanto direta quanto indiretamente. Sem se ater a outros aspectos destacados dentro do conceito Necropolítica, tais como os recortes de território, raça e classe, que serão analisados a seguir, não é possível responder a esta questão a contento, portanto, ela será, neste momento, deixada em segundo plano a fim de dar espaço a outras reflexões, suscitadas na investigação.

É evidente, a partir da proporção das notícias encontradas sobre o tema, que é robusta a participação do Estado brasileiro nos eventos relatados nas matérias de jornais. No ano escolhido como período a ser estudado, embora com variações percentuais de indicador para indicador devido aos critérios estabelecidos na pesquisa para cada dimensão a ser observada, a participação de agentes de segurança nesses crimes salta aos olhos, principalmente, quando os homicídios são efetivados de forma indireta – sem desprezo algum à participação direta que, embora menor, também é relevante e, muitas vezes, de grande impacto social, como se pode perceber em chacinas e massacres dentro de presídios ou ainda em confronto com manifestantes ligados a causas sociais caras ao Brasil,

como a reforma agrária. Um desses episódios pode ser ilustrado com o que ficou conhecido historicamente por “Massacre de Eldorado dos Carajás”, no qual 19 pessoas foram assassinadas em um conflito com policiais militares, em 1996, evento captado em uma das matérias coletadas no jornal Diário do Pará²¹.

Esse registro nos jornais pode trazer uma série de questões relativas à atuação do Estado no seu direito de “deixar viver e de matar”, muitas delas respondidas por leitores e intérpretes de Mbembe, majoritariamente com leituras direcionadas às reflexões do exercício do poder em si. No intuito de pensar a produção jornalística, recorre-se a Díaz (2012), que, ao abordar a violência no México, Guatemala e El Salvador, de algum modo, aborda esse debate nos meios de comunicação, ainda que de maneira lateral, sem encará-lo de frente, ao falar de espetacularização e banalização (Díaz, 2012, pp. 33-50) desses crimes, expostos pelos grupos criminosos e pelo Estado como forma de choque à sociedade diante do horror. Todavia, guardada as devidas proporções em relação a esse artigo, não seria a imprensa também um canal de contribuição para exposição propositada desse horror estabelecido por uma lógica neoliberal e necropolítica? Nos impressos pesquisados nesta investigação, nas chamadas “intervenções policiais” com cinco ou mais mortes como resultado, a frequente cena dos corpos expostos nas fotografias ilustrativas das matérias são um caminho para essas possíveis resposta quanto à participação do Estado nesses homicídios e como a imprensa o retrata.

²¹ O Diário do Pará publicou matéria sobre o tema, no dia 17 de abril de 2019, com o título “Massacre completa 23 anos”. A notícia está no primeiro caderno e não na seção de Polícia. O assunto teve destaque também na capa do periódico.

Figura 2 – “Intervenção policial” com sete mortos



Fonte: Diário do Pará

Nas matérias coletadas sob o indicador Morticínios de Estado Diretos, é possível atentar para três tipos de envolvimento de agentes do Estado em chacinas e massacres: a) prisões e detenções de policiais envolvidos em grupos de extermínio; b) ações da polícia de combate a criminosos efetivadas durante o ato do crime cujo resultado é a morte dos suspeitos; e c) operações policiais planejadas que culminaram em tragédias de grandes proporções cujos alvos são invariavelmente pessoas negras e/ou pobres, não necessariamente suspeitas ou acusadas de crimes.

Na primeira categoria, a atuação da polícia nessas mortes, corporação-metonímia máxima representativa o poder estatal de matar, é admitida e encarada como um problema institucional; a polícia presa pela própria polícia por ir além das suas prerrogativas, cujos agentes punidos muitas vezes são tidos como a “banda podre” deste grande organismo de defesa e proteção social, o principal e mais próximo da população no Brasil. Nos jornais

pesquisados, essa divisão fica clara quando se verifica um dos indicadores da dimensão Criminal do segundo conceito utilizado, o Jornalismo Policial. É a partir da autoridade das Fontes Oficiais, índice também incluído como classificador de dados na pesquisa, que essa diferenciação se estabelece.

Na tradição do Jornalismo especializado na cobertura de crimes, a figura do criminoso, principalmente o negro e pobre, flagrado em delitos como roubo, tráfico de drogas ou assassinatos, é exposta nas páginas dos impressos, como uma materialização de um culpado pelo dano social causado. São esses homens (a absoluta maioria) ou mulheres expostos como evidência de que há bons e maus, há os obedientes à lei e os fora-da-lei e o Estado, como ente protetor de todos, age para coibir o mal e manter o ordenamento jurídico. A imprensa, por anos a fio a ferir o direito de imagem desses cidadãos enquadrados pelo Código Penal, auxilia nessa narrativa. No entanto, ao se atentar para a amostra classificada nesse indicador, nas prisões de policiais há um sumiço ou uma exposição indireta dos criminosos de farda. Um bom exemplo dessa constatação está na cobertura do Jornal Amazônia, no dia 19 de março de 2019. O periódico publicou três das suas páginas sobre a prisão de nove policiais envolvidos em execuções. Na capa do jornal, nenhuma referência à imagem dos criminosos da corporação. Na matéria principal, já na seção destinada ao Jornalismo Policial propriamente dito, também não há pessoas fotografadas como acusados. Em uma terceira, surgem agentes do Estado, como fontes para essas prisões: o coronel da Polícia Militar, Dilson Júnior, afirmando que “nenhum crime praticado por servidor será tolerado pela Polícia Militar” e o secretário estadual de Segurança Pública, Ualame Filho, com declarações semelhantes: “Não vamos compactuar com desvios de conduta”.

É bom frisar que não há nesta observação uma defesa da exposição pública de qualquer criminoso, civil ou militar, servidor público ou não, nas folhas de jornais ou em nenhum outro veículo de comunicação. A abordagem apenas funciona para exaltar que há uma diferença de tratamento por parte da imprensa (sempre a reiterar que se trata dos exemplos aqui estudados) com os suspeitos civis de determinada classe e raça e os agentes do Estado presos por participação nos grupos encarregados de matar “bandidos”.

Pode-se notar, dessa forma, que o Estado não trata os homicídios institucionais como um problema do sistema como um todo, a partir da observação dessas notícias. É parte apenas, na verdade, do que precisa ser corrigido, coibido e extirpado, uma fatia estragada da corporação sem considerar que essa violência das instituições de Estado é uma marca histórica construída lado a lado com o que se tem como conceito de Modernidade. No artigo de Díaz (2012), ele remete à Foucault que explica que as torturas, sevícias e execuções públicas próprias do Antigo Regime não foram suprimidas pelos Estados modernos (pp.42 e 43). O que ocorreu é que essas formas de violências foram incorporadas e, em muito, ocultadas pelas estruturas estatais burguesas, que assumiram o monopólio dessas formas de punição. Em certa medida, as ocorrências ligadas a essa parte das polícias, que age nas sombras e não tem um rosto definido em grande parte desses casos, remete a esse entendimento moderno de controle dos corpos, para usar a linguagem foucaultiana. Ao se atentar para as estatísticas dos crimes de morte em larga escala cometidos de forma indireta pelo Estado, isto é, quando agentes de estado se associam a grupos criminosos, como se fosse um serviço além do cargo de serviço público, essa relação histórica fica mais exacerbada, porque, embora não esteja a serviço como policial, o assassino deste tipo se utiliza de ferramentas inerentes à sua função, como treinamento e o

próprio poder emanado da corporação militar, que sinaliza superioridade e risco iminente aos seus alvos ou inimigos.

As notícias observadas, porém, também trazem figuras com rosto e nome estampados nas capas, que não são de forma alguma maioria, como se nota no indicador de Morticínios de Estado Indiretos. Dentre os quais se destacam “Cabo Leno”, o policial militar Heleno Arnaud Carmo de Lima, personagem que surge no noticiário de 2019, no dia 31 de janeiro, e retorna em outras edições até o momento da sua condenação pela Justiça. Trata-se de um agente de segurança pública que estava em liberdade provisória depois de ser preso por chefiar um grupo de extermínio. As condições de sua recondução à cadeia, na matéria inicial, beiram o teatral de tão caricatas, daí o interesse óbvio da imprensa pelo caso: mesmo punido pela lei, ele gravou um vídeo pela câmera do telemóvel e divulgou em redes sociais. O conteúdo continha ameaças de que o homem iria “matar” e “aterrorizar” na cidade de Belém. A prisão está estampada na capa do jornal O Diário do Pará com uma fotografia que reproduz o vídeo do cabo da Polícia Militar.

Outros personagens, não tão histriônicos, mas igualmente representativos, expõem como a imprensa trata como exceção a exibição da face física do estado matador, com seus servidores e figuras públicas envolvidas em crimes. Dentre as notícias, acha-se uma delegada de Polícia Civil, Eliete Borges, e um vereador, Hugo Atayd, do município de Ananindeua, parte da Região Metropolitana de Belém. Ambos foram alvos da Operação Anonymous 2, que também prendeu sete policias militares ligados a milícias e, conseqüentemente, execuções. Pelas posições que ocupam no serviço público, os dois foram tratados com mais atenção pela imprensa e, assim, emprestam materialidade a um problema que consta no cotidiano das editorias que tratam de segurança pública.

Figura 3 – Manchete sobre a prisão de “Cabo Leno”.



Fonte: Diário do Pará

Conforme o avanço das análises, é notório que a característica mais presente da Necropolítica registrada pelos impressos estudados é a que aponta para a territorialização desses crimes. Uma cartografia da violência em que as pistas para a construção dos mapas das chacinas e massacres são deixadas quase que diariamente pelas notícias publicadas. Também com o progresso da leitura da amostra coletadas, nota-se ainda que os aspectos necropolíticos, aqui isolados para aplicação metodológica, tem relação estreita entre um e outro. Ao mesmo tempo em que se tem um Estado que mata, direta ou indiretamente, também há lugares em que esses homicídios ocorrem com maior frequência, assim como

também as vítimas pertencem a um grupo social definido. Esses sinais dessa política de morte e vida estão cravadas no noticiário de crime, aparentemente, como mero dado informativo, quantificável pelo percentual constatado nos indicadores, no entanto, que apontam para uma lógica de produção intrinsecamente ligada às subjetividades engendradas com os tempos de barbárie justificadas e, muitas vezes, promovidas por atores sociais que deveriam, de forma ideal, seguir pelo caminho inverso, o da pacificação e da garantia do direito primordial à vida.

5.3. Territórios de exclusão e morte

O indicador Padronização neste trabalho serve como uma constatação e limitação do material a ser analisado, como uma segurança de que a amostra coletada está restrita ao texto noticioso dos impressos, que obedece a um formato, de certo ponto, rígido desde as mudanças de linguagem implantadas no século passado, como os chamados *lead* e a pirâmide invertida. Nos jornais pesquisados, nota-se que esse padrão é seguido nas reportagens apresentadas, sempre econômicas nas palavras, numa tentativa de tratamento objetivo ao fato e de concisão e clareza quanto à linguagem. Toda a amostra pesquisada está enquadrada neste índice, o que ressalta que dela se espera e se constata se tratar exclusivamente de notícias, não de textos de colunistas ou de articulistas de opinião ou de editoriais.

Com a padronização e, conseqüentemente, as perguntas básicas respondidas no lead ou nos segundos parágrafos entregam uma importante informação sobre as chacinas e massacres: onde esses crimes ocorrem? Obviamente, o indicador não é suficiente para identificar em que regiões geográficas da cidade ou espaços sociais a barbárie se instala e,

assim, acaba por chegar ao noticiário. É insuficiente, pois somente indica que um critério de informação foi respeitado como dado básico para apreender sobre o crime registrado.

Porém, nas dimensões observadas da Necropolítica e do Jornalismo Policial, há índices que podem sinalizar essa “mancha” no mapa do Estado estudado – para usar uma gíria estatística dos órgãos de segurança pública quando abordam dados que cruzam criminalidade e geografia urbana.

Na dimensão Necropolítica observada nesta investigação, estão registradas 205 notícias que fazem referência às periferias e espaços excludentes, no indicador Territórios de Exclusão, o que é equivalente a 87,23% da amostra. Já na dimensão Criminal do conceito Jornalismo Policial, o indicador Crimes Periféricos também chega perto dessa proporção, com 204 notícias incluídas nele, portanto, 86,80%. Resguardadas as pequenas diferenças estatísticas, é praticamente a totalidade dos espaços em que os crimes de morte com cinco ou mais vítimas aconteceram. São bares, quebradas, passagens, vielas, casas penais e zonas rurais afastadas da lei e do Estado. Quando não são, as matérias jornalísticas raramente são específicas quanto aos locais ou os homicídios ocorreram em zonas centrais ou os ditos bairros nobres, o que é mais raro ainda, ou ainda em espaços incomuns onde a prática da violência choca o leitor justamente pelo fator surpresa.

O conhecido Massacre de Suzano, ocorrido em 2019 em uma escola do município paulista, é um desses exemplos não incluídos como Territórios de Exclusão. Naquela circunstância, dez pessoas foram mortas a tiros em um atentado planejado, nos moldes dos que já ocorreram em *high schools* dos Estados Unidos da América. Outro caso, também não incorporado pelo indicador, refere-se a um morticínio em uma casa noturna, em uma cidade do Rio Grande Sul, onde cinco pessoas foram mortas em uma chacina. Um terceiro

destaque é o caso de um homem que feriu a ex-esposa, matou cinco pessoas e, no término da ação, pôs fim à própria vida, em área central de São Paulo. Novamente, o Jornalismo aqui impõe filtros de exposição nessas tragédias, como a proteger esses corpos da curiosidade mórbida do público e reforçar um viés da Necropolítica sobre as “vidas nuas” (Agamben, 2014), estas que podem ter um tratamento menos digno por serem consideradas “descartáveis” (Díaz, 2012): as notícias coletadas trazem a informação na amostra minoritária em ambos os índices, porém preservam a imagem viva das vítimas dessas tragédias. O caso mais impactante nacionalmente, o de Suzano, tem extensa cobertura ao longo dos dias subsequentes ao ocorrido e até meses após o trágico atentado²², sempre abordado pelos jornais com foco nos assassinos, a dar voz aos sobreviventes e, de forma exemplar no Jornalismo para contar essa história difícil, com cautela redobrada aos mortos, em grande parte alunos daquela escola.

Ao menos nesses casos, os espaços são indicados nas matérias também como um diferencial, um agregador de “valor-notícia” (Traquina, 2005, pp. 69-95). De forma sutil, os impressos pesquisados expõem a anormalidade de crimes dessa monta terem ocorrido nesses lugares, especialmente, com aquele determinado tipo de vítima (estudantes da escola, clientes da casa noturna, familiares do assassino), o que é revelador se posto em comparação com as matérias abarcadas pelo indicador Territórios de Exclusão. Nestas, ao analisar isoladamente apenas matérias inéditas, isto é, “Primárias” conforme a tabela de análise criada para amostra, e que tiveram destaques nas capas dos jornais, há apenas oito

²² O “Massacre de Suzano” não consta nas amostras do Amazônia Jornal e, no Diário do Pará, é mencionado majoritariamente no Caderno B, relativo a notícias diversas de cunho nacional, isto é, na compreensão deste periódico, as que remetem a fatos ocorridos principalmente em Estados como São Paulo e Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

referências a lugares desses homicídios, sempre em situações que beiram o absurdo de tão violentas que são, a contar as tragédias conhecidas como “Chacina do Guamá”, o mais sangrento massacre realizado em um espaço privado (um bar) naquele ano, e o “Massacre de Altamira”, um morticínio que acarretou 57 mortes em um curto período de tempo no interior de um Centro de Recuperação para internos do sexo masculino²³.

Os dois exemplos citados são singulares de espaços excludentes: um situado em uma periferia das mais populosas e pobres de Belém do Pará e nas notícias iniciais associado à venda e consumo de drogas ilícitas. O chamado “Bar da Wanda”, onde foram executadas 11 pessoas, conforme os fatos são apurados e as autoridades dão relevância ao caso, perde o status de lugar perigoso e justificável para esse tipo de atrocidade até se diluir por completo no noticiário com o tema posto sob o rótulo de “Chacina do Guamá” e a cobertura se voltar quase que exclusivamente para investigações e prisões em flagrante dos envolvidos, executadas surpreendentemente em tempo recorde.

No caso do Centro de Recuperação em Altamira, há uma dupla exclusão associada ao cenário dessa matança: uma delas está relacionada às formas de controle do Estado Necropolítico por se tratar de um espaço reservado e parte do aparato da Segurança Pública próprio para manter distante dos demais elementos da sociedade os considerados párias e indesejáveis, notadamente, os criminosos. Nesses espaços, o Brasil historicamente mostra que o poder soberano sobre os corpos, principalmente o poder de matar, é exercido

²³ O Brasil mantém um modelo de gestão pública de penitenciárias e centros de recuperação masculinos e femininos. Na divisão federativa de responsabilidades, cabe aos Estados administrar a maior parte desses espaços, porém há também cadeias federais, atualmente sob a tutela do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

sem concessões, na forma em que Díaz (2012) expõe bem ao falar acerca da formação desse processo nos Estados modernos, no excerto a seguir:

La desaparición del sufrimiento como espectáculo y la asepsia de violencia en el espacio público fueron procesos vinculados com esta conformación estatal, lo que significó la construcción de uma mediación en términos de disciplinamiento. En esta constitución se hallaron figuras como la individualidad y la ciudadanía, sobre las cuales se articuló la mediación del estado burgués. Durante este proceso el castigo tendió a ocultarse dentro del proceso judicial penal, lo que llevó a retirarlo de la exhibición pública y a volverlo parte de una conciencia abstracta fincada en la interiorización del código legal (p. 41).

A duplicidade dessa exclusão também se constata na cobertura da imprensa do Estado a essas regiões, majoritariamente focado em tragédias de grandes proporções, como se esse lugar também fosse apenas avistado nesses momentos de grande comoção. Para se ter dimensão dessa exclusão, Altamira é o maior município do Brasil com uma extensão de 159.533 quilômetros quadrados, maior do que países como Portugal, Islândia, Irlanda e Suíça, com população estimada em cerca de 150 mil habitante, a funcionar como polo de uma macrorregião influenciada por um dos mais importantes rios da hidrografia brasileira, o Xingu. Apesar de todos os predicados e da relevância no contexto regional, esta e outras cidades similares têm cobertura pontual da imprensa da capital, a qual volta seus olhos para aqueles lados quando não é mais possível ignorar ou invisibilizar, quando há casos extremos, como um massacre com 57 mortos. Estas relações de dupla exclusão não são recentes e remetem a casos históricos, como o Massacre de Eldorado dos Carajás, já mencionado anteriormente, também em região igualmente de enorme importância

territorial, política, econômica e social para o Estado do Pará. Fato captado em uma das matérias da amostra, por ocasião do aniversário dessa tragédia, o Massacre de Eldorado também reforça o tratamento excludente dispensado pela imprensa central, concentrada em Belém, a questões primordiais da formação do Estado brasileiro como o acesso à terra e a própria relação das forças de segurança pública com a parte mais vulnerável da sociedade, os que buscam direitos e os que estão descobertos de acesso à cidadania e agregados em organizações sociais de massa, como o Movimento dos Sem-Terra (MST).

Nos demais relatos da imprensa, os não-lugares, os lugares sequer mencionados diretamente nas matérias dos jornais, estão naturalizados como locais propícios a esses crimes. Se pensar na lógica necropolítica observada em Mbembe e seus intérpretes, como Hilário, Oliveira e Díaz, é dado a esses territórios tratamento semelhante ao concedido aos corpos considerados imprestáveis para o novo modelo econômico que dita a gestão da morte nessa atual conjuntura global. Ambos ignorados e vulneráveis às ações violentas, que incluem a morte. Se o corpo rejeitado pela Necropolítica é indigno e destinado ao extermínio, as baixadas, as quebradas, as cadeias, becos e pontos de drogadição são os locais que combinam com esse desprezo a essa forma de vida específica, como se em uma cidade, em um Estado, em um território maior, tivesse locais específicos para esse fim. Nos dois exemplos usados anteriormente, nota-se também o envolvimento do Estado nessas mortes em larga escala, revelado na sequência de matérias jornalísticas nos dois temas, que tiveram atenção especial tanto no Diário do Pará quanto no Amazônia Jornal. Ao cruzar essas características, percebe-se a relação registrada nos jornais, na qual o Estado age como colaborador nesses crimes em determinado território, seja de forma indireta com a participação de policiais sem farda organizados em grupos de extermínio, seja com

omissões que gerem o descontrole e matança dentro de um presídio (mais tarde se confirmou a implicação de agentes penais como facilitadores para uma das facções envolvidas no massacre).

Na amostra coletada, constata-se que as periferias da cidade, proporcionalmente, estão mais vulneráveis a esse tipo de crime. Ressalte-se que o Diário do Pará, pelo formato e destaque que dá aos temas criminais, é mais específico quanto aos locais em que os morticínios ocorreram em relação à cobertura do Amazônia Jornal. Em uma leitura geral da amostra, está patente que os morticínios e desdobramentos na imprensa não estão vinculados a espaços urbanos tidos como mais nobres na cidade ou no Estado. A observação por si aponta uma possibilidade de estudo mais aprofundado sobre essas cartografias e suas possíveis relações que envolvem, além das políticas de Segurança Pública, outros aspectos como renda e acesso a demais serviços públicos e direitos.

5.4. Mirar e acertar: alvos da política de morte

A amostra coletada para este trabalho revela muito quanto à frequência que determinados espaços figuram nas notícias, como se a periferia, a favela, as cadeias, as áreas rurais fossem domínios em que a morte em grande quantidade é recorrente. Neste ponto, a imprensa funciona como um insistente repetidor da mensagem referente a esses morticínios: há determinados lugares em que esse tipo de crime ocorre com regularidade e há outros em que não ocorre. Como as notícias nos cadernos de polícia têm um caráter de registro e poucas fontes de informação, geralmente com dados fornecidos pelos órgãos de segurança pública, coletados no calor do momento, esse fator territorial é pouco ou nunca questionado. Por que tantos homicídios em massa apenas em determinados locais? A

pergunta suscita ainda novas questões adjacentes para atingir resposta próxima para um problema dessa dimensão. A pesquisa nota essas relações entre os locais dos homicídios registrados nos jornais e os conceitos centrais da Necropolítica, no entanto, não se aprofunda nessa análise de possíveis causas, uma vez que necessitaria um amplo aparato teórico e metodológico distantes da Comunicação Social para tal tarefa, além de um minucioso trabalho de campo, como levantamento de dados socioeconômicos e cruzamento de estatísticas oficiais dos órgãos de Segurança Pública, não incluídos neste material de análise.

Por outro lado, é possível observar um dos pontos neste levantamento de notícias por meio de um dos indicadores criados para este fim, o de registrar quem são as vítimas desses morticínios. Quem são, afinal de contas, os alvos nesses homicídios em um contexto necropolítico? Na totalidade da amostra, há 162 notícias catalogadas como “Alvos da Necropolítica”, como é denominado este índice específico, número que corresponde a 68,93% da amostra. São 52 matérias jornalísticas anotadas no Amazônia Jornal e 110 no Diário do Pará. Se compararmos esse percentual com os dos indicadores referentes a território, é possível responder uma das hipóteses do trabalho, a qual vaticina que o Jornalismo Policial ignora como informação características de territorialidade e de raça e classe, associadas à Necropolítica quando se trata de produzir notícias acerca de massacres e chacinas. Aparentemente, a hipótese é negada, porque proporcionalmente, em uma leitura mais atenta e realizada com método, é possível perceber de modo claro que o Jornalismo produzido em ambos os jornais inclui esses aspectos descritos no conceito de Mbembe como características de um modo específico de manobrar a morte como

instrumento de poder. Todavia é necessário fazer outros questionamentos para tentar compreender como esses dois fatores são expostos nos objetos deste estudo.

Após abordar território e outros espaços de exclusão retratados nas notícias e notar que se relacionam com a Necropolítica, cabe a análise sobre as pessoas vitimadas nessas chacinas e a observação de um recorte classista e racista nesses crimes. É relevante salientar que a leitura desses dados tem um limite em relação à constatação de classe e raça das vítimas. Em nenhuma das matérias observadas, há referência direta a essas duas características, por exemplo. Nenhuma notícia trata esses morticínios por essa ótica, se os mortos são negros ou brancos, se têm esta ou aquela faixa de renda, ou qualquer outro dado estatístico que aponte para esses indicadores. O Jornalismo Policial, de um modo geral e especialmente nos jornais observados, não faz essas referências em notícias factuais. É como se o crime existisse por si e não houvesse um processo histórico em curso ou uma conjuntura socioeconômica que o envolvesse. As informações relativas a homicídios contra pessoas de pele escura, pretos ou pardos, são pontualmente incluídas em matérias sobre estatísticas oficiais, de maneira isolada e eventuais. Uma dessas abordagens é constatada em reportagens publicadas no mês de novembro no Amazônia Jornal e no Diário do Pará, em datas próximas ao dia 20 daquele mês, quando anualmente o país celebra o Dia da Consciência Negra em função do debate racial. As notícias não estão incluídas na amostra para avaliar as matanças em massa registradas na imprensa, porém apontam de forma inequívoca que pessoas identificadas como da raça negra são a maioria das vítimas de homicídio no Brasil, conforme levantamento realizado pelo IBGE. Se essa população é maioria nesse tipo de crime, de acordo com dados oficiais, e se neste estudo é possível perceber essa representação numérica, por que a imprensa não faz essa referência quando

registra esses crimes? A pergunta ganha novos contornos principalmente ao se tratar não de homicídios individualizados, mas do conjunto em que se morre mais de cinco pessoas em um mesmo evento. É possível interpretar que há questões arraigadas nessa não compreensão de que as vítimas têm traços em comum, que é a raça e também a classe, como é possível apreender ao cruzar dados em relação ao território em que esses crimes comumente ocorrem.

O objetivo não é buscar um culpado por essa omissão de informação. No entanto, é necessário fazer correlações com práticas históricas e de poder, descritas inclusive pelos teóricos que fundamentam este trabalho e outros que dialogam com os temas aqui abordados. O brasileiro Silvio Almeida, por exemplo, no livro “Racismo estrutural”, concede uma explicação plausível para esse tipo de omissão ao mencionar diretamente o papel dos meios de comunicação nesse contexto. Almeida (2019) expõe:

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo que (...) a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações (Almeida, pp. 45 e 46).

Almeida menciona um fenômeno comum da cultura brasileira no papel de legitimação e perpetuação do racismo no país e concede, por conseguinte, uma pergunta: será que o Jornalismo Policial ao não tratar de forma direta quem são essas vítimas das chacinas e massacres, com seus respectivos perfis raciais e socioeconômicos, também não

cumprir essa função? É uma hipótese que também extravasa os limites do trabalho e abrange outros campos do conhecimento, a focar em conceitos como identidade do indivíduo por meio de representação social e emissão por parte dos jornais e recepção da mensagem para o público leitor.

De todo modo, o trabalho se junta a Almeida e coloca Mbembe em diálogo com o brasileiro que trata do problema racial no Brasil diretamente. Com um custo alto a essas populações, a própria vida ceifada fisicamente e a vida tornada como passível de fácil descarte, essas relações observadas de certa forma fundamentam e normalizam ações violentas contra esse grupo social, a colocar de um lado um aparato de comunicação, que diariamente relata esse morticínio sem um aprofundamento conjuntural e com perspectiva histórica, e na outra ponta do sistema o próprio poder que usa o racismo como “tecnologia” para atingir seus objetivos primais. Mbembe menciona Michel Foucault em seu trabalho ao tratar especificamente dessa questão, talvez como um reconhecimento de que o filósofo francês iniciou esse debate, embora não tenha falado de maneira direta da questão negra e tenha pensado, em princípio, no Estado nazista engendrado na época, cujo auge é a Segunda Guerra Mundial. Mbembe (2019) explana nos seguintes termos:

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘aquele velho direito soberano de morte’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é ‘a condição para a aceitabilidade do fazer morrer (p. 18).

Na obra de Foucault (2010), o compilado dos últimos cursos ministrados por ele, no livro “Em defesa da sociedade”, é posto que “o que inseriu o racismo nos mecanismos de

Estado foi mesmo a emergência desse biopoder” (p. 214). Na sequência, o pensador explica que mecanismos biológicos auxiliam na compreensão dessa instrumentalização do racismo, sobretudo, quando pensada a partir de uma perspectiva de guerra, em que o inimigo é necessariamente inferiorizado e eliminado como estratégia tática e de intimidação. O texto sublinha: “o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (Foucault, 2010, p. 2015).

Simultaneamente, o Jornalismo Policial se omite ao debate racial e de classe por tratar fatos de enorme gravidade como mero registro. Um outro Jornalismo diário com enfoque em assuntos de crime é possível quando se está diante de matanças? É possível esse recorte racial e de classe na chamada cobertura “*Hard News*”? Qual o custo logístico e social desse tipo de abordagem em uma empresa privada habituada a uma linguagem tida como objetiva, neutra, imparcial? São perguntas complexas, levantadas aqui, que merecem atenção mais dedicada, sobretudo quando o avanço do debate racial no Brasil tenha ganhado cada dia mais destaque, principalmente com a organização do movimento negro nos últimos anos e uma aproximação do tema a uma faixa maior da população brasileira por intermédio de meios alternativos, como as redes sociais, com dinâmicas de consumo e fruição diferentes dos veículos mais tradicionais, como os jornais impressos.

De toda forma, o simples fato de os jornais indicarem indiretamente quem são as vítimas de chacinas e massacres no ano de 2019 colabora pouco para uma discussão que cruze comunicação com política de Estado – ou em outra perspectiva, revele o quanto essa produção está atrelada a um modelo econômico que não dispensa a exclusão das

populações, seja por classe ou raça, para se sustentar e se perpetuar. Amiúde, as notícias incluídas no indicador “Alvos da Necropolítica” foram inseridas a partir da observação de fotos dos corpos que ilustravam os textos, as quais dentro de um contexto geográfico, leva-se a compreender que as vítimas desses homicídios eram homens negros e pobres, como os detalhados nas estatísticas oficiais. Não fosse esse modo de observação, próprio de uma investigação científica, dificilmente essa informação seria lida de forma objetiva: “polícia mata sete homens pretos e pardos em operação”, “Massacre em presídio resulta em 57 mortos, a grande maioria de negros”, “Chacina em bairro pobre deixa 11 homens e mulheres mortos. Nenhum é branco”. Pensar em títulos como esses pode soar estranho e até absurdo, se considerarmos a lógica aplicada aos jornais. Não expor certas características dessas vítimas ou abordar os temas como algo frequente e sem uma cobertura adequada desumaniza e, indiretamente, cria-se as condições ideológicas para que o Estado maneje suas ferramentas de gestão para adequar as populações excluídas, essas “vidas nuas”, da forma que achar mais adequado, sem se furtar do direito de matar ou deixar morrer.

5.5. Um monstro sem cabeça

As notícias incluídas nesta pesquisa apontam que é relevante e majoritária a participação do Estado nas mortes em larga escala no período pesquisado. Essa constatação se dá a partir dos indicadores analisados anteriormente, sobretudo os ligados às dimensões de Necropoder e Necrogestão. Como se nota nas abordagens anteriores, o Estado que está envolvido em chacinas ou massacres, seja nas operações oficiais das forças de segurança pública, seja de forma clandestina com policiais ou demais servidores

públicos integrados a grupos de extermínio, poucas vezes se apresenta com um rosto, com raras exceções, como foi mostrado anteriormente com os exemplos do Cabo Leno, da delegada Eliete Borges e do vereador Hugo Atayd. Não ter uma identidade nítida de autoria desses morticínios, quando se trata do poder estatal, também é um indicativo que, objetivamente, a abordagem dessa investigação é complexa e algumas perguntas são mais difíceis de responder do que outras. Se há um envolvimento profundo do Estado brasileiro nesses homicídios, quem aperta o gatilho? Ou melhor: de onde parte a ordem para apertar o gatilho? Ou ainda, de maneira mais pontual: quais agentes políticos justificam e/ou atuam ou se omitem para que essas mortes ocorram? Vale retornar à amostra coletada para ter pistas a estas perguntas e analisar a dimensão Criminal do Jornalismo Policial. Para esta tarefa, embora deficitário, pois não demonstra o grau de importância e representatividade política do entrevistado cuja voz consta no texto escrito, o indicador mais adequado é o de Fontes Oficiais que pode ser usado para compreender como que representantes do poder estatal surgem no conteúdo jornalístico dos periódicos pesquisados. São 98 referências a fontes oficiais nas 235 notícias, equivalente a 39,57% da amostra. O percentual é considerável, mas não indica possíveis autores ou qualquer assunção de autoria por parte do poder oficial nesses crimes. Portanto, não é possível imputar culpa direta a um agente político nesses homicídios no período pesquisado. Apesar do volume de mortes em grande escala constatado com participação direta do Estado, não há notícias que indiquem qualquer tipo de movimento judicial ou mesmo demanda social para que este ou aquele mandatário responda por coparticipação ou omissão nesses casos. Em episódios sangrentos como o Massacre de Altamira e a morte de nove pessoas em uma operação policial em um baile funk em Paraisópolis, em São Paulo, é possível constatar de forma

nítida essa ausência de responsabilidade política ou de uma abordagem jornalística com foco na política sobre o tema.

Ao Jornalismo, nestes casos, cabe novamente a tarefa do mero registro, como se esses homicídios estivessem eternamente na ordem do dia, incorporados à rotina, sem uma interpretação crítica dessa informação. Funcionam ambos os jornais como reprodutores dessas fontes oficiais, sempre com espaço para entregar os discursos que embalam a política pública que dá norte às ações efetivadas nas ruas. Há uma descontextualização política quando o exercício de morte é tratado como um trabalho técnico necessário para manter a lei e a ordem ao tratar do bando de assaltantes de banco ou dos bandidos comuns em confronto com a polícia na rotina da violência urbana. Se a situação sai do controle, em ações programadas ou ambientes extremamente controlados, essa separação entre cabeça e corpo (comando político e corporação) é ainda mais evidente. O comum nas reportagens coletadas é a autoridade máxima surgir para expressar a preocupação com a gravidade da coisa e demonstrar mão firme para tomada de providências. Entre os rostos de acusados de envolvimento na chacina com cargo eletivo, acha-se apenas um, o vereador Hugo Atayd, cujo retrato estampa uma das matérias da operação que resultou na prisão dele e de outros acusados de associação a um grupo de extermínio. A versão de “perseguição” política alegada por ele é publicada entre as informações sobre essas prisões.

Com uma única exceção, não se vai encontrar, obviamente, políticos relacionados diretamente aos homicídios, tampouco expressamente engajados na defesa dessas brutalidades – neste aspecto também se tem uma única figura pública nesse exercício discursivo: o próprio presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, a dar peso e simbologia do que está consolidado como Necropolítica. Sobre o Massacre em Altamira, ele respondeu

rapidamente, em Brasília, e sua fala reverberou na imprensa sobre a situação. O chefe do Executivo nacional fez questão de fazer um contraponto de afirmação dessas mortes como algo positivo. “Pergunta para as vítimas dos que morreram lá (dentro do Centro de Recuperação Masculino de Altamira) o que eles acham”: a declaração presidencial está no título de notícia publicada no dia 31 de julho de 2019, no Diário do Pará. Um raro momento em que a personificação do estado brasileiro assume a satisfação em um caso claro de como a morte permeia o corpo desse estado em suas instituições e como subjuga aos seus domínios certos corpos em determinados territórios de exclusão.

Muito mais do que desconsiderar a política como diretriz de segurança pública e não relacionar a avalanche de casos de morticínios em larga escala, o Jornalismo Policial a ecoa em uma lógica fatal em que o corpo desprezível das vítimas se encaixa no que é esperado como função para essa seção: exibir os corpos alvejados dos párias cujo extermínio é aceitável socialmente, no final das contas, o “bandido bom”, com um fim previsível e esperado, morto em troca de tiros com a polícia, em uma narrativa de reação do criminoso à voz de prisão contada exclusivamente pela própria polícia, utilizada sempre como fonte crível e confiável, ou decapitado em ambiente confinado em guerras de facções, também previstas como o fim certo para os que ingressaram na vida do crime. Se esse corpo descartável ganha visibilidade nas páginas como o aguardado e benquisto trabalho da morte pelas mãos do Estado por meio de suas máquinas de matar, esse mesmo corpo não figura nas páginas se a morte alcança vítimas sem ligação explícita e comprovada com o crime, insistentemente os de roubo, associação criminosa e tráfico de drogas. Se não foram ladrões, integrantes de facções ou traficantes os mortos, as páginas não exibem esses corpos como troféus entregues ao leitor para atestar a eficiência dos órgãos de segurança,

cuja função é matar ou deixar morrer para esses grupos, em especial. Se as vítimas têm sua presunção de inocência, preservada, esconde-se o corpo, mas o espectro da morte permanece sobre os vivos nos ermos onde esses homicídios ocorreram. A morte é um monstro sem cabeça que alardeia que há certos lugares e ambientes em que ela tem passe livre. É o jornalismo, em especial o Policial, produzido na lógica neoliberal e distante dessas comunidades, que conta e reitera essas histórias.

É justo apontar apenas a máquina estatal como se fossem executores da Necropolítica de forma proposital e consequente para atingir seus objetivos? Díaz já firma pistas de que as respostas para esse tipo de hipótese não devem seguir por caminhos maniqueístas. Ele explica que a violência extrema e banalização da morte também afeta subjetividades em diversos níveis sociais, que não apenas o institucional. Para estender a reflexão, vale também recorrer ao investigador R. Guy Emerson, que publicou o livro “Necropolitics: Living Death in Mexico” (2019), ainda sem tradução para a Língua Portuguesa. A obra abrange a questão da violência naquele país latino-americano em uma abordagem que relaciona a Biopolítica de Michel Foucault e a Necropolítica de Achille Mbembe. Com um estudo amplo sobre as relações sociais mexicanas, o que inclui a atuação violenta das facções e suas guerras entre os grupos criminosos e com o governo, Emerson traz um panorama devastador baseado em dados oficiais, os quais dão conta de que a declaração de guerra às drogas feita pelo México, ao invés de significar uma política de vida e de proteção à população, mostrou-se incapaz de conter a onda de mortes violentas, cujos números da investigação, de 2006 até a publicação, apontam 250.000 assassinatos, mais de 49.500 desaparecimentos, 1,5 milhão de pessoas deslocadas de suas regiões originais em fuga da violência e 132 políticos executados antes das eleições de 2018.

Emerson (2019) chama atenção para o fenômeno de competição e conluio entre o crime organizado e o poder institucional – comumente conhecido como narcopolítica. A ideia é expressa já na introdução do estudo, no trecho a seguir:

In contemporary Mexico there are no clear-cut hierarchies or mechanisms of rule: the police are an armed extension of the cartels, the cartels undertake administrative functions typical of government, government aligns with cartels to hunt down and disband community autodefensa groups and communities demand autonomy from government (2019, p.2).²⁴

Segundo o Atlas da Violência de 2021, o Brasil registrou 45.503 homicídios em 2019, período pesquisado neste trabalho. Relações semelhantes entre o Estado e o crime, metaforizado com as milícias e grupos de extermínios, indicam que a situação brasileira se irmana com a mexicana e uma palavra final sobre este ou aquele agente de maior responsabilidade se torna delicada. Essas forças sociais se misturam na dinâmica real das rotinas das grandes cidades e suas periferias, se for pensar a necropolítica como um elemento que molda as subjetividades e transforma a visão de cada indivíduo sobre a morte, como também demonstra Emerson, com impactos profundos e irreparáveis nas coletividades. Há uma fronteira tênue entre as formas de matar praticadas pelo Estado e pelos criminosos, que os jornais não captam em uma narrativa de registro a serviço das vozes oficiais. Ainda em relação a Emerson (2019), no capítulo “Necropolitics: From Corpse

²⁴ Tradução livre: “Na contemporaneidade mexicana não há hierarquias ou mecanismos de governo bem definidos: a polícia é uma extensão armada dos cartéis, os cartéis realizam atividades administrativas que são funções típicas de governo, governo se alinha com cartéis para caçar derrubar e dissolver grupos e comunidades de autodefesa da comunidade a exigir autonomia do governo”.

to Body” (pp. 23 – 42), essa diferença de *modus operandi* das facções se torna mais clara à medida que o tratamento dos corpos, decapitados, mutilados ou dissolvidos em ácido, tornar-se mais brutal e exposto como mensagens, com os corpos a serviço dessa emissão adicionados de bilhetes ou acompanhados de grandes mantas com escritos, como estratégia de comunicação desses grupos ilegais para autoafirmação, demonstração de poder e vetor de pânico geral. Uma forma específica dos grupos criminosos mexicanos comunicarem decisões, demandas e poderes, em confronto direto com as narrativas do poder institucional oficial, que possui paralelo com os bandos brasileiros e suas formas próprias comunicativas, não registradas na amostra dessa pesquisa, nem pensadas inicialmente como objetos de investigação deste trabalho.

5.6. A morte como ligação

Ao longo desta investigação, em cada um dos conceitos trabalhados da Necropolítica, é possível perceber a relação dessa forma de gerir as forças produtivas e as consideradas improdutivas da sociedade e o Jornalismo Policial, em sua porção que encontra o mercado dentro de uma lógica neoliberal. No entanto, como medir essas relações? É possível expressar essas relações de forma numérica em uma análise de conteúdo? Como foi mencionado anteriormente, a atualização do conceito de Biopolítica proposta por Mbembe com a Necropolítica, que conclui um novo período de exercício do poder, focado na morte e na eliminação física como resposta a atual fase do capital em crise, é muito mais um exercício filosófico de interpretação do mundo do que um fenômeno palpável, que pode ser perfeitamente avistado, conferido, computado, medido. Uma aplicação de modo cartesiano a um conceito como esse é sempre um risco de incorrer em

erros, como generalizações, distorções e excesso de adaptações, o que pode falsear resultados e prejudicar uma análise baseada em método científico. Apesar dessa possibilidade, é necessário se debruçar à amostra e relacionar dimensões e indicadores do Jornalismo Policial e da Necropolítica a fim de perceber com um pouco mais de clareza como ocorre essa interação.

Para esta tarefa, foi criada uma tabela que mostra a intensidade da relação entre esses conceitos baseados nos indicadores criados para esta análise. A fim de ajustar esse quantitativo, permaneceram apenas os índices diretamente ligados às características da Necropolítica e seus correspondentes no Jornalismo Policial: nas dimensões Necropolítica e Necrogestão, foram incorporados Morticínios; Territórios de Exclusão; Alvos da Necropolítica; Morticínios de Estado Direto; Morticínios de Estado Indireto; já na dimensão Criminal do Jornalismo Policial, foram incluídos os índices Massacres e Chacinas; Participação do Estado; e Crimes de Periferia. Foram excluídas a dimensão Informacional e seus respectivos indicadores, por permear a totalidade da amostra, e portanto não representar uma diferença numérica efetiva, e o indicador Fontes Oficiais, por não se adequar estritamente às características do conceito Necropolítica escolhidas para o trabalho. Com os devidos ajustes a observação da totalidade dos resultados da amostra, chega-se a uma escala que varia de 1 a 7 pontos, a qual aponta em ordem crescente relações fracas, moderadas e fortes entre o Jornalismo Policial e a Necropolítica. No esquema abaixo, é possível visualizar a escala que demonstra os níveis de intensidade das relações entre os conceitos selecionados para o estudo a partir da observação do material coletado para esta pesquisa:

Quadro 4: Escala Necropolítica para Jornalismo Policial.

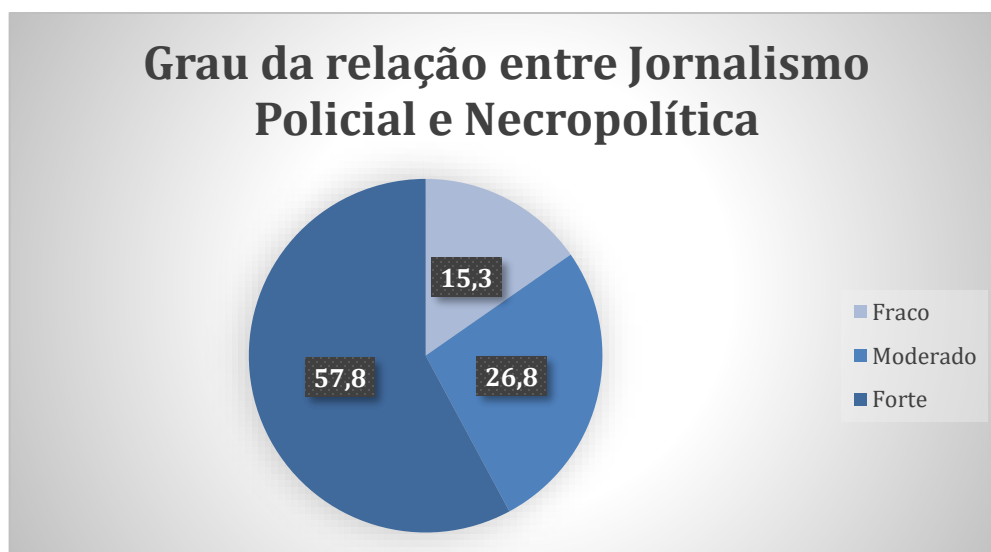
Jornalismo Policial	1 a 3	4	5 a 7	Necropolítica
	Fraca	Moderada	Forte	



Fonte: elaboração própria.

Baseado nesta escala é possível visualizar de forma quantitativa o que indica o conteúdo analisado. Das notícias coletadas e observadas, consta-se que parte importante tem uma forte relação com as características identificadas com a Necropolítica, em um recorte que inclui a participação do Estado brasileiro nessa situação de extrema violência; a territorialização da materialidade de modo de gerir a morte; e esses homicídios em massa apontados para determinado grupo social, como foi constatado anteriormente, negros e pobres. São apenas 36 notícias da amostra de 235 incluídas como fracas na escala, equivalente a 15,3%; as moderadas correspondem a 63 ou 26,8%; e as fortes são 136 matérias jornalísticas, exatos 57,8% de toda a amostra. Se somar as reações moderadas, que contém muito das características necropolíticas, a proporção chega a 84,6%, num claro entrelaçamento entre os dois conceitos aqui estudados.

Gráfico 3 - Grau de relação no total da amostra pesquisada em %.



Nos dois jornais observados, esses quantitativos e percentuais se mantêm muito próximos do comportamento avaliado na amostra inteira. No Amazônia Jornal, por exemplo, as notícias incluídas como fracas são apenas 9 de 75 notícias publicadas no periódico (12%); as moderadas são 24 (32%); e as fortes 42 (56%). Já o Diário do Pará tem 27 das 160 notícias catalogadas consideradas fracas na escala, o que resulta em 16,8%; o jornal tem ainda 39 (24,37%) matérias assinaladas como relação moderada e 94 (58,75%) como fortes.

Gráfico 4 – Grau de relação no Amazônia Jornal em %.

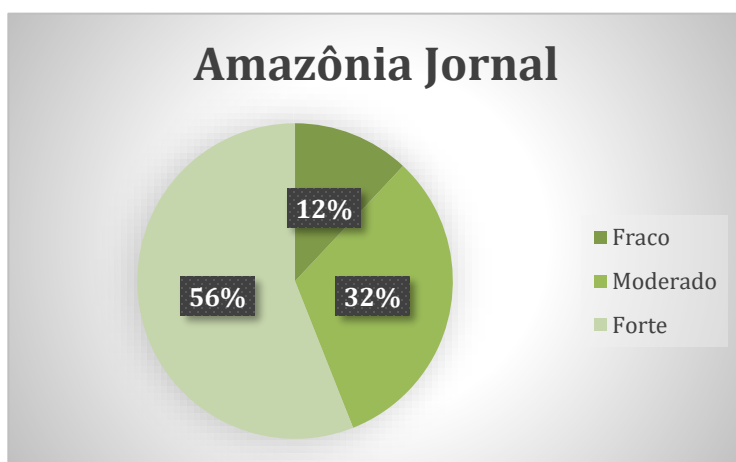
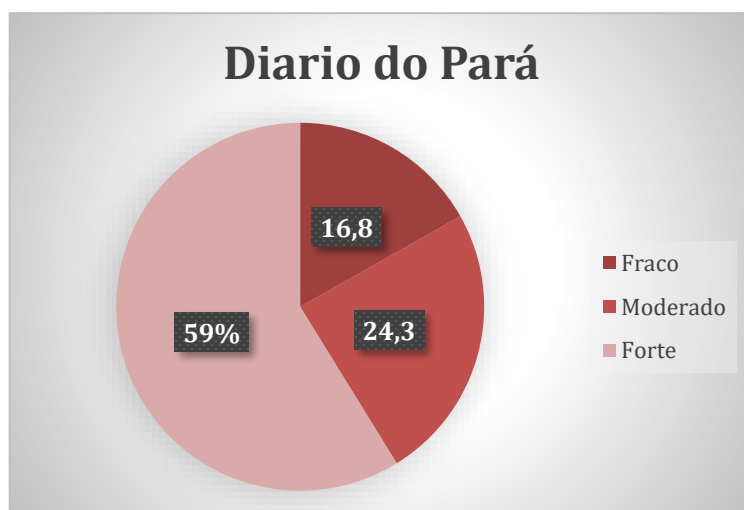


Gráfico 5: Grau de relação no Diário do Pará em %.



A diferença dos resultados entre os dois objetos de pesquisa é estatisticamente irrelevante e reflete também o comportamento geral da amostra inteira, a qual indica que o Jornalismo Policial reproduz em parte impossível de ser ignorada a política de morte que permeia ações do Estado no setor de Segurança Pública. No entanto, são necessários alguns questionamentos sobre essa constatação: não estaria o Jornalismo Policial apenas a cumprir sua função de registrar os fatos e, portanto, não seria possível se esquivar ou ter uma produção diferente dessa subjetividade necropolítica em seu conteúdo? É possível escapar dessa subjetividade ao reportar os crimes em notícias? Ao reproduzir sem questionar ou sequer perceber esse viés, reforça-se essa mentalidade e se aceita passivamente que a realidade é esta e não outra? Como trazer essa discussão para um campo em que a prática se impõe em prol da urgência de reportar os acontecimentos? Afinal, trata-se objetivamente de aderir ou rejeitar essa integração, essa subjetividade intimamente vinculada à Necropolítica?

As perguntas são abrangentes e as respostas podem vir de maneira lateral, com base na experiência relatada por Emerson (2019) e em constatações do artigo publicado por Gabriela Loureiro (2019) sob o título “Necropolitics revisited: how mainstream media coverage of Marielle's shooting in Brazil depoliticises her struggle and reinforces neoliberal logics”. O primeiro traz a experiência das “fogueiras” nas comunidades mexicanas como mecanismo coletivo de autogestão e enfrentamento dos casos de violência pela própria comunidade. Esses episódios estão relatados no capítulo “Necropolitics: Governing by the Campfire” (2019, pp. 171-188). Já a segunda aborda a cobertura da imprensa no internacionalmente conhecido caso de Marielle Franco, a vereadora e ativista brasileira do

movimento negro e de mulheres, assassinada no Rio de Janeiro em 14 de março de 2018. Ambos traçam críticas a visão neoliberal que sustenta a Necropolítica e dialogam entre si.

No caso das “fogueiras”, trata-se da forma de organização das comunidades do México para combater a sequência de crimes ambientais, patrimoniais e contra a vida, resultantes do que Emerson chama de “tanato-narcopolítica”. Foram assembleias de moradores, tradicionalmente realizadas em torno de fogueiras, que permitiram resistência, organização e uma governança sustentada pelos próprios habitantes de bairros pobres e cenários de violência contra o grupo criminoso *Cavalleros Templarios* e agentes do governo em conluio com esse bando. Já na reflexão de Gabriela Loureiro ela expõe o descuido da imprensa brasileira em tratar o episódio Marielle Franco como uma situação individual e ignorar sinais de problemas maiores e coletivos, vividos pelas comunidades do Rio de Janeiro, como a violenta intervenção militar imposta à cidade pelo governo federal, na época sob gestão do ex-presidente da República do Brasil Michel Temer. Loureiro destaca que essa lógica individualizante da imprensa não permitiu uma cobertura adequada sobre o caso mais emblemático de violência política contra uma liderança urbana e favelada no Brasil contemporâneo. Em linhas gerais, a autora defende que o que poderia aprofundar um debate acerca da violência política contra mulheres e lideranças populares, do poderio das milícias no país e, sobretudo, do genocídio negro nas periferias e favelas brasileiras, transformou-se em notícias que focaram no atentado como um caso isolado e na vida e carreira de Marielle Franco, sem atentar para a conjuntura do ataque em que o motorista e assessor dela, Anderson Gomes, também foi vítima.

Os dois trabalhos citados levam a pensar que desviar da lógica neoliberal é uma alternativa para tempos de subjetividades tomadas por uma relação extremamente

desumanizada com a paz, a morte e a vida. Por um lado, há um movimento das próprias comunidades que tomaram para si um protagonismo coletivo para resolução dos problemas e, de certo modo, impuseram uma nova voz institucional a ser ouvida também pelos meios tradicionais de comunicação. Por outro, há um clamor para que o Jornalismo cumpra uma função que vai além do aparente registro e preza por uma leitura coletivista, politizada e contextualizada sobre os fatos ocorridos.

Em um ano violento como o de 2019, o Jornalismo Policial nos periódicos pesquisados, conforme o conteúdo observado, ativeram-se a contar as histórias dentro de uma lógica industrial e naturalizada: o fato ocorre, é apurado, registrado e publicado. Diante de crimes graves – que vão além da mera estatística e encaminham a coletividade para um embotamento sensorial diante da morte –, a mera reprodução do fato, camuflada de objetividade e neutralidade, é um reforço ao que se conhece hoje como Necropolítica. Como se dribla essa repetição, que traz a impressão de que tudo é inato, é também uma questão fundamental quando se tratam de empresas de comunicação inseridas em um sistema mercadológico que integra essa subjetividade e está sujeito às novas e velhas convenções da política e seus manejos de vida e de morte.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo destacar as relações entre o Jornalismo Policial e a Necropolítica em notícias sobre chacinas e massacres noticiados em jornais a partir da questão “até que ponto, o Jornalismo policial produzido no Estado do Pará, no Brasil, reproduz em seu conteúdo características da Necropolítica?”. Para tanto, foram levados em

consideração as obras de autores contemporâneos que tratam a vida e a morte na política como questões que moldam as subjetividades coletivas e determinam certos comportamentos dos governantes em relação a determinadas populações, sobretudo, os excluídos dentro do sistema econômico orientado pelo Neoliberalismo. Os mais importantes desses pensadores nessa empreitada são Achille Mbembe e Michel Foucault, entretanto, as leituras que guiam esta investigação incluíram ainda nomes como Ignacio Martín-Baró, Anibal Quijano, Giorgio Agamben e Silvio Almeida, além de intérpretes da Necropolítica, tais como Denis de Oliveira, Leomir Cardoso Hilário, Gabriela Loureiro, R. Guy Emerson, dentre outros. Em relação aos conceitos de Jornalismo, autores como Nelson Traquina, Silvia Ramos e Anabela Paiva, Eugenio Bucci, Fernando Zamith, Muniz Sodré e outros embasam essa análise.

As amostras para a pesquisa foram coletadas em periódicos diários brasileiros publicados em Belém do Pará, capital ao Norte do Brasil: o Amazônia Jornal e o Diário do Pará, em um total de 235 notícias catalogadas. As análises partiram de 11 indicadores, dos quais cinco dizem respeito a dimensões da Necropolítica e seis estão relacionados às dimensões do Jornalismo Policial. O método utilizado foi a análise de conteúdo e resultou em abordagens sobre três eixos principais identificados no conceito de Necropolítica: a participação direta ou indireta do Estado nesses crimes, os territórios de exclusão onde esses homicídios são frequentes e ainda as populações que são alvos dessas execuções em massas. Foram levadas em consideração três hipóteses que serviram como fundamentos das análises: a) a característica mais evidente da Necropolítica em notícias relacionadas a morticínios é a participação do Estado nesses crimes, de forma direta ou indireta, por meio de agentes de Segurança Pública ou de grupos organizados com a participação de agentes

de Segurança Pública; b) O Jornalismo Policial ignora como informação características associadas à Necropolítica na produção de notícias sobre morticínios: a territorialidade dos acontecimentos e a condição racial e de classe social das vítimas; e c) O noticiário sobre morticínios é descontextualizado politicamente uma vez que não faz relação entre a participação de agentes de segurança pública nesses crimes e as diretrizes políticas e de gestão pública adotadas pelo Estado brasileiro.

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou responder as hipóteses levantadas. De forma resumida, a investigação constata que a) a participação do Estado nas mortes em larga escala é uma característica evidenciada na amostra, porém, em termos percentuais não pode ser considerada a principal – neste aspecto a territorialidade, isto é, onde os crimes ocorrem, é a que mais se sobressai nas notícias analisadas. Fica nítido ainda que, apesar que numericamente inferior, a ação dos agentes de Estado, direta ou indireta, em crimes com cinco ou mais homicídios, é de extrema relevância estatística e se correlaciona com as outras características necropolíticas apontadas neste estudo; b) o Jornalismo Policial não ignora informações sobre território em seus conteúdos, no entanto, não há uma abordagem crítica sobre determinadas regiões surgiram frequentemente como cenários desses crimes. Já em relação à condição racial e de classe das vítimas de assassinatos em larga escala não são levadas em consideração nesse tipo de especialidade do Jornalismo, ainda que seja possível perceber e aferir com uma leitura mais atenta de que há os assassinados pertencem a determinada raça e classe, em sua maioria, homens negros de baixada renda; c) O noticiário sobre mortes em larga escala é descontextualizado politicamente, pois os crimes são noticiados como fatos em si, quase nunca sob uma abordagem mais ampla em que sejam considerados o contexto social ou políticas públicas

como causas ou soluções para os problemas da segurança pública relacionados aos homicídios noticiados. A aparição de figuras públicas ligadas a governos ou com poder de decisão serve, na maioria das vezes, como expressão de lamento sobre o ocorrido e informação sobre as providências a serem tomadas, sem demais aprofundamentos ou debates sobre o tema.

Quanto á pergunta de partida, a investigação conclui que há fortes relações entre o Jornalismo Policial e a Necropolítica, as quais são evidenciadas pelas características observadas nas reflexões sobre poder na obra de Mbembe (2019), notadamente a participação do Estado em ações e morte em larga escala, os territórios de exclusão onde esses crimes são mais frequentes e a população que tem de forma recorrente sido alvo desses morticínios. De modo sintético, as ligações entre os conceitos são predominantemente fortes ou moderadas, quando se observa a escala construída para a análise de dados.

Dentre as constatações desta investigação, estão como ocorre as relações entre o Jornalismo Policial e a Necropolítica, para as quais se criou uma escala para demonstrar a firmeza dessas ligações, com resultados quantificáveis que expõem que 57,8% das matérias analisadas reproduzem características da Necropolítica em seus conteúdos, 26,8% possuem ligações moderadas e 15,3% são consideradas ligações fracas. Os resultados apontam para confirmação de impressões iniciais acerca do tema e abrem possibilidades para novas perguntas sobre a prática do Jornalismo e a influência da política de morte, associadas a um determinado modo de produção e modelo econômico, sobre a comunicação social.

Esta investigação mostra ainda como o Jornalismo Policial não ignora características da Necropolítica, como raça, classe social e território, em seu conteúdo. No entanto, agrega-as ao noticiário de forma acrítica, descontextualizada politicamente, de forma que as repetições de abordagem e publicações sobre crimes graves perpetuam uma naturalização, que pode levar à insensibilidade quanto aos horrores de homicídios em larga escala. Essa forma de Jornalismo finda por colaborar com o que autores como Díaz caracterizam como adequação das subjetividades aos novos tempos por meio da exposição à morte, algo que vai além da banalização da violência, mencionada em obras como a de Eugenio Bucci (Bucci, 2000-2001).

Em relação ao que prevalece como característica da Necropolítica no Jornalismo Policial, em termos percentuais a questão territorial, isto é, os cenários onde ocorrem os massacres e chacinas registrados, sobrepõe-se a outras características, inclusive a de participação do Estado nesses crimes e as vinculadas à raça e classe das populações que são vítimas dessas matanças. No entanto, a investigação conclui que esses conceitos, que foram metodicamente isolados a fim de atender os princípios de uma investigação científica, estão intrinsecamente vinculados um aos outros e devem contribuir para uma leitura mais ampla sobre a prática do Jornalismo nessa conjuntura global, explanada por Achille Mbembe, bem como é necessária uma abordagem que leve em consideração as condições materiais e históricas dessa produção, principalmente, quando o esforço é para analisar a produção jornalística na América do Sul – região violentamente alterada em sua composição geográfica e ambiental, formação política e visão sobre si mesma a partir da invasão colonial em seus territórios originários e toda a carga ideológica e a exploração de recursos naturais e humanos atrelada nesse processo, encabeçado pelos países ibéricos da Europa,

um movimento de expansão e dominação que remonta ao século XVI e está intimamente ligado à história de Portugal.

É possível escapar da Necropolítica e produzir um Jornalismo que não reproduza essa mentalidade ou, ao menos, resista a ela, como uma alternativa de nova construção de significados e subjetividades? Embora a investigação se atenha a perceber como os jornais reproduzem as características da política que trata vida e morte, deixar viver ou fazer morrer, em suas páginas impressas, é possível pensar em novas práticas se a produção jornalística desfizer a aliança tácita com as abordagens individualizantes de fenômenos coletivos, como o aumento da violência e o crime, as ações de segurança pública para a população e os próprios homicídios em larga escala. Uma visão sobre a coletividade e os impactos mais amplos desses podem apontar outro caminho de cobertura, além da atenção para a forma que as comunidades – sobretudo nas áreas urbanas periféricas – lidam com a violência que as atinge, a violência do poder instituído do próprio estado e dos grupos criminais. Perceber as formas de exercício de poder que influenciam a sociedade e, em especial, os meios de comunicação, seu léxico e modo de operar, pode ajudar a elaborar diretrizes para novos projetos jornalísticos, mais próximos da população, com espaço para novas vozes e fontes e, principalmente, para uma atenção ao problema pela ótica dos que mais são impactados por ele, os que estão a morrer em uma operação oficial das forças de segurança ou a sofrer as consequências fatais de conviver com o crime nas cercanias onde vivem. É provável que a tarefa não atinja os grandes jornais impressos e suas estruturas que só se mantêm dentro de uma lógica industrial e neoliberal. Entretanto, é possível vislumbrar novas experiências em novas mídias, com suas articulações comunicacionais mais amplas, novos modelos de negócios e possibilidades narrativas diferentes em

tecnologia e incorporação de novas fontes de informação, diante do já quase em desuso jornal de papel. Um passo essencial é, antes de tudo, perceber essas relações entre Jornalismo e Política não como ideias estanques, ou campos de ideias distantes entre si, mas como um intrincado sistema de modos de pensar e agir, que se complementam, retroalimentam, recompõem-se e justificam-se. Reconhecer essa proximidade e essa sinergia em campos aparentemente distintos pode contribuir para, se não romper com a produção tradicional, talhar um caminho diferente na circulação de informação no ambiente profissional em novos meios e na também recepção do que é noticiado, uma vez que o público consumidor do Jornalismo pode, assim, ganhar novas ferramentas de compreensão dos fatos que são noticiados e sair da mera acusação de sensacionalismo barato, da tragédia explorada ao extremo como mercadoria pela imprensa corporativa. Como se pode perceber ao longo deste trabalho, o problema vai além e envolve outras dinâmicas e compreensões que se situam entre a Política e a Comunicação Social.

Referências Bibliográficas

Agamben, G. (2014) *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. (2ª ed.) Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.*

Almeida, S. (2021) *Racismo Estrutural. Coleção Feminismos Plurais. Editora Jandaíra.*

Araújo, M., & Lima, R. (2008). Mostra o Morto que o Povo Gosta: Quem Disse? – Um Estudo de Recepção Sobre Programas Policiais, e Estratégias de Mudança. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*
<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/r12-0064-1.pdf>

Arcoverde, M. (2019) Bandidos na TV: a morte pela audiência. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42ª, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*
<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0567-1.pdf>

Bezerra, E. M., & Nascimento, R. (2015) Jornalismo Policial: Influência no Pensamento de Crianças e Adolescentes. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*
<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-1219-1.pdf>

Biondi, A. (2016) *Corpo sofredor: figuração e experiência no fotojornalismo*. (1ª ed.)

GCOM/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais.

Bordieu, P. (1989). O poder simbólico. *Difusão Editorial Lisboa Ltda - DIFEL*.

Bucci, E. (2000-2001). Como a violência na TV alimenta a violência real da polícia. *Revista*

UPS, (48), 68-73.

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/32892/35462>

Cano, I., Duarte, T., Ettel, K. & Novaes, F. (2012) No sapatinho: a evolução das milícias no

Rio de Janeiro (2008-2011). *Fundação Heinrich Böll*.

https://br.boell.org/sites/default/files/no_sapatinho_lav_hbs1_1.pdf

Chaves, M. (2010). As Milícias no Rio de Janeiro: de mal menor a Comissão Parlamentar de

Inquérito. *ANH – Associação Nacional de História, XIV Encontro Regional da ANPHG-Rio*

http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276646439_ARQUIVO_2010.pdf

Chaves, M. (2016). Narrativas do Jornal O Globo sobre as Milícias do Rio de Janeiro. *Anais*

do XVII Encontro de História Anpuh-Rio.

http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465502320_ARQUIVO_O_ArtigoAnpuhRio2016MichelleAiram.pdf

Chaves, M. (2009) Poder paralelo? *ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História*

https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_2b85d704430702241e1d607a045bfd5b.pdf

Cruz, T (2008). Mídia e Segurança Pública: a influência da mídia na percepção da violência.

Lumina - Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJ, 2(2), 1-21.

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20961>

Díaz, A. F. (2012) Apuntes sobre violencia, Gobierno y subjetividad en México y

Centroamérica. In A. F. Díaz (Ed), *Necropolítica: violencia y excepción em América Latina*. (1ª ed), 33-50. Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Alfonso Vélaz Pliego”.

Emerson. R.G. (2019) *Necropolitics: living death in Mexico*. Palgrave Macmillan.

Fanon, F. (2008) Pele negras, máscaras brancas. *EDUFPA – Editora da Universidade Federal Bahia*.

Ferreira Junior, S. & Costa, A. (2016) Representações de morte e desvio em narrativas

jornalísticas da Amazônia urbana. *Revista Estudos em Comunicação*, (23), 139-170

https://www.academia.edu/30560424/Representa%C3%A7%C3%B5es_de_morte_e_desvio_em_narrativas_jornal%C3%ADsticas_da_Amaz%C3%B4nia_urbana?from=cover_page

Foucault, M. (2010) Em defesa da sociedade (2ª ed.) Editora WMF Martins Fontes – *Coleção obras de Michel Foucault*.

Foucault, F. (2007) Vigiar e punir (33ª ed.) Editora Vozes.

Habermas, J. (2003) Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. *Tempo Brasileiro*.

Hilário, L. C. (2016) Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere aude*, 7(13), 194-210.

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/11813>

Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. 26ª edição. Companhia das Letras.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019) Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019.

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica (2019) Atlas da Violência 2019.

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf

Joron, P. (2005). A parte maldita e o lado escuro da TV brasileira. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, (26), 7-15.

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550182001>

Lacerda, I. (2018) segurança para inglês ver: uma análise do conteúdo do jornal O Globo e do comitê popular sobre a segurança no Rio de Janeiro durante a copa do mundo de

2014. *Revice - Revista de Ciências do Estado*, 3 (1), 409-427.
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/5104>
- Lima, J., Lopes, L. & Lopes, B. (2020) Quando balas perdidas encontram corpos negros: uma análise da atuação estatal no rio de janeiro sob o conceito de necropolítica *Revista de Ciências Humanas e Sociais Missões – Universidade Federal de Santa Maria* 6 (3), 148-167. <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Missoes/article/view/103391>
- Loureiro, G. (2019) Necropolitics revisited: how mainstream media coverage of Marielle's shooting in Brazil depoliticises her struggle and reinforces neoliberal logics. *Alternautas*, 6(1), 9-16. <http://www.alternautas.net/blog/necropolitics-revisited>
- Machado, E., & Vilar, C. (2002). Pelos filtros de circe: Violência, insegurança e controle social na mídia impressa. *Espacio Abierto*, 11(4), 639-663.
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12211405>
- Martin-Baró, I. (1990). *Accion y Ideologia: Psicologia Social desde Centroamérica* (4ª ed.). *Universidade Centroamericana José Simeón Cañas*.
- Mbembe, A. (2018) *Crítica da Razão Negra* (2ª Ed.) *n-1 Edições*.
- Mbembe, A. (2019). *Necropolítica* (4ª reimpressão). *n-1 Edições*.
- Medeiros, C., Alves, G & Menezes, M. Jornalismo Investigativo e Policial: nos bastidores da produção jornalística de assassinatos em série e crimes que abalaram a sociedade. *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*, 3 (2), 1-10.
<https://www.revistas.usp.br/anagrama/issue/view/2868>

- Melém, V. (2011) Jornalismo Policial: Uma Análise dos Critérios de Noticiabilidade do Caderno Polícia, do Jornal Diário do Pará. *Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia*, 1 (1) 26-50
<http://periodicos.estacio.br/index.php/puca/article/view/94>
- Oliveira, D. (2018). A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. *Extraprensa* 11 (2), 39-57.
<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010>
- Paiva, S., & Ramos, S. (2007) Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. *Rio de Janeiro, IUPERJ* https://www.ucamcese.com.br/wp-content/uploads/2011/06/Livro_midia_e_violencia.pdf
- Quijano, A. (2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*) 117-142, *Colección Sur Sur, CLACSO*.
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf
- Revel, J. (2009) Dicionário Foucault (1ª ed.). *Nueva Vision*
- Rooke, C., & Sandi, A. (2015) Cidade Alerta: possíveis influências no comportamento da sociedade. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*
<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1602-1.pdf>

Rosa, A. (2016) A comunicação e o fim das instituições: das origens da imprensa aos novos media. *Media XXI*.

Rosa, A. (2011). O conceito de escândalo: entre realidade mediática e realidade antropológica. *SOPCOM - Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, VII Congresso SOPCOM* <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/73748/2/76287.pdf>

Samuel, K., Junior, S., & Costa, A. (2017). O silenciamento do debate da segurança pública nas narrativas jornalísticas sobre violência na Amazônia Paraense. *Comunicação & Informação*, 20(1), 149-169. <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/40240>

Santos, T. C. (2019) As consequências da escravidão na história do negro no Brasil. *Diamantina Presença "Educação e Pesquisa" 2 (1)*, 47-57. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/diamantina/article/view/7381>

Silva, I. & Barros, I. (2020) Necropolíticas nas periferias: um estudo sobre a limitação das operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia. *Revista Transgressões – Ciências Criminais em debate* 8 (2), 97-114. <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/22384>

Sodré, M., Soares, L. & Kosovski, E. (1994) Mídia e Violência Urbana. *Caderno Saúde Pública*, 10 (4), 508-515 <https://www.scielo.org/article/csp/1994.v10n4/512-515/>

Sousa, J. P. (2008). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa. *Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa*, 12-

93. <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>

Traquina, N. (2005) Teorias do Jornalismo – Volume II: tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. *Editora Insular*.

White, D. (1993). O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In N. Traquina, *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Vega.

Wolf, M. (199) Teorias da Comunicação (5ª ed.). *Editorial Presença*.

Zamith, F. (2014). A comunicação política em forma de "notícias": questões técnicas, éticas e legais. In M. Martins & M. Oliveira, *Comunicação ibero-americana: os desafios da Internacionalização Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Livro de Atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana (Confibercom)*, 2678 -2684
<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77978/2/98036.pdf>

Anexos

Anexo 1 – Lista do conteúdo referente à amostra do Amazônia Jornal

Jornal	Posição	data	Conteúdo
Amazônia	Capa	02/01/2019	Chacina no 1º dia do ano
Amazônia	Polícia	02/01/2019	Chacina deixa cinco mortos
Amazônia	Polícia	03/01/2019	Rigor contra milícias
Amazônia	Polícia	03/01/2019	Chacina: Polícia não tem qualquer dado sobre autores da Chacina
Amazônia	Polícia	31/01/2019	Cabo Leno está preso
Amazônia	Capa	06/02/2019	Sete bandidos morrem ao encarar polícia
Amazônia	Polícia	06/02/2019	Bando tomba em tiroteio
Amazônia	Polícia	20/02/2019	Vão a júri acusados de envolvimento com chacina em Pau D'arco
Amazônia	Capa	09/03/2019	Polícia prende miliciano que atuava em Belém e no interior
Amazônia	Polícia	09/03/2019	Miliciano é capturado
Amazônia	Capa	19/03/2019	Nove PMs são presos por ligação com execuções
Amazônia	Polícia	19/03/2019	Nove policiais presos
Amazônia	Polícia	19/03/2019	Praças estavam na ativa
Amazônia	Polícia	22/04/2019	Chacina tem outro preso
Amazônia	Capa	04/05/2019	Envolvidos na "chacina de Baião" são mortos
Amazônia	Polícia	04/05/2019	Policiais matam irmãos
Amazônia	Capa	14/05/2019	PMs são acusados de homicídio em série
Amazônia	Polícia	14/05/2019	Assassinos capturados
Amazônia	Capa	20/05/2019	Onze são mortos em chacina dentro de bar
Amazônia	Polícia	20/05/2019	Chacina tem 11 mortos
Amazônia	Polícia	20/05/2019	Polícia apura com rigor
Amazônia	Polícia	20/05/2022	Clima de terror na vizinhança do bar onde ocorreu a chacina
Amazônia	Capa	21/05/2019	Todas as vítimas de chacina são identificadas
Amazônia	Polícia	21/05/2019	Investigação sob sigilo
Amazônia	Polícia	21/05/2019	Há suspeita de ação de milícias e de traficantes
Amazônia	Polícia	21/05/2019	História de cada vítima
Amazônia	Polícia	21/05/2019	Vizinhança questiona o funcionamento de bar suspeito
Amazônia	Capa	22/05/2019	Polícia prende 2 acusados
Amazônia	Polícia	22/05/2019	Dois acusados são presos
Amazônia	Polícia	23/05/2019	Preso por mortes era porteiro
Amazônia	Capa	24/05/2019	Preso terceiro suspeito de ligação com chacina
Amazônia	Polícia	24/05/2019	Outro suspeito é preso
Amazônia	Capa	25/05/2019	Polícia prende dois PMs por participação em chacina
Amazônia	Polícia	25/05/2019	PMs presos por chacina
Amazônia	Polícia	25/05/2019	Inquérito policial tem mais nove dias para ser concluído
Amazônia	Polícia	25/05/2019	Motivação é investigada
Amazônia	Polícia	25/05/2019	Acusado de chefear grupo de extermínio está preso no Ceará
Amazônia	Capa	26/05/2019	Suspeito se apresenta à Polícia Civil
Amazônia	Polícia	26/05/2019	Cabo da PM se apresenta na Divisão de Homicídios
Amazônia	Capa	27/05/2019	Mais um PM se entrega à Polícia
Amazônia	Capa	27/05/2019	Mais um PM se entrega à Polícia
Amazônia	Polícia	28/05/2019	Secretário detalha a prisão
Amazônia	Polícia	28/05/2019	Tempo foi cronometrado
Amazônia	Polícia	29/05/2019	Matança no interior
Amazônia	Capa	30/05/2019	"Diel" se entrega e confirma envolvimento em chacina
Amazônia	Polícia	30/05/2019	"Diel" se entrega à PC
Amazônia	Capa	04/06/2022	Polícia indícia nono suspeito por chacina
Amazônia	Polícia	04/06/2019	Nono suspeito é indiciado
Amazônia	Polícia	05/06/2019	Imagens mostram assassinos indo para local da chacina
Amazônia	Polícia	18/06/2019	MP denuncia 8 por chacina
Amazônia	Polícia	19/06/2019	Chacina foi num minuto
Amazônia	Polícia	20/06/2019	Moradores do Guamá dizem que só prisões não resolvem problemas
Amazônia	Polícia	21/06/2019	Perícia dará novo laudo
Amazônia	Polícia	04/07/2019	Surgem novos indícios
Amazônia	Capa	30/07/2019	Massacre em presídio deixa 57 mortos
Amazônia	Polícia	30/07/2019	OAB lamenta mortes
Amazônia	Polícia	30/07/2019	Estado transfere dez
Amazônia	Polícia	30/07/2019	Massacre em Altamira
Amazônia	Capa	31/07/2019	Moro autoriza força-tarefa no Estado
Amazônia	Capa	01/08/2019	Tropa federal chega para reforçar segurança
Amazônia	Polícia	01/08/2019	Reforço chega a Belém
Amazônia	Polícia	01/08/2019	Igreja condena violência
Amazônia	Polícia	30/08/2019	Cabo Leno é condenado
Amazônia	Polícia	20/09/2019	Seis policiais são presos
Amazônia	Polícia	21/09/2019	Delegada está presa
Amazônia	Polícia	21/09/2019	PC dá detalhes sobre detenção
Amazônia	Capa	22/09/2019	Quase 60 presos por integrar milícias no Pará
Amazônia	Polícia	22/09/2019	Pará tem 59 presos
Amazônia	Polícia	16/10/2019	Justiça apura chacina
Amazônia	Polícia	20/11/2019	Acusados de "chacina do Guamá" serão ouvidos no próximo dia 16
Amazônia	Polícia	20/11/2019	PM é preso em operação
Amazônia	Polícia	08/11/2019	Policiais matam seis
Amazônia	Polícia	28/11/2019	Polícia apura participação de seis PMs em execuções
Amazônia	Polícia	17/12/2019	Chacina do Guamá: prisões são mantidas
Amazônia	Capa	17/12/2019	Prisões de réus são mantidas

Anexo 2 – Lista do conteúdo referente à amostra do Diário do Pará

Jornal	Posição	data	Conteúdo
Diário do Pará	Capa	02/01/2019	Seis pessoas são mortas nos bairros do Bengui e Cabanagem
Diário do Pará	Polícia	02/01/2019	Grande Belém: seis homicídios
Diário do Pará	Polícia	02/01/2019	Terceira vítima correu para dentro de uma casa, mas lá dentro caiu morta
Diário do Pará	Polícia	02/01/2019	Intervalo entre o primeiro e o segundo crime foi de 18 minutos
Diário do Pará	Polícia	02/01/2019	Motos em que vítimas estavam também foi periciada
Diário do Pará	Capa	03/01/2019	Cabanagem vive entre o medo e a esperança
Diário do Pará	Polícia	03/01/2019	Moradores têm fé em dias melhores
Diário do Pará	Polícia	03/01/2019	Comerciantes admitem que vivem com medo
Diário do Pará	Polícia	22/01/2019	Nove pessoas são assassinadas no Rio
Diário do Pará	Capa	25/01/2019	Mandante de chacina é preso
Diário do Pará	Polícia	25/01/2019	Preso 34 anos após chacina
Diário do Pará	Capa	31/01/2019	Policial acusado de chefiar milícia é preso
Diário do Pará	Polícia	31/01/2019	Vídeo derruba liberdade provisória: Cabo Leno é preso
Diário do Pará	Capa	03/02/2019	Milícias estão na mira da Justiça
Diário do Pará	Polícia	03/02/2019	Justiça militar apura prática de milícia
Diário do Pará	Capa	06/02/2019	Sete bandidos morrem em troca de tiros com a polícia
Diário do Pará	Polícia	06/02/2019	Tiroteio acaba em sete mortes
Diário do Pará	Polícia	07/02/2019	Bando planejava outros crimes
Diário do Pará	Polícia	09/02/2019	Centro do Rio: PM mata 14 em morro
Diário do Pará	Polícia	09/02/2019	Acusado de liderar milícias: Cabo Leno será interrogado
Diário do Pará	Geral	13/02/2019	Promotoria ouve suspeitos de envolvimento em chacinas
Diário do Pará	Polícia	19/02/2019	Condenado por chacina: Justiça mantém prisão
Diário do Pará	Capa	20/02/2019	Chacina: 16 acusados vão a júri popular
Diário do Pará	Geral	20/02/2019	Júri Popular vai decidir futuro de 16 policiais da chacina em Pau D'arco
Diário do Pará	Capa	09/03/2019	Cerco às milícias: polícia captura miliciano e apreende arsenal
Diário do Pará	Polícia	09/03/2019	Icoaraci: miliciano é preso
Diário do Pará	Capa	14/03/2019	<u>Tragédia em escola choca o Brasil: Massacre em Suzano deixa dez mortos</u>
Diário do Pará	Capa	15/03/2019	Tragédia em Suzano: polícia identifica 3º suspeito de massacre
Diário do Pará	Capa	16/03/2019	Estudantes ameaçam cometer atentado em escola de Belém
Diário do Pará	Capa	17/03/2019	Violência: games estão de volta à berlinda
Diário do Pará	Geral	17/03/2019	Massacre em Suzano reacende debate sobre má influência de games violentos
Diário do Pará	Polícia	05/04/2019	Quadrilha ataca bancos em SP: Onze mortos em tiroteio
Diário do Pará	Polícia	12/04/2019	Tiroteio em Suzano: dois suspeitos são presos
Diário do Pará	Capa	17/04/2019	Massacre completa 23 anos
Diário do Pará	Geral	17/04/2019	Massacre de Eldorado dos Carajás completa 23 anos
Diário do Pará	Capa	05/05/2019	Irmãos morrem após atirar em PM: dupla era suspeita de promover chacina em Baião
Diário do Pará	Polícia	05/05/2019	Intervenção policial em Marabá: tiroteio e 2 mortos
Diário do Pará	Geral	11/05/2019	Ministério Público apura caso de possível atentado à escola
Diário do Pará	Capa	14/05/2019	PMs são presos por envolvimento em milícia
Diário do Pará	Polícia	14/05/2019	Operação Ronda Noturna: três são presos
Diário do Pará	Polícia	14/05/2019	Dois meses após massacre em Suzano: ela carrega bala no corpo
Diário do Pará	Capa	20/05/2019	Chacina do Guamá: 11 mortos dentro do bar
Diário do Pará	Geral	20/05/2019	"Nós não vamos recuar", disse Helder após chacina do Guamá
Diário do Pará	Polícia	20/05/2019	Guamá: 11 executados em bar
Diário do Pará	Polícia	20/05/2019	Delegado garante que responsáveis responderão pelo crime
Diário do Pará	Capa	21/05/2019	Polícia ouve 23 pessoas e reforça segurança no Guamá
Diário do Pará	Geral	21/05/2019	Polícia Civil já ouviu 23 pessoas e segurança foi reforçada no Guamá
Diário do Pará	Geral	21/05/2019	Para especialista, trabalho de combate a grupos criminosos deve ser feito a longo prazo
Diário do Pará	Capa	22/05/2019	Suspeitos são presos com carro usado na chacina
Diário do Pará	Geral	22/05/2019	Chacina do Guamá: Polícia prende dois suspeitos de participação nos assassinatos
Diário do Pará	Geral	22/05/2019	Deputados estaduais repercutem ação criminosa
Diário do Pará	Geral	22/05/2019	Vítimas são enterradas e medo domina rua da chacina
Diário do Pará	Capa	23/05/2019	Suspeito de chefiar grupo de extermínio no Pará é preso
Diário do Pará	Capa	23/05/2019	Chacina: Justiça decreta prisão preventiva de de acusados
Diário do Pará	Geral	23/05/2019	Prisão preventiva dos suspeitos de participação em chacina é autorizada
Diário do Pará	Geral	23/05/2019	Suspeito trabalhava como porteiro em escola do Jurunas
Diário do Pará	Polícia	23/05/2019	Acusado de chefiar grupo de extermínio: preso no Ceará
Diário do Pará	Capa	24/05/2019	Terceiro suspeito de envolvimento em chacina é preso pela polícia
Diário do Pará	Geral	24/05/2019	Mais um suspeito de participação em chacina é preso em Belém
Diário do Pará	Capa	25/05/2019	Polícia identifica 4 PMs envolvidos em chacina
Diário do Pará	Geral	25/05/2019	Chacina do Guamá: mais dois presos
Diário do Pará	Capa	26/05/2019	Belém registrou 12 chacinas em apenas 8 anos
Diário do Pará	Geral	26/05/2019	Chacina do Guamá: acusado se apresenta à Polícia Civil

Diário do Pará	Geral	26/05/2019	Belém teve 12 chacinas em 8 anos
Diário do Pará	Polícia	26/05/2019	Servidores presos poderão ser transferidos
Diário do Pará	Polícia	26/05/2019	Em uma semana, chacina foi solucionada e acusados presos
Diário do Pará	Geral	27/05/2019	Chacina do Guamá: mais um PM acusado se entrega
Diário do Pará	Geral	27/05/2019	Medo ainda está na rotina de quem mora em passagem
Diário do Pará	Geral	27/05/2019	Moradores do Guamá fazem caminhada pela paz
Diário do Pará	Geral	28/05/2019	Crise em presídios de Manaus: já são 57 os mortos
Diário do Pará	Capa	29/05/2019	Homem mata filho, mãe e mais três pessoas
Diário do Pará	Polícia	29/05/2019	Caminhão frigorífico armazenava cadáveres: mortos em presídio
Diário do Pará	Polícia	29/05/2019	Belterra: cinco pessoas assassinadas
Diário do Pará	Capa	30/05/2019	Chacina do Guamá: a peça que faltava
Diário do Pará	Geral	30/05/2019	Chacina do Guamá: último suspeito se entrega e polícia encerra investigação
Diário do Pará	Polícia	30/05/2019	Após vencer facção no Amazonas: Facção está dividida
Diário do Pará	Polícia	30/05/2019	Chacina do Pavilhão 9: defesa abandona júri
Diário do Pará	Polícia	31/05/2019	Federais começam a atuar
Diário do Pará	Polícia	31/05/2019	Matança ocorre em um intervalo de 24 horas
Diário do Pará	Polícia	01/06/2019	Após matança em presídio de Manaus: mais 17 presos são transferidos
Diário do Pará	Capa	04/06/2019	Chacina do Guamá: alvo dos assassinos era um casal
Diário do Pará	Geral	04/06/2019	Chacina do Guamá: crime que deixou 11 mortos teria como alvo duas pessoas
Diário do Pará	Capa	05/06/2019	Cachina: vídeo mostra chegada dos assassinos no bar da Wanda
Diário do Pará	Geral	05/06/2019	Policiais milicianos podem ser transferidos
Diário do Pará	Geral	05/06/2019	Vídeo mostra chegada de assassinos em bar
Diário do Pará	Polícia	05/06/2019	Mortos em presídio de Manaus: 22 eram provisórios
Diário do Pará	Polícia	06/06/2019	Milícia no Rio: aplicativo exclusivo
Diário do Pará	Polícia	12/06/2019	Massacre em Suzano: quatro são denunciados
Diário do Pará	Capa	18/06/2019	Chacina do Guamá: MP revela raio-x do massacre
Diário do Pará	Geral	18/06/2019	Ministério Público denuncia 8 envolvidos na chacina do Guamá
Diário do Pará	Capa	19/06/2019	Chacina do Guamá: perícia indica execuções sumárias
Diário do Pará	Geral	19/06/2019	Assassinos executaram maioria das vítimas com tiros na cabeça
Diário do Pará	Capa	26/06/2019	Chacina do Guamá: Justiça recebe denúncia do MP
Diário do Pará	Geral	26/06/2019	Chacina do Guamá: Justiça acata denúncia
Diário do Pará	Capa	04/07/2019	Munição usada na chacina do Guamá foi desviada da PM
Diário do Pará	Geral	04/07/2019	Matadores usaram munição desviada da PM em chacina
Diário do Pará	Polícia	04/07/2019	Acusadas de integrar milícias no Rio: seis pessoas são presas
Diário do Pará	Polícia	24/07/2019	Chacinas de Osasco e Barueri: júris podem ser anulados
Diário do Pará	Capa	26/07/2019	Chacina do Guamá: juiz decreta preventiva de policiais militares
Diário do Pará	Geral	26/07/2019	Justiça decreta prisão preventiva de PMs envolvidos na chacina do Guamá
Diário do Pará	Capa	30/07/2019	Tragédia em Altamira: briga entre facções deixa 57 mortos no Pará
Diário do Pará	Geral	30/07/2019	Briga entre facções deixa 57 mortos em Centro de Recuperação em Altamira
Diário do Pará	Geral	30/07/2019	Governo transfere 46 presos em Altamira
Diário do Pará	Capa	31/07/2019	Envolvidos no massacre são transferidos
Diário do Pará	Geral	31/07/2019	"Pergunta para as vítimas dos que morreram lá o que eles acham", disse presidente Jair Bolsonaro
Diário do Pará	Geral	31/07/2019	Mortes em Altamira: Moro envia força-tarefa para atuar nos presídios do Pará
Diário do Pará	Geral	31/07/2019	Líderes do massacre serão transferidos para presídios federais
Diário do Pará	Polícia	31/07/2019	Milícia da Baixada Fluminense: polícia identifica 23 vítimas
Diário do Pará	Capa	01/08/2019	Quatro envolvidos em massacre são mortos dentro de caminhão
Diário do Pará	Geral	01/08/2019	IML já identificou 27 corpos de detentos
Diário do Pará	Geral	01/08/2019	Quatro detentos são mortos dentro de caminhão durante transferência
Diário do Pará	Capa	02/08/2019	Susipe transfere 860 presos de dois presídios da Grande Belém
Diário do Pará	Capa	02/08/2019	28 corpos já foram identificados
Diário do Pará	Geral	02/08/2019	IML já identificou e liberou 28 corpos de detentos
Diário do Pará	Geral	02/08/2019	Polícia Civil aponta envolvimento de 22 presos nas mortes em caminhão-cela durante transferência
Diário do Pará	Geral	02/08/2019	Rebelião em Altamira: Susipe já transferiu mais de 800 presos por segurança essa semana
Diário do Pará	Capa	03/08/2019	Susipe finaliza transferência de presos
Diário do Pará	Geral	03/08/2019	Susipe finaliza transferência de detentos para Belém
Diário do Pará	Polícia	12/08/2019	Boate no Rio Grande do Sul: cinco são mortos em atentado
Diário do Pará	Capa	30/08/2019	6 anos: Cabo Leno é condenado pela Justiça
Diário do Pará	Polícia	30/08/2019	Seis anos de prisão: Cabo Leno é condenado
Diário do Pará	Capa	02/09/2019	Eldorado: PMs do massacre podem ganhar indulto
Diário do Pará	Geral	02/09/2019	Bolsonaro quer conceder indulto aos policiais do massacre de Eldorados dos Carajás
Diário do Pará	Capa	04/09/2019	Agentes da Susipe são presos por facilitar massacre em presídio
Diário do Pará	Geral	04/09/2019	Agentes prisionais acusados de envolvimento em chacina são presos
Diário do Pará	Capa	07/09/2019	Massacre em Altamira: vídeos mostram ação de internos e agentes
Diário do Pará	Geral	07/09/2019	Vídeos mostram ação de detentos em rebelião
Diário do Pará	Capa	20/09/2019	Operação Anonymous 2: duro golpe na milícia
Diário do Pará	Polícia	20/09/2019	Operação Anonymous 2: sete PMS são detidos
Diário do Pará	Polícia	20/09/2019	Vereador alega perseguição e apela à OAB
Diário do Pará	Capa	21/09/2019	Delegada é presa e perde o cargo por ignorar investigações
Diário do Pará	Polícia	21/09/2019	Informante do crime: delegada é presa por vazar informações
Diário do Pará	Polícia	21/09/2019	Justiça determina perda do cargo de delegada
Diário do Pará	Polícia	21/09/2019	Vereador se entrega à polícia
Diário do Pará	Geral	22/09/2019	59 pessoas foram presas em operações contra o crime organizado

Diário do Pará	Capa	03/10/2019	Altamira: Estado transfere detentos
Diário do Pará	Geral	03/10/2019	Governo transfere detentos envolvidos em mortes no presídios de Altamira
Diário do Pará	Geral	06/10/2019	Milícia: Promotor suspende pedidos de prisão de acusados
Diário do Pará	Geral	08/10/2019	Chacina do Guamá: suspeito segue preso
Diário do Pará	Polícia	17/10/2019	Bar da Wanda: testemunhas são ouvidas
Diário do Pará	Capa	27/10/2019	MP espera delação premiada sobre chacina do Guamá
Diário do Pará	Polícia	30/10/2019	Chacina do Guamá: MP Militar aguarda por delação premiada
Diário do Pará	Polícia	30/10/2019	Acusados de Chacina prestam depoimentos
Diário do Pará	Polícia	31/10/2019	Tráfico de drogas: duelo deixa 17 mortos
Diário do Pará	Polícia	09/11/2019	Curuçambá: homem é preso acusado de comandar milícia
Diário do Pará	Polícia	09/11/2019	Acusado foi autuado por policiais do Paar
Diário do Pará	Polícia	26/11/2019	Cabo Leno: habeas corpus é negado
Diário do Pará	Capa	02/12/2019	São Paulo: nove pessoas morrem em baile funk após ação da PM
Diário do Pará	Polícia	02/12/2019	Paraisópolis/SP: 9 pessoas morrem pisoteadas em baile funk
Diário do Pará	Polícia	03/12/2019	Dizem especialistas sobre Paraisópolis: PM agiu sem protocolo
Diário do Pará	Polícia	04/12/2019	Nove mortos em baile funk: PM será "preservado"
Diário do Pará	Polícia	06/12/2019	Tragédia em São Paulo: homem fere a ex-mulher, mata cinco pessoas e se suicida
Diário do Pará	Polícia	06/12/2019	Oficial da Polícia Militar diz que crime foi premeditado
Diário do Pará	Polícia	12/12/2019	9 mortos em Paraisópolis: operação policial não tinha oficial no comando
Diário do Pará	Capa	17/12/2019	Envolvidos na chacina do Guamá continuarão presos
Diário do Pará	Geral	17/12/2019	Acusados de chacina do Guamá irão a júri popular
Diário do Pará	Geral	20/12/2019	Dono da padaria no caso da chacina do Guamá ganha liberdade
Diário do Pará	Polícia	28/12/2019	Busca e apreensão: Batalhão da PM é alvo de mandado
Diário do Pará	Polícia	28/12/2019	Busca e apreensão: 6° BPM é alvo de mandatos
Diário do Pará	Polícia	28/12/2019	Cumprimento de mandatos é fruto de investigação do MP, diz delegado-geral